



revista
vernáculo

nº. 33, 1º sem./ 2014

Revista Vernáculo
Número 33, 1º sem/2014

Dossiê Relações Internacionais e Meio Ambiente

Organizadora

Ludmila Andrzejewski Culpi

Edição do Número

Hilton Costa

Capa

Ana Paula Bellenzier

Créditos das imagens

Julie Mehretu

Stadia II Mehretu, 2004

Ink and acrylic on canvas 107 x 140 in.

ISSN 2317-4021

<http://www.ser.ufpr.br/vernaculo>

Corpo Editorial

Alysson de Avila Costa, Ana Paula Bellenzier, Bruna Boni Hess, Francielle de Souza, Frederico Custodio Pinheiro da Silva, Hilton Costa, Larissa Urquiza Perez de Moraes, Leonardo Brandão Barleta, Monah Nascimento Pereira

Conselho Consultivo

Allan de Paula Oliveira
(UNIOESTE-PR)
Andréa Carla Doré
(UFPR)
André Akamine Ribas
(UFPR)
André Luiz Cavazzani
(Universidade Positivo – PR)
Artur Henrique Franco Barcelos
(FURG)
Benito Bisso Schmidt
(UFRGS)
Bruno de Macedo Zorek
(UNICAMP-SP)
Camila Jansen de Mello de
Santana
(UEPG-PR)
Carlos Eduardo Suprinyak
(UFMG)
Caue Kruger
(PUC-PR)
Diogo da Silva Roiz
(UEMS)
Elaine Cristina Senko
(UFPR)
Erivan Cassiano Karvat
(UEPG-PR)
Fernando Felizardo Nicolazzi
(UFRGS)

Fagner Carniel
(UEM-PR)
Gabriel Santos Berute
(UNISINOS)
Jonas Wilson Pegoraro
(UNICURITIBA)
Lennita Oliveira Ruggi
(UFPR)
Lise Fernanda Sedrez
(UFRJ)
Lorena Avellar de Muniagurria
(USP)
Lúcio Souza Lobo
(UFPR)
Marcelo Fronza
(UFMT)
Márcio Antonio Both da Silva
(UNIOESTE-PR)
Marcos Luís Ehrhardt
(UNIOESTE-PR)
Martha Daisson Hameister
(UFPR)
Roberto Guedes Ferreira
(UFRRJ)
Rodrigo Turin
(UNIRIO-RJ)
Tiago Luis Gil
(UnB)

ISSN 2317-4021

<http://www.ser.ufpr.br/vernaculo>

Sumário

Dossiê Relações Internacionais e Meio Ambiente

Apresentação

Ludmila Andrzejewski Culpi.....6

Segurança ambiental na SADC: novas perspectivas teóricas de análise

Ricardo Margalho Prins..... 11

Inovação no meio ambiente: desenvolvimento sustentável

Massumi Matsuda29

Cooperação descentralizada como instrumento da governança global na gestão do meio ambiente

Andressa Holzmänn48

A geopolítica dos recursos naturais da Rússia: Uma análise sob a perspectiva de Vladimir Putin

Débora Nascimento Chagas.....66

Artigos

Das geopolíticas clássicas à geoeconomia: a importância da segurança humana no Pós-Guerra Fria

Claudia Santos 100

Mecanismos de participação social na democracia brasileira na copa do mundo FIFA 2014 no Paraná

Elias Ariel de Souza

Aloísio Justino do Nascimento 127

A democracia no governo de Nicolás Maduro

Aline de Oliveira

Bruna Leal Barcellos..... 153

Dossiê

**Dossiê Relações Internacionais
e Meio Ambiente**

Apresentação

Ludmila Andrzejewski Culpi¹

Esse dossiê organizado por professores do Centro Universitário Internacional UNINTER tem o objetivo de divulgar artigos de qualidade desenvolvidos por alunos e alunas de graduação dos cursos de Relações Internacionais e Ciência Política do Centro Universitário UNINTER. Os artigos aqui publicados foram elaborados em disciplinas dos cursos, como avaliação final das mesmas e foram selecionados pelas professoras e professores a partir de critérios de rigorosos. Essa edição da Revista Vernáculo conta com sete artigos de graduandos e graduandas da UNINTER. Quatro compõe o *Dossiê Relações Internacionais e Meio Ambiente* os outros três a seção Artigos. Os textos aqui reunidos concentram-se, sobretudo, em três temáticas, quais sejam: temas contemporâneos vinculados ao meio ambiente, segurança e geopolítica e a democracia no Brasil e na América do Sul. Os artigos contêm discussões de caráter teórico e apresentam estudos de caso empíricos.

¹ Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Paraná (início em 2013). É Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (2010), na linha de pesquisa de Relações Internacionais. É professora de Relações Internacionais e Ciência Política no Centro Universitário Internacional - UNINTER. Possui graduação em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Curitiba (2007). Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná (2010). Tem experiência em Integração Regional Sul-Americana e Europeia, Teoria de Relações Internacionais, Economia Política Internacional e Economia Brasileira

Os quatro primeiros artigos desta publicação tem ênfase sobre temáticas vinculadas ao meio-ambiente. O primeiro artigo, de **Ricardo Margalho Prins**, denominado “Segurança Ambiental na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC): novas perspectivas teóricas de análise”, investiga as mudanças climáticas na região da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) pela perspectiva da segurança ambiental. O trabalho busca desvendar se há elementos que permitam considerar o meio-ambiente como questão de segurança na região. Utiliza-se, para atingir o objetivo geral, do referencial teórico da securitização e metodologicamente desenvolve-se uma análise qualitativa de dados quantitativos, através da análise de conteúdo de relatórios e documentos sobre a SADC.

O segundo artigo, de **Massumi Matsuda**, ainda na linha do meio-ambiente, mas com enfoque em novos atores, intitulado: “Inovação no Meio ambiente: Desenvolvimento Sustentável e cidades inteligentes” trata da questão das cidades como modelos no âmbito do desenvolvimento sustentável, a partir da promoção de políticas públicas inovadoras na área tecnológica. Adota-se o referencial teórico construtivista da paradiplomacia e casos de cidades inteligentes para comprovar que algumas cidades se tornam referência na seara do desenvolvimento sustentável, a partir da adoção de ações tecnológicas. O exemplo analisado é o da cidade de Curitiba que se tornou referência para outras cidades a partir do desenvolvimento de ônibus híbridos.

O terceiro artigo, de **Andressa Holzzman**, com o título “Cooperação Descentralizada como instrumento da governança global do meio-ambiente”, também aborda o tema da paradiplomacia e do meio ambiente. Este artigo teve como objetivo analisar o papel da Cooperação Descentralizada como ferramenta da Governança Global, considerando as ações de agentes subnacionais e de atores da sociedade civil (empresariado, ONGs, instituições de pesquisa) na promoção do desenvolvimento sustentável no âmbito do Meio Ambiente. Destaca-se no trabalho, como estudo de caso, a participação das Redes de Cidades, como a Rede Mercocidades, no processo de gestão do Meio Ambiente.

O quarto artigo do dossiê, denominado “A geopolítica dos recursos naturais da Rússia: Uma análise sob a perspectiva de Vladimir Putin”, de autoria de **Débora Nascimento** aborda a estratégia geopolítica de administração dos recursos naturais russos no governo Putin, cujo propósito, de acordo com o estudo, é assegurar à Rússia um papel preponderante no cenário internacional. O trabalho confirma que essa estratégia garante ao Estado russo a capacidade de intervir diretamente nas regras do jogo da indústria do petróleo e do gás, se reinserindo no rol das grandes potências globais.

Estes artigos compõe o **Dossiê Relações Internacionais e Meio Ambiente**. A seção Artigos deste número da Revista Vernáculo também versa sobre Relações Internacionais e foi igualmente produzido por discentes da UNINTER.

Abre a seção Artigos, o artigo de Claudia Santos, intitulado “Das geopolíticas clássicas à geoeconomia: a importância da segurança humana no pós-Guerra Fria”, que visa compreender a crise das geopolíticas clássicas no Pós-Guerra Fria relacionadas ao conceito tradicional de Segurança e os processos que culminaram na criação do conceito de Segurança Humana. No trabalho, parte-se da hipótese de que a segurança humana não se apresenta como uma contraposição ao conceito tradicional de Segurança que tem como ator central os Estados, mas como um conceito complementar que introduz a questão do indivíduo nos debates. Nesse sentido, análise busca contribuir para a melhor compreensão da concepção multidimensional de segurança.

O próximo tema contemplado é o da democracia no Brasil. O sexto artigo, de **Elias Ariel de Souza e Aloísio Justino do Nascimento**, intitulado “Mecanismos de participação social da democracia brasileira na Copa do Mundo FIFA 2014 no Paraná”, versa sobre o processo de viabilização da Copa do Mundo frente aos mecanismos de participação popular no estado do Paraná, a partir da ideia de democracia desenvolvida por Robert Dahl em sua obra “Poliarquia”. O estudo constatou a ausência de consulta à sociedade nas questões referentes às obras e gastos da Copa e o consequente desgaste do poder público no estado do Paraná.

Por fim, o último artigo segue na linha da temática da democracia, mas tendo como estudo de caso a Venezuela. O artigo de **Bruna Leal Barcellos e Aline de Oliveira**, cujo título é “A democracia

no governo de Nicolás Maduro na Venezuela”, questiona a existência de uma democracia no país no atual governo pela perspectiva de Robert Dahl e pela visão das Nações Unidas. O estudo conclui que não se tem elementos suficientes para determinar se o governo venezuelano é ou não uma democracia a partir dos conceitos de Dahl. Contudo, com base na concepção de democracia da ONU, pode-se afirmar que no governo de Nicolás Maduro não vigora uma democracia plena no Estado.

Em nome da equipe de docentes dos cursos de Relações Internacionais e Ciência Política do Centro Universitário UNINTER, agradeço ao corpo editorial da Revista Vernáculo pela oportunidade de divulgarmos as pesquisas de nossos alunos, frutos do trabalho de discussão e reflexão em sala de aula.

Segurança ambiental na SADC: novas perspectivas teóricas de análise

Ricardo Margalho Prins¹

Resumo: Diante da vasta gama de novos temas na agenda internacional, as discussões sobre segurança assumem as mais variadas formas, cada vez mais se distanciando da tradicional visão westfaliana do sistema internacional, com novas possibilidades de ameaça. As discussões sobre segurança ambiental, embora recentes, têm figurado com maior frequência no meio acadêmico, sobretudo nos teóricos da chamada Escola de Copenhague. O objetivo deste trabalho é o de analisar as mudanças climáticas na região da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) do ponto de vista da segurança ambiental, buscando responder à seguinte questão: há elementos que permitam considerar meio-ambiente como questão de segurança na região? A busca pela resposta positiva desta questão será feita por análise qualitativa de dados quantitativos, através de análise de conteúdo de relatórios e documentos sobre o SADC.

Palavras-chave: Meio-ambiente. Segurança ambiental. SADC.

Abstract: In face of the wide array of new subjects in the international agenda, discussions about security are increasingly diverse, each time going further from the traditional Westphalian view of the international system, with new threat possibilities. Discussions about environmental security, although recent, are more often present in academic texts, especially in those from the so-called Copenhagen School. The purpose of this article is to analyze the climate changes in the Southern African Development Community (SADC) from the standpoint of the environmental security, seeking to answer the following question: are there elements that allow considering environment as a security issue in that region? The answer to this question will use mixed methods –

¹ Graduando em Relações Internacionais no Centro Universitário Internacional (UNINTER), Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais – NEPRI/UFPR. Endereço eletrônico: ricardoprins@gmail.com.

qualitative analysis of quantitative data – through content analysis of both reports and documents about the SADC.

Keywords: Environment. Environmental security. SADC.

Introdução

O mundo mudou. Ainda que naturalmente óbvias afirmações como esta, ao serem consideradas no universo científico, requerem comprovações muito mais substanciais para terem validade. Assim como muda o mundo, mudam as concepções sobre o mundo. Sartre discorre com maestria sobre os variados ‘saberes’, visões de mundo ou filosofias: “Reduzido à sua mais simples expressão, o objeto filosófico permanecerá no ‘espírito objetivo’ sob forma de ideia reguladora indicando uma tarefa infinita; assim, fala-se hoje, entre nós, da ‘ideia kantiana’ ou, entre os alemães, da *Weltanschauung* de Fichte” (SARTRE, 1960). Tais mudanças na visão do mundo oferecem aos estudos de segurança interessantes mudanças de paradigma, na medida em que com o passar dos anos, outros assuntos são incorporados à agenda de discussões. Buzan e Hansen oferecem uma interessante perspectiva sobre a evolução dos estudos de segurança no primeiro capítulo de seu livro sobre o tema, ao reforçarem a ideia de que a compreensão de segurança muda com o passar dos anos. (BUZAN; HANSEN, 2008).

A inserção de novos temas na agenda dos estudos de segurança

foi discutida amplamente a partir do fim dos anos 80 (BUZAN; HANSEN, 2008, p. 187-192), sobretudo pelos teóricos da chamada Escola de Copenhague, com sua teoria da securitização. Este trabalho buscará discutir as possibilidades de inserção de discussões de meio-ambiente na pauta da segurança, por meio da análise do caso da *Southern African Development Community*, ou Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Ao serem examinados alguns documentos e estudos sobre a organização, pode-se buscar enriquecer as discussões na área de ‘segurança ambiental’ – como é chamada a confluência entre segurança e meio-ambiente (MATTHEW; MCDONALD, 2004).

O objetivo deste trabalho é o de analisar as mudanças climáticas na região da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) do ponto de vista da segurança ambiental, buscando responder à seguinte questão: há elementos que permitam considerar meio-ambiente como questão de segurança na região? A busca pela resposta positiva desta questão será feita por análise qualitativa de dados quantitativos, através de análise de conteúdo de relatórios e documentos sobre o SADC. A primeira seção irá abordar questões teóricas referentes à questão do meio-ambiente e da segurança, sendo seguida pela segunda, que irá tratar da SADC. A terceira seção trará dados e informações sobre a SADC, relacionando-os com a questão da segurança ambiental.

Ordem internacional, meio-ambiente e segurança.

Com as mudanças ocorridas no mundo e a subsequente inserção de novos temas na agenda de discussão do sistema internacional, faz-se necessária a elaboração de todo um cabedal teórico que ofereça aos analistas as ferramentas necessárias para oferecerem suas perspectivas a partir da observação das questões apresentadas pelo desenrolar dos fatos no mundo. Barros-Platiau, Varella e Schleicher tratam de três destas abordagens, no que tange à questão dos problemas do meio ambiente: abordagens organizacionais, regimes internacionais e governança global (BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004).

Estes problemas do meio-ambiente são tratados pelos *decision makers* de variadas formas. Esta é outra questão observada pelos analistas, que irão buscar discutir se as ações tomadas pelos *decision makers* oferecem alguma eficácia (ver MEDEIROS; STEINER, 2010), além da eficácia das intervenções de atores não-estatais nas discussões sobre meio-ambiente (ver VILLA, 2001).

Sem um amplo aprofundamento acerca das possibilidades teóricas dentro da questão do meio-ambiente, buscar-se-á aqui apenas trazer à tona outra realidade que se observa com as mudanças no sistema internacional: a interação entre segurança internacional e meio-

ambiente.

Com as mudanças no sistema internacional consolidadas no fim da década de 1990, que marcaram a transição de um modelo westfaliano de Estado para uma “Ordem Mundial” (FALK, 2004, p.28), mudam-se também conceitos e a percepção da nova realidade internacional. Surgem novas formas de organização política no sistema internacional e também um novo modelo que deixa de privilegiar a “globalização militar” para privilegiar a “globalização econômica” (FALK, 2004; MITTELMAN, 2010). Os efeitos desta mudança causam impacto tanto na organização política internacional quanto na vida social dos indivíduos. Mittelman ressalta um movimento de resistência ao neoliberalismo econômico por meio da sociedade civil, fazendo surgir o hiperconflito (MITTELMAN, 2010).

O modelo econômico global resultante do processo do hiperconflito e da hipercompetição (vale notar que este modelo é fundamentado no medo que, segundo Bauman é a “ignorância da ameaça e do que deve ser feito – do que pode e do que não pode – para fazê-la parar ou enfrentá-la” (BAUMAN, 2008, p.8) utiliza-se de preceitos hobbesianos para conduzir o comércio internacional. A constituição da soberania dentro do estado de natureza hobbesiana é feita por relações de poder fundadas no medo: “a soberania se forma sempre por baixo, pela vontade daqueles que tem medo” (FOUCAULT, 2010, p.81). Este modelo fundamentado pelo medo faz com que a

ordem internacional resultante seja fundada na insegurança, fazendo com que o imperativo da segurança nacional se afirme como técnica da arte de governar, na qual o Estado assume para si a função e o poder de fabricar a liberdade – e garantir a segurança (FOUCAULT, 2008).

Dentro deste contexto, nos resta observar o papel do meio-ambiente na estruturação destas novas ameaças. Com o crescente impacto da degradação ambiental e as consequências das mudanças climáticas, houve uma expansão na associação desses impactos com noções não-convencionais de segurança, o que fez com que o meio-ambiente passasse a ser considerado como fonte de ameaça à segurança individual, nacional ou global (BISWAS, 2011).

No entanto, esta identificação entre os temas demanda uma abordagem interdisciplinar: especialistas em meio-ambiente e em segurança, buscam entender e correlacionar fatores causais de ameaças ambientais à segurança, oferecendo novas perspectivas aos estudos de segurança (BISWAS, 2011).

Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

Dentre as variadas iniciativas de integração regional, este trabalho irá abordar a iniciativa da *Southern African Development Community*– Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Esta seção irá tratar de algumas características gerais desta

organização, visando facilitar a discussão posterior a respeito da relação entre a segurança e o meio-ambiente dentro do contexto anteriormente delimitado.

A SADC surge em 1992, com o compromisso e o objetivo de estabelecer uma comunidade de desenvolvimento na região. Seu tratado de fundação foi assinado por Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe. O documento entende comunidade como “organização para integração econômica” (SADC, 1992, p.4), tendo oito objetivos principais, dentre os quais o primeiro é atingir “desenvolvimento e crescimento econômico, aliviar a pobreza, aumentar o padrão e a qualidade de vida das pessoas da África Austral e dar suporte aos deficientes sociais por meio da integração regional” (SADC, 1992, p.5); o terceiro é “promover e defender a paz e a segurança” (SADC, 1992, p.5); e o sétimo é “alcançar utilização sustentável de recursos naturais e proteção efetiva do meio-ambiente” (SADC, 1992, p.5). São ressaltados estes três dentre os sete em razão do tema do artigo, apenas para reforçar a existência das preocupações tanto com segurança quanto com meio-ambiente dentro da organização.

Seu tratado afirma que a consecução destes objetivos far-se-á por meio de políticas públicas inter e intra-estatais, tendo por obrigação o compromisso de cada país-membro em adotar medidas que não sejam contrárias à promoção dos objetivos do SADC (SADC, 1992, p.6).

Como o trabalho visa analisar apenas aspectos conjunturais, dispensam-se maiores detalhamentos sobre a estrutura institucional do organismo. Atualmente são membros: Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malawi, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe (SADC, 2012).

Meio-ambiente e segurança na SADC

O estabelecimento da relação entre segurança e meio-ambiente será feito com base em um estudo feito por Larry Swatuk, que classifica as possibilidades de mudança ambiental em três tipos: macro, meso e micro (SWATUK, 2007). Após a exposição das possibilidades, será feita uma relação entre as mudanças ambientais e a segurança, considerando-se ainda o Índice de Desenvolvimento Humano dos países da SADC como variável interveniente nessa relação.

Para efeitos de análise convém classificar, conforme sugere Swatuk (SWATUK, 2007, p. 26), as mudanças ambientais em macro, meso e micro. Reconhece-se os potenciais desdobramentos desta classificação, principalmente em relação aos diferentes graus de percepção das mudanças enquanto ameaça por cada Estado e dos diferentes tipos de impacto provenientes das mudanças, bem como quanto às diferentes capacidades de cada Estado, que dão a cada um

maior ou menor grau de resiliência em relação às mudanças climáticas. Enquanto, por um lado, sugere-se o aprofundamento em relação às percepções e impactos em outro estudo, optou-se aqui por se utilizar do IDH como fator interveniente em relação às capacidades de resiliência de cada Estado.

TABELA 1 - Graus de mudança ambiental

Macro	Meso	Micro
Alteração de ciclos hidrológicos;	Perda de florestas;	Pontos de poluição;
Enchentes e secas;	Perda de espécies;	Mudanças de correntes;
Mudanças no Deserto do Kalahari.	Redução no número de peixes;	Perda de colheitas;
	Mudanças na costa;	Decaimento urbano.
	Mudanças no solo;	
	Desertificação.	

Fonte: SWATUK, 2007, p. 26-29

De acordo com Swatuk, podem ser observados os seguintes impactos, de acordo com os graus de mudança ambiental: com relação ao grupo macro, observa-se um grande número de ocorrências de enchentes e secas em vários pontos da região da África Austral em face das recentes mudanças climáticas mundiais, porém com uma postura reativa por parte da SADC. Além disso, vários modelos trazem um complexo cenário para as mudanças na região do Kalahari (que se

estende de uma parte da África do Sul até o sul do Camarões), com grandes impactos em potencial, principalmente em razão das atividades econômicas desempenhadas na região, que podem desencadear grandes “grupos de reassentamento de refugiados ambientais”, que, por sua vez, são fontes em potencial de conflito (SWATUK, 2007, p. 30-31).

Para o grupo meso, já são observáveis impactos econômicos em face do esgotamento de recursos naturais. Assim como para as mudanças macro, o impacto das mudanças meso para a África Austral é uma questão vital (principalmente a perda de florestas e espécies e o processo de desertificação), causada principalmente por uma configuração artificialmente construída (intervenção humana no meio-ambiente) pela ação de grupos de grandes empresas. Os impactos observáveis (perda de biodiversidade, aumento de endividamento em função da incapacidade de se desempenhar atividades econômicas que outrora eram fundamentais para as regiões, migração populacional). Embora as mudanças meso sejam mais facilmente reversíveis, há uma tendência evasiva por parte dos *decision makers* em formular políticas visando amenizar as causas ambientais dos problemas econômicos da região, em face de grupos de interesse de opinião contrária (SWATUK, 2007, p.32).

As mudanças micro, de acordo com Swatuk, impactam principalmente populações mais pobres da região, embora ressaltando a grande adaptabilidade da região, que faz com que, por muitas vezes, os

indivíduos impactados pelas mudanças consigam se adaptar e sobreviver a elas (SWATUK, 2007, p.33).

Um exemplo dado por Larry Swatuk sobre a reação desencadeada pelas mudanças climáticas que pode ser considerada, sob o ponto de vista da segurança, como ameaça é o caso da região do rio Chalimbana, na Zâmbia. Esta região possui algumas represas que servem de suporte às atividades econômicas das fazendas maiores da região e que, nos últimos anos, tem sido palco de constantes contestações em face das mudanças climáticas, que fazem com que estas áreas represadas reduzam a capacidade dos pequenos fundiários de exercer atividades agrícolas. Segundo Swatuk, o estudo deste caso serve como modelo de compreensão para vários outros casos da região da SADC (SWATUK, 2007, p. 25-26).

Assim, com o surgimento desses pequenos conflitos na região em razão das modificações econômicas decorrentes das alterações climáticas, podemos verificar que torna-se maior o impacto ambiental (e consequentemente a possibilidade de conflitos) em razão do baixo grau de resiliência da região. A escolha feita neste trabalho para ressaltar este grau de resiliência é por meio do IDH.

O IDH, ou Índice de Desenvolvimento Humano, é um índice utilizado pelo PNUD/ONU para servir de referência de desenvolvimento social e econômico (PNUD, 2013). Este índice é uma medida de desenvolvimento com base em três indicadores combinados:

expectativa de vida, nível educacional e renda. Este índice varia em uma escala de 0 a 1, sendo 1 o mais alto grau de desenvolvimento possível. (PNUD, 2013)

Os países são, com base neste índice, classificados em quatro categorias de desenvolvimento: muito elevado, países com IDH superior a 0.796; elevado, países com IDH entre 0.710 e 0.796; médio, para países com índice entre 0.534 e 0.710; e baixo, para países com IDH inferior a 0.534. Estes valores foram extraídos do documento de 2013 (PNUD, 2013). Sugere-se, assim que a versão de 2014 for publicada – a data prevista para a publicação é 24 de julho de 2014 – que este estudo seja novamente refeito.

A tabela abaixo irá mostrar o IDH dos membros da SADC, de acordo com o resultado de 2013:

TABELA 2 – IDH dos países da SADC:

País	IDH	Ranking (187 países)
Angola	0.508	148
Botswana	0.634	119
República Democrática do Congo	0.304	186
Lesoto	0.461	158
Madagascar	0.483	151
Malawi	0.418	170
Ilhas Maurício	0.737	80
Moçambique	0.327	185
Namíbia	0.608	128
Seychelles	0.806	46
África do Sul	0.629	121
Suazilândia	0.536	141
Tanzânia	0.476	152
Zâmbia	0.448	163
Zimbabwe	0.397	172

Fonte: PNUD, 2013b, p.16-19.

Observa-se aqui que, com exceção de três países da organização (Botswana, Ilhas Maurício e Seychelles), todos os outros estão classificados como sendo países de baixo desenvolvimento.

A correlação entre IDH e conflitos foi verificada por Katharine Cornish, em um trabalho que afirma que a relação entre pobreza e

conflito está relacionada à fraqueza do Estado – sendo esta última definida em seu artigo como incapacidade de realizar “responsabilidades fundamentais relacionadas à segurança, serviço, instituições governamentais e economia” (CORNISH, 2013).

Assim, observa-se que, em face às variadas possibilidades de alteração climáticas que causam depreciações econômicas, em conjunto com a baixa resiliência decorrente da fraqueza dos Estados-membro, cujas propensões a conflitos são grandes, pode-se perceber que há fortes indícios de possibilidades de analisar-se a questão ambiental na região como variável relevante para ameaças de segurança.

Considerações finais

As mudanças no sistema internacional ocorridas no pós-Guerra Fria alteraram a configuração mundial, com inovações tanto nas possibilidades de análise por parte dos teóricos da segurança quanto aos assuntos presentes na pauta da segurança. Este trabalho tenta trazer, com base nessas mudanças, uma discussão frutífera acerca das novas abordagens sobre o conceito de ameaça, que hoje pode englobar muito mais temas do que era possível anteriormente.

Assim, enquanto outrora era leviano tratar de vetores de causalidade como economia e meio-ambiente para questões de segurança (segundo algumas vertentes teóricas predominantes), hoje tal

fato não pode ser desprezado. Ante a esse contexto, observando-se tanto a mudança paradigmática relativa ao conceito de ameaça, bem como às reformulações teóricas propostas em relação ao papel do Estado e do posicionamento da sociedade civil em relação a este (desdobramentos do *hiperconflito* de Mittelman (2010)), discussões teóricas mais profundas sobre a relação Estado-indivíduo se fazem necessárias.

Deste modo, este trabalho, ao abordar o binômio meio-ambiente – segurança, apresenta uma possibilidade teórica de análise da relação Estado-indivíduo. Conforme descrito acima, este trabalho analisa, por meio de documentos que tratam de variações climáticas recentes na região das SARC, possibilidades de que estas variações transformem-se em conflitos. Tal análise pode ser mais bem aprofundada, na medida em que se obtenham ainda mais informações sobre as tendências mais atuais referentes à situação climática da região.

O uso do IDH serviu para sustentar que, embora as variações climáticas existam e exerçam efeitos em vários locais do mundo, as reduzidas capacidades dos Estados da região da SARC, traduzidos em uma menor resiliência, aumentam a probabilidade de que consequências sócio-econômicas das variações climáticas possam escalar para conflitos intra ou interestatais.

Referências bibliográficas:

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; VARELLA, Marcelo Dias; SCHLEICHER, Rafael T. Meio ambiente e relações internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate. In: **Rev. bras. polít. int.** [online]. 2004, vol.47, n.2, pp. 100-130. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v47n2/v47n2a04.pdf>

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BISWAS, Niloy R. Is environment a security threat? Environmental security beyond securitization In: **International affairs review**, vol. XX no. 1, winter 2011.

CORNISH, Katherine. **Poverty and armed conflict: why state capacity matters most**. 2013. Disponível em <http://www.e-ir.info/2013/02/06/poverty-and-armed-conflict-why-state-capacity-matters-most/>.

FALK, Richard. **The declining world order**: America's imperial geopolitics. New York: Routledge, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MATTHEW, Richard; MCDONALD, Bryan. Networks of threats and vulnerability: lessons from environmental security research. In: Environmental Change and Security Program, 2004. **Report...** Washington: Wilson Center, 2004, p.36-42.

MEDEIROS, M.; STEINER, A. Como saber se as Convenções Internacionais de meio-ambiente realmente funcionam? Abordagens teórico-metodológicas sobre a eficácia dos regimes ambientais. In: **Contexto Internacional**, vol. 32, n. 2, julho/dezembro 2010.

MITTELMAN, James. **Hyperconflict**: globalization and insecurity. Stanford: Stanford University Press, 2010.

PNUD. **Human development index (HDI)**. 2013. Disponível em <http://hdr.undp.org/en/statistics/hdi>. Acesso em 29 jun. 2014.

_____. **Human Development Report 2013 – The rise of the South: human progress in a diverse world**. 2013. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2013_en_summary.pdf. Acesso em 29 jun. 2014.

SADC. **Treaty of the Southern African Development Community**. Namíbia, 1992.

_____. **Member states.** 2012. Disponível em: <http://www.sadc.int/member-states>. Acesso em 29 jun. 2014.

SARTRE, Jean Paul. **Critique de la raison dialectique.** Poitiers: Editions Gallimard, 1960.

SWATUK, Larry A. Regionalexpertise – Southern Africa, Environmental Change and Regional Security: An Assessment. In: Wissenschaftlicher Beirat der Bundesregierung Globale Umweltveränderungen, 2007. **Hauptgutachten...** Berlin: Springer-Verlag, 2007.

VILLA, Rafael Duarte. Atores não-estatais e meio ambiente nas relações internacionais: Greenpeace e a Antártica. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 4, p. 45-57, jul./dez. 2001. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

Inovação no meio ambiente: desenvolvimento sustentável

Massumi Matsuda¹

Resumo: As questões referentes ao meio ambiente como proteção, cuidados e soluções só vem aumentando com o passar do tempo, e os mesmos são trabalhados em cima de focos econômicos, sociais, políticos e atualmente tecnológicos. O presente trabalho tem como foco uma visão atual e "inteligente" do meio ambiente procurando apontar o que são as cidades inteligentes, a ligação das mesmas com a sustentabilidade e como o fato das cidades serem atores internacionais influenciam no processo das ações tecnológicas trabalhadas em prol do desenvolvimento sustentável e das políticas públicas adotadas pelos Estados/Cidades.

Palavras-Chave: Inovação tecnológica; Cidades modelos; Sustentabilidade.

Abstract - The debate on the environment about protection, care and solutions has increased in the last few years and these subjects are worked on economic, social, political and now technological focus. The current task focuses on an intelligent view of the environment trying to show what these intelligent cities are, the connection of the city with the sustainability and how the fact that cities being international models influence on the technological action processes used in favour of a sustainable development and public policies embraced by the State/Cities.

Keywords: Technological Innovation; Model Cities; Sustainability.

¹ Graduanda em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Internacional Uninter. Curitiba/PR. Contato: massumi@live.jp

Introdução

A partir da ideia da identificação de processos e pontos em comuns (seja ambiental, social ou até político) de cada país há de se perceber que o estudo apontando pelos autores (BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004, p. 114), com foco em ações conjuntas dos Estados se torna interessante, uma vez que a maior crítica diante da necessidade que tais autores citam em seu texto (autoridade central no ambiente internacional) não corresponde com a realidade. Diante disso, Barros-Platiau et al (2004) apontam soluções de como o espaço humano deveria preservar suas terras, procurando um equilíbrio entre suas "vontades" e seus "deveres" para com o meio ambiente. Mas apenas a convergência entre Terra e Mundo (espaço físico e espaço humano) não é suficiente para garantir uma solução à crise ambiental (uma vez que cada local sempre vai procurar garantir que seu ambiente seja usado em seu favor) o que faz o equilíbrio ser proporcional a ganância de cada Estado se manifestando contra outros. Uma segunda solução então seria a existência de uma autoridade central, que procura por sua vez não tirar os direitos dos Estados, mas manter a ordem e o comportamento dos mesmos perante o meio ambiente. Portanto se o problema é global sua solução deve ser igualmente global (BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004, p. 104).

Apesar de as organizações internacionais (OIs) com o tempo terem ganhado um importante papel internacional, ainda assim o papel do Estado de garantir sua soberania é primordial, o que torna o acatamento dos países perante as decisões, ideais ou conceitos das OIs abaixo do esperado (VILLA, 2001). Fora que OIs ainda não garantem todas as soluções esperadas, e é difícil dizer se existe uma autoridade central e se a mesma cumpre com seu papel. A Organização das Nações Unidas (ONU) em si partilha de programas que visam à melhoria do meio ambiente, como o programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Porém, tal programa não chega a ser uma autoridade central, uma vez que os Estados (pela sua soberania) têm total direito pelo seu ambiente e a aceitação dos mesmos de serem controlados (deixarem muitas vezes de garantir através de suas “Terras” seus benefícios) por uma organização ambiental não é facilmente aceita.

Os Estados têm direito a soberania, mas devem adotar a soberania de forma sensata, não atingindo diretamente seus povos, a riqueza natural não deve ser usada para garantir tal soberania em prol apenas do poder, mas sim da segurança para a sua sociedade e as gerações futuras. Sendo assim a cooperação entre os povos e Estados deve existir e se consolidar, já que não se trata de uma proteção única, mas múltipla (GOMES, BULZICO, 2010, p. 67). As Políticas Públicas são um exemplo da cooperação do Estado (governo) para com a população. “Política pública é a somadas atividades dos governos, que

agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.” (SOUZA, 2006, p. 24).

Uma vez que as políticas das organizações internacionais no âmbito do meio ambiente não correspondem com a total eficiência procurada, uma abordagem não organizacional, mas, social como política pública com mérito muitas vezes regional e não estatal, possa corresponder com tal eficiência. Segundo a autora Sassen, as cidades têm como intuito consumir o modelo de cidade (bem sucedida) de outras cidades (SASSEN; ROOST, 2001). A partir deste conceito, é interessante apontar que o foco das cidades é o desenvolvimento (muitas vezes englobar o que já foi desenvolvido) das mesmas.

O presente artigo tem como objetivo geral abordar as cidades inteligentes no âmbito sustentável, analisando o que são as cidades inteligentes e a ligação das mesmas com a sustentabilidade. E a partir do conceito de paradiplomacia mostrar como as cidades modelos representam um importante papel na propagação da sustentabilidade das cidades inteligentes.

As cidades atualmente são consideradas atores internacionais com o desenvolvimento da globalização, desenvolveram-se também novos atores no cenário internacional, os agentes subnacionais: governos locais e regionais, empresas e organizações internacionais ganham poder decisório sem a intervenção do Estado na prática de atos e acordos internacionais, conhecido como paradiplomacia para as

relações internacionais. Uma importante consequência que a paradiplomacia nos traz é a cooperação, uma vez que as cidades através de trocas de experiências nas áreas urbanísticas, na infra-estrutura e nas políticas públicas no geral, fomentam além do desenvolvimento local sustentável, uma proximidade na cooperação internacional. Tal cooperação atribui benefícios para o Estado/Cidade uma vez que garante aproximação entre o governo e a população, fazendo o poder público atender aos interesses da sociedade (OLIVEIRA, 2012, p.391).

O presente trabalho será dividido em quatro seções. Sendo a primeira uma reflexão do que são as cidades inteligentes e quais são os benefícios que as mesmas atribuem para os Estados/Cidades, trazendo através da perspectiva construtivista e do conceito de paradiplomacia uma união dos interesses dos novos atores internacionais com o projeto das cidades inteligentes. Em seguida na segunda seção será apresentado uma concepção de paradiplomacia apontando seu surgimento, desenvolvimento e sua ligação com as cidades, junto há uma breve apresentação do que são as cidades para a teoria construtivista e como sua participação no cenário internacional é importante.

A terceira seção destina-se a interpretação do que são as cidades modelos, revisando as ações de cidades que foram consideradas modelos, no caso deste trabalho Curitiba, e qual as relevâncias da sua atuação como ator além de regional, internacional. Por fim a ultima mostra a atuação das cidades inteligentes junto à sustentabilidade. O

objetivo é expor que realmente a tecnologia pode ser considerada um avanço principalmente para fins sustentáveis, apresentando um exemplo atual dos ônibus híbridos.

Cidades inteligentes

As cidades podem liderar um caminho para um futuro próspero e sustentável basta caminhar de encontro à "inteligência" (DIRKS; KELLING, 2009, p. 3). O foco em cidades inteligentes começou após Singapura ganhar o prêmio de cidade inteligente do ano, em 1999 o tema ganhou mais força, seriedade e principalmente alternativas viáveis para vários tipos de cidades. Um caso brasileiro foi o do Rio de Janeiro na cidade de Piraí, que conseguiu com alternativas “inteligentes” moldar a cidade, melhorando a vida dos então residentes.

Como se viu no caso de Piraí, as smart cities investem em tecnologia da informação em suas estruturas físicas para aprimorar conveniências, facilitar a mobilidade, aumentar a eficiência, conservar energia, melhorar a qualidade do ar e da água, recuperar-se mais rapidamente de desastres, coletar e organizar dados para tomar melhores decisões, destinar recursos com mais efetividade, compartilhar dados para aprimorar a colaboração de entidades e diferentes domínios, enfim, para identificar problemas e resolvê-los rapidamente (STRAPAZZON, 2009, p. 94).

É importante apontar os principais focos das cidades inteligentes (STRAPAZZON, 2009, p. 95): Econômico com capacidade de inovação, na sociedade com a população local com cultura cosmopolita (cidadão do mundo). No governo e na gestão pública participativa, na mobilidade com meios eficientes de acessibilidade local e internacional e sistema de transporte sustentável. No meio ambiente focando em gestão de recursos naturais (espaços verdes), programas de reciclagem e proteção ambiental, programas sustentáveis de gestão da água, da energia, do lixo e da poluição, um bom uso de seus espaços naturais, de modo a torná-los atrativos, e por fim na qualidade de vida (saúde, cultura, educação, bom sistema, etc.). Em outras palavras, as cidades inteligentes trazem margem de melhora tanto para o cidadão quanto para o ambiente em si.

Na visão da IBM (Empresa de tecnologia da informação) empresa que trabalha junto com o desenvolvimento das cidades, as autoras DIRKS e KELLING (2009) citam que as cidades inteligentes devem ser baseadas em seis núcleos operacionais sendo compostas por sistemas diferentes: infraestrutura e ambientes relacionados com as funções específicas, pessoas, empresas, transporte, comunicação, água (ciclo da água) e energia (recursos hídricos e geração de infraestrutura de transmissão). Para garantir uma qualidade de vida boa para seus cidadãos, as cidades devem garantir segurança pública, saúde e educação. As cidades devem também oferecer as pessoas e ao meio

"business" sistemas de transportes, sistemas de comunicações e o mais necessário, água e energia, fazendo tais sistemas se interligarem de forma sinérgica promovendo um bom desempenho e eficiência.

Uma vez que os agentes subnacionais recebem o importante papel de buscar a melhora no seu próprio meio (OLIVEIRA, 2012) as cidades inteligentes por se tratarem de um meio que envolve o sistema público e o cidadão (do governo para a sociedade) ganham repercussão pelos seus atos favoráveis. Ou seja, as cidades inteligentes contribuem de certa forma com a atuação paradiplomática, uma vez que além de contribuir com a melhoria seja em termos sustentáveis, de mobilidade e até governamentais, quebram a distância entre a política externa e os reais anseios da população.

Paradiplomacia e o construtivismo nas cidades

Oliveira (2012) diz que a paradiplomacia (atores não-centrais recebendo participação nas ações diplomáticas dentro das relações internacionais) surgiu através de mudanças nas relações internacionais, acordos que até então eram realizados apenas por Estados soberanos, abriram espaço para a participação de novos atores livres de soberania e com mais liberdade.

O Estado deve suprir os anseios da sociedade, e com a globalização e o surgimento de novos conflitos, os governos centrais

cada vez mais necessitaram da participação de novos atores no âmbito internacional, a fim de facilitar a resolução tanto dos novos quanto dos antigos problemas. Os agentes subnacionais (estados e municípios) procuravam se inserir de alguma forma nas principais decisões e atos em um patamar internacional, tal consequência da globalização finalmente trouxe aos agentes a oportunidade de atuação, uma vez que é mais fácil para eles atenderem a necessidade da sociedade pela proximidade dos mesmos com os interesses dos cidadãos. As cidades então como agentes subnacionais recebem a importante responsabilidade de garantir tal proximidade do governo com a população, além disso, as mesmas são responsáveis pelo desenvolvimento local e regional procurando aumentar a cooperação e diminuir a desigualdade dentro do Estado Nacional através da troca de experiências de políticas públicas e ações de melhoria para as cidades (OLIVEIRA, 2012).

O construtivismo coloca que as cidades, assim como o mundo (uma vez que as cidades fazem parte do mundo) estão em permanente construção, em outras palavras tanto o mundo quanto as cidades podem se modificar com o passar do tempo. (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). E pode-se afirmar que as cidades mantiveram presença no âmbito internacional mesmo antes da paradiplomacia, uma vez que do ponto de vista construtivista não existe separação entre o cenário interno e o cenário internacional (SASSEN, 2010).

Com o decorrer dos anos uma notável mudança resultou no surgimento de novos atores no âmbito internacional, que foi a globalização (surgimento de inovações e novos e diferentes conflitos). Uma vez que a mesma ajudou a legitimar a participação das cidades no cenário internacional (a atuação somente de um poder central do Estado não seria suficiente para garantir eficiência e corresponder com a necessidade da população).

Cidades modelos como atores internacionais

A palavra cidade recebe várias interpretações, a melhor pode ser representada como local de grande aglomeração de pessoas, levando em consideração que do ponto de vista construtivista as cidades são atores internacionais, por não existir divisão entre interno e externo (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Gramaticalmente a palavra cidade é um substantivo, ou seja, uma palavra que serve para nomear um objeto determinado e possui várias acepções na língua portuguesa. Pode significar “aglomeração humana de certa importância, localizada numa área geográfica circunscrita e que tem numerosas casas, próximas entre si, destinadas à moradia e/ou a atividades culturais, mercantis, industriais, financeiras e a outras não relacionadas com a exploração direta do solo” (LENCIONI, 2008, p.113).

Segundo o Dicionário Aurélio, modelo é aquilo que serve de objeto de imitação. Juntas estas duas palavras representam então, locais de pessoas/para pessoas, que através de atos positivos ou negativos, podem ou não trazer inspiração para as demais cidades. “Consideraram profundamente o exemplo de Barcelona, uma cidade com uma imagem internacional que explora seu próprio modelo de cidade e suas práticas de gestão urbana” (SALOMON; NUNES, 2007, p. 132). Um exemplo próximo que temos ainda no Brasil de uma cidade modelo, é Curitiba: ela passou a se desenvolver nos anos 1960 ganhando rápido crescimento pelo seu desenvolvimento urbano e demográfico. Já nos anos 1970 a cidade passou a realizar instalações de parques ao redor da cidade, com intuito de diminuir as áreas inundáveis e evitar enchentes, a partir disso a mesma ganhou mais áreas verdes e passou a buscar melhora urbanística. Tais melhoras foram significativas pela estabilidade do planejamento urbano durante 30 anos, através de projetos que atendiam às necessidades da população como: na área de ensino (bibliotecas "farol do saber", alfabetização dos moradores), na parte ecológica (projetos de saneamento básico, cursos de educação ambiental, trabalhos científicos sobre e para o meio urbano, programas de coletas seletivas, entre outras). Na saúde pública (melhora dos postos de saúde e do sistema único de saúde) e no desenvolvimento da economia local a partir de estratégias de marketing urbano que

atraíssem as empresas tanto nacionais quanto internacionais para a cidade (ZIRKL, 2003).

Podemos descrever Curitiba como modelo de cidade de gestão urbana analisando o planejamento urbano, o transporte público e os programas ambientais. Estes exemplos bem sucedidos poderia sim serem adotados em outras cidades, sempre, contudo, respeitando, as características locais (ZIRKL, 2003, p. 96).

Na década de 1990 o prefeito Jaime Lerner (que fundou o ligeirinho como opção atrativa, barata e confortável) se tornou famoso pela sua atuação junto à cidade e seu desenvolvimento. Foi à primeira cidade brasileira a adotar critérios de mobilidade que garantissem eficiência para a cidade e para a população. “A cidade distingue-se entre as outras capitais e é descrita muitas vezes como referência nacional, o que se comprova nas várias premiações recebidas por instituições nacionais e internacionais como as Nações Unidas” (ZIKRL, 2003, p. 96). Tal atuação de Curitiba trouxe resultados positivos que outras cidades buscavam, não chegou a trazer inspiração no nacional pelas cidades apresentarem condições e problemas locais diferentes, porém, foi mundialmente conhecida como a cidade modelo do Brasil.

Tecnologias sustentáveis

Como já citado apesar das organizações não cumprirem totalmente sua função (ou pelo menos o esperado), elas apontam (indiretamente) para os países os critérios sobre o meio ambiente (BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004, p. 115). Cada Estado ou mesmo cidade se preocupa com o ambiente com qual convivem, cada política pública adotada por um Estado/Cidade dá se pelo pensamento de melhora e desenvolvimento do mesmo, e atualmente Tecnologia é sinônimo de desenvolvimento.

A globalização transformou o significado e os lugares do comando da economia. Algumas das principais propriedades da fase atual na longa história da economia mundial são as ascensões das tecnologias da informação, o crescimento, a elas associado, da mobilidade e da liquidez do capital e o resultante declínio das capacidades regulatórias dos Estados nacionais sobre setores chaves de suas economias (SASSEN, 1998).

A tecnologia nos traz inovações principalmente em pólos de meio ambiente, um exemplo que temos ainda no Brasil são nas Cidades do Rio de Janeiro, Curitiba e Bogotá, com os ônibus híbridos (o ônibus atende aos padrões tecnológicos e sustentáveis que se desejava implantar para a Copa de 2014 e a Olimpíada de 2016).

Programa de teste de ônibus híbrido, cujo objetivo principal será testar as diferentes tecnologias em operação urbana. O propósito do programa de teste com ônibus híbridos, com financiamento a fundo perdido do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e coordenação da Fundação Clinton, é de possibilitar o desenvolvimento da tecnologia híbrida dentro da América Latina, a fim de que as cidades possam acelerar sua habilidade de incorporar tecnologias mais eficientes de combustíveis na frota de ônibus municipal e, com isso, produzir grande impacto na redução de emissão de gases do efeito estufa e de poluentes locais (SPTRANS, Prefeitura de São Paulo).

Tal inovação representa além de uma política pública de sucesso de países mais desenvolvidos (O caso do Japão e sua mobilidade sustentável), uma forma de espalhar tecnologias eficientes através de programas com mérito sustentável.

Considerações finais

Tecnologia é sinônimo de inovação e desenvolvimento, e a mesma possibilita a desenvoltura de projetos. No caso deste trabalho é interessante destacar sobre os projetos sustentáveis urbanos que as cidades inteligentes trazem e como tais projetos garantem melhora do meio ambiente. Como citado durante o texto o ônibus híbrido (política pública adotada por algumas cidades para melhora do meio ambiente) é um grande exemplo urbanístico adotado pelas cidades que seguem o

proposto modelo inteligente (tecnologia trabalhando diretamente com o apoio ao meio ambiente). Podemos dizer que as ligações entre o projeto de cidades inteligentes e o projeto das tecnologias sustentáveis são existentes, uma vez que o presente trabalho trouxe através de uma análise do que são ambos os projetos, que as cidades inteligentes trabalham em prol do desenvolvimento das cidades, e apontam a sustentabilidade das mesmas como uma de suas principais características. Então o projeto sustentável apontado como exemplo (ônibus híbridos) é um exemplo claro de tal ligação, já que une sustentabilidade e mobilidade garantindo suprir a necessidade das pessoas.

Como citado no livro de Eduardo Gomes e Bettina Bulzico - Soberania, Cooperação e o direito humano ao meio-ambiente (p. 51), até mesmo as convenções para melhora da situação ambiental surgiram de um pensamento "egoísta" de colocar seus interesses, opiniões, desejos e necessidades em primeiro lugar para garantir a melhora do seu país. Para responder o problema de pesquisa vale ressaltar a importância da paradiplomacia e do método construtivista de cidades como novos atores internacionais uma vez que os atores promovem uma maior cooperação internacional. E tal cooperação é notada a partir do momento que os novos atores internacionais através da construção de uma imagem para o internacional, passam a ter uma atuação no cenário mundial. Já que as cidades (ator) conseguem através da troca de

experiências de áreas voltadas as mesmas (infra-estrutura, habitação, urbanismo e políticas públicas) garantir aproximação (seja de interesses, opiniões, desejos ou até necessidades) com outras Cidades/Estados se tornando então uma cidade modelo.

Um fator importante na tomada de decisão dos Estados/Cidades em adotar uma “experiência” de outra cidade, é perceber além da aproximação entre elas, confiança na imagem que a cidade impõe. Quando a cidade consegue garantir tais interesses e necessidades para o local, a mesma passa a ser reconhecida de alguma maneira (seja somente pelos seus cidadãos ou pelos demais). E uma vez que as mesmas buscam por desenvolvimento, ter garantia de que tal política pública pode e age de maneira positiva ajudam na tomada de decisão dos locais, então as cidades modelos que implementam tecnologias sustentáveis e visam à melhora do seu ambiente, podem se tornar a alavanca das outras cidades.

Por fim a atuação em conjunto dos atores internacionais (agentes subnacionais) e das cidades inteligentes neste meio, ajudam na atuação e aproximação do Estado com a população uma vez que as cidades inteligentes através de seus conceitos e feitos já citados contribuem com a cooperação internacional e o desenvolvimento da imagem (das cidades) para fora. E o reconhecimento das cidades como atores internacionais contribui para alastrar o projeto das cidades

inteligentes através da imagem bem vista que as cidades modelos impactam como o caso de Curitiba nestas ultimas décadas.

Referências

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; VARELLA, Marcelo Dias; SCHLEICHER, Rafael T.. **Meio ambiente e relações internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate**. Rev. bras. polít. int. [online]. 2004, vol.47, n.2, pp. 100-130.

DICIONÁRIO AURÉLIO. **Significado das palavras**. Disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio.com/Modelo.html>. Acesso: 25/06/2014.

DIRKS, Susanne; KELLING, Mary. **A vision of smarter cities**. Copyright IBM Corporation 2009. Produced in the United States of America June 2009. All Rights Reserved.

GOMES, Eduardo Biacchi; BULZICO, Bettina. **Soberania, Cooperação e o direito humano ao meio-ambiente**. IN GOMES, Eduardo Biacchi Gomes; BULZICO, Bettina. (org). Sustentabilidade, desenvolvimento e democracia. Ijuí: Unijuí, 2010, p. 49 a 68;

LENCIONE, Sandra. **Observações sobre o conceito de cidade e urbano**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 24, pp. 109 - 123, 2008.

OLIVEIRA, Ana Carolina Rosso de. **A paradiplomacia: conceito e inserção do profissional de relações internacionais.** Anais do X Seminário de Ciências Sociais - Tecendo diálogos sobre a pesquisa sociais Universidade Estadual de Maringá | Departamento de Ciências Sociais 22 a 26 de Outubro de 2012.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SASSEN, Saskia; ROOST, Frank. **A cidade: local estratégico para a indústria global do entretenimento.** In. Espaços & Debates: aliança e competição entre cidades. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, ano XVIII, n.41, pp.66-74, 2001.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia global.** Nobel, 1998 - 190 páginas.

SALOMÓN, Mónica; NUNES, Carmen. **A Ação Externa dos Governos Subnacionais no Brasil: Os Casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Um Estudo Comparativo de Dois Tipos de Atores Mistos.** CONTEXTO INTERNACIONAL Rio de Janeiro, vol. 29, no 1, janeiro/junho 2007, p. 99-147.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Uma revisão da literatura.** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45;

SPTRANS, Prefeitura de São Paulo. **História do Ônibus Híbrido.**
Disponível em: http://sptrans.com.br/sptrans_acao/hibrido.aspx.
Acesso: 18/06/2004.

STRAPAZZON, Carlos Luiz. **Convergência tecnológica nas políticas urbanas: pequenas e médias “cidades inteligentes”.** Convergência Tecnológica nas Políticas Urbanas. Curitiba, n. 22, Temática n. 6, p. 89-108, 2009.

VILLA, Rafael Duarte. **Atores não-estatais e meio ambientes nas relações internacionais: Greenpeace e a Antártica.**
<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/3039/2430>.
Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 4, p. 45-57, jul./dez. 2001.
Editora da UFPR.

ZIRKL, Frank. **Desenvolvimento urbano de Curitiba (Brasil): Cidade modelo ou uma exceção?** ACTAS L.de V. TOMO 26 2003.

Cooperação descentralizada como instrumento da governança global na gestão do meio ambiente

Andressa Holzmann¹

Resumo: O presente trabalho pretende abordar o tema da Cooperação Descentralizada como ferramenta da Governança Global. A fim de alcançar esse objetivo será analisada a Cooperação Descentralizada praticada por novos atores no âmbito das relações internacionais. Para tanto serão consideradas as ações de agentes subnacionais e de atores da sociedade civil, tais como o empresariado, as Organizações Não Governamentais, e as instituições de pesquisa na promoção do desenvolvimento sustentável no âmbito do Meio Ambiente. Também será avaliada a importância dos governos subnacionais no desenvolvimento da Governança Global Ambiental, destacando a participação das Redes de Cidades no processo de gestão do Meio Ambiente.

Palavras-chave: Cooperação Descentralizada. Meio Ambiente. Governança Global. Governança Multinível.

Abstract: This paper intends to address the Decentralized Cooperation subject as a tool of the Global Governance. In order to achieve that goal the Decentralized Cooperation practiced by new actors in the international relations. To this end, it will be considered the actions performed by the subnational and civil society actors, such as entrepreneurs, non-governmental organizations, and research institutions in promoting sustainable development in the Environment field. It will also be assessed the importance of subnational governments in the development of Global Environmental Governance, highlighting the participation of Networks of Cities in the management of the Environment.

¹ Graduanda em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Uninter e formada em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela Universidade Positivo, Curitiba, Brasil.

Keywords: Decentralized Cooperation. Environment. Global Governance. Multilevel governance

Introdução

O principal objetivo desse trabalho é avaliar as possibilidades e as consequências da Cooperação Descentralizada no processo de gestão do Meio Ambiente. As transformações e a subsequente expansão da atuação da sociedade civil e do setor privado, e, particularmente, dos governos subnacionais no cenário internacional levou à uma reconfiguração das interações nas relações internacionais contemporâneas, pois esses novos atores desempenham papéis cada vez mais importantes no cenário internacional.

Partindo dessa premissa, o artigo procura trabalhar os conceitos de Governança Global e de Governança Multinível no âmbito do Meio Ambiente. Também realiza-se uma revisão da literatura do conceito de Cooperação Descentralizada, com o objetivo de retratar a evolução histórica desse modelo de cooperação internacional.

A última parte do artigo dedica-se a realizar um breve resumo da atuação de algumas das principais Redes de Cidades no plano do Meio Ambiente, a fim de exemplificar a importância dessas redes para a mitigação dos problemas climáticos nas áreas urbanas.

Governança Global e Governança Multinível

A governança global dedica-se a estudar a possibilidade de governança na ausência de governo, um fenômeno “amplo, por envolver, paralelamente, as instituições governamentais e o comprometimento de atores privados e não governamentais” (CARRION, LORENZETTI, 2012, p.722). O conceito de Governança incluiria os Regimes Internacionais e compreenderia “um sistema de ordenação que depende de sentidos intersubjetivos, mas também de constituições e estatutos formalmente instituídos” ((BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004, p.106). Desta forma, Governança pode ser entendida como a tentativa de diferentes atores de enfrentar interesses conflitantes através de uma ação coletiva que envolva atividades governamentais e também outros canais de comunicação (HIGGOTT, 2005).

Segundo Mari-Claude Smout, podem ser detectados três conceitos de Governança: Governança Corporativa, Governança Multinível e Governança sem Governo (BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004). Para fins desse artigo, o conceito utilizado é o de Governança Multinível, que é definida como um processo de negociação desenvolvido por governos de diversos níveis territoriais, bem como de redes políticas que não estão circunscritas dentro dos limites da esfera pública. Sendo assim, Governança

Multinível não se limitaria à dimensão vertical, mas abrangeria também a dimensão horizontal, pois seria a consequência do aumento da interdependência entre os governos de diferentes níveis territoriais, bem como do aumento da interdependência entre atores governamentais e não-governamentais (YAHN FILHO, 2011).

Por ser uma forma de governança de base horizontal, permite que surjam oportunidades de compartilhamento de informações e boas práticas entre os governos locais (sejam cidades ou regiões) e os governos nacionais, assim como da participação de Organizações Não Governamentais (ONGs), centros de pesquisa e do empresariado nas tomadas de decisões sobre políticas públicas (CORFEE-MORLOT et al, 2009).

Cooperação Descentralizada

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento pode ser definida como “el conjunto de acciones diseñadas y ejecutadas por actores públicos y privados de distintos países, que buscan promover un progreso más justo y equilibrado en el mundo”² (SÁNCHEZ, 2002, p.23). Essa cooperação está fundamenta na somatória de esforços dos

² O conjunto de ações criadas e implementadas por atores públicos e privados de diferentes países, visando promover um progresso mais justo e equilibrado no mundo. Tradução da autora.

países para superar os grandes desafios propostos pelo desenvolvimento através do compartilhamento de experiências, conhecimentos e boas-práticas.

Entretanto, os padrões de cooperação adotados (programas de assistência humanitária, bolsas de estudos para estrangeiros, contribuições para organizações internacionais, e, especialmente, cooperação técnica) se provaram ineficazes como respostas às grandes questões do desenvolvimento, especialmente no que diz respeito às condições para alcançar um desenvolvimento sustentável (ULLRICH, CARRION, 2012).

É nessa lógica que surge a Cooperação Descentralizada, inicialmente como um “instrumento de ajuda dos países desenvolvidos aos países menos desenvolvidos” (DESSOTTI, p.9, 2009). Após a década de 1990, esse conceito passou por uma reavaliação “em função dos questionamentos sobre a efetividade dos instrumentos clássicos de cooperação na melhoria da qualidade de vida” (DESSOTTI, 2009, p.9).

A Cooperação Descentralizada tem como uma de suas principais características ser “el conjunto de iniciativas de cooperación pública al desarrollo que [...] procura estimular las capacidades de los actores de base territorial y fomentar un desarrollo más participativo”³

³ O conjunto de iniciativas que para desenvolvimento público que [...] procura incentivar as capacidades dos atores locais e promover um desenvolvimento mais participativo. Tradução da autora.

(ROMERO, 2006, p.16). Mas sem que se exclua a possibilidade da atuação em conjunto com outros agentes locais, ou que atores não-governamentais possam ser executores de certas ações, porém sempre abaixo da liderança dos governos locais/regionais. Passa a ser, portanto, a arena de atuação de uma série de novos atores da sociedade civil (empresariado, ONGs, instituições de pesquisa) que surgem da dinâmica de transformações das relações internacionais, alterando a lógica de inserção internacional dos atores locais, que se caracteriza pela incorporação da cooperação multilateral.

Devido a tais transformações nas relações internacionais contemporâneas, fica evidente a “diversificação de centros de poder, cuja atuação deixa de ser pensada em função do Estado para incorporar a sociedade civil organizada” (VILLA, 2001, p.46). A configuração das interações, alterada devido à globalização e a outros fatores, expande o papel e a importância de representantes da sociedade civil e do setor privado, além de governos subnacionais, no cenário internacional. A cooperação não é mais função exclusiva dos governos centrais e os atores locais se tornam sujeitos ativos desse processo, pois estes tem quebrado o monopólio do Estado "na administração e governo do sistema internacional" (VILLA, 2001, p.46). Esse processo é resultado direto da necessidade de intercâmbio de conhecimento, informações e de experiências que minimizem os custos e maximizem a eficiência,

buscando parcerias que fortaleçam as instituições através de trocas de know-how, apoio institucional e treinamento.

Pela facilidade do acesso às informações sobre as questões mais prementes para suas populações, as cidades podem identificar as deficiências e necessidades locais, facilitando a busca por ações específicas que promovam a solução desses problemas de maneira mais assertiva. Os governos locais, segundo Castells (citado por DESSOTTI, 2009, p.4)⁴, “podem expressar melhor a identidade cultural de um território, estabelecer mais facilmente mecanismos de participação e informação, e gerar mobilizações simbólicas comunitárias”. Essa possibilidade de realizar suas próprias necessidades é apoiada no Princípio da Subsidiariedade, pois haveria uma divisão das “competências entre diversos âmbitos aos atores que melhor demonstrassem conhecimento de causa e competências para sanar desafios de melhor maneira do que os demais” (MÈRCHER; SARAIVA, 2012, p. 12).

Os governos locais têm a vantagem frente aos governos nacionais, pois são próximos à cidadania e, ao mesmo tempo, têm uma escala menor que facilita a flexibilidade, a adaptabilidade, uma maior

⁴ CASTELLS, Manuel. Hacia El Estado Red? Globalização economia e instituciones politicas en la era de la informacion. In: Seminario Internacional: Sociedade e a Reforma do Estado. São Paulo: Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado, março 1998.

capacidade de manobra em um mundo mais dinâmico e de mudanças (MARZULO, MARX, 2010, p.10).

É nessa lógica que se desenvolvem, além dos programas tradicionais de irmanamento de cidades, “iniciativas mais abrangentes e estáveis com coalizões de coletividades territoriais do mundo inteiro, articuladas em redes temáticas multilaterais” (FREITAS, VARGAS, 2010, p.12), como as Redes de Cidades.

A criação de vínculos entre os governos locais facilita a criação de estruturas de cooperação que se estabelecem como instrumentos de empoderamento das comunidades. Desta forma, podem ser elaboradas políticas públicas adequadas e que atendam necessidades comuns, baseadas nas características específicas de cada localidade, utilizando de maneira produtiva, eficaz e responsável os recursos à disposição. A responsabilidade financeira também é transferida para os próprios atores locais, fazendo com que esses participem do processo como um todo (fonte).

Cooperação Descentralizada e o Meio Ambiente

Desde a realização da primeira conferência global sobre o meio ambiente, em 1972 em Estocolmo, grande parte dos estudos realizados sobre a governança do Meio Ambiente, particularmente após a United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), em

1992, e da assinatura do Protocolo de Kyoto, em 1997, tem sido voltado para o desenvolvimento do Regime Internacional de Mudança Climática, bem como a sua implementação por parte dos Estados (CUNHA, REI, WALTER, 2012). E apesar da questão urbana ser de grande importância, o papel das cidades nas discussões e implementações de políticas de cunho ambiental foi sempre relegado a um plano inferior.

Entretanto, como a maior parte da população está concentrada em aglomerados urbanos e, também ser aí onde são realizadas grande parte das atividades econômicas, as cidades vem se transformando em atores centrais, pois passa-se a discutir a gestão dessas regiões urbanizadas de forma as necessidades de suas populações sejam atendidas ao mesmo tempo em que se encontrem inovações que garantam a possibilidade de um desenvolvimento sustentável. Tais conceitos ainda são heranças da proposta da International Union of Concerned Scientists (IUCS) de uma “sistematização da relação entre crescimento econômico insustentável e recursos naturais em exaustão” (BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004, p.104) e do relatório Nosso Futuro Comum, que politizou o termo “Desenvolvimento Sustentável”, transformando a abordagem sobre a questão ambiental, que passou a conciliar tanto “a garantia de bem-estar aos indivíduos, quanto à conservação e utilização racional dos recursos naturais” (BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004,

p.104).

Segundo os autores Cunha, Rei e Walter (2012), para que ocorra a mobilização dos atores locais em relação ao tema da mudança climática é necessário que sejam identificados cinco fatores de relevância. O primeiro fator seria a presença de indivíduos posicionados dentro da estrutura administrativa e política dos governos subnacionais que estejam comprometidos com ações ligadas ao tema. Outro fator seria a disponibilidade e acesso a fundos para investimentos em iniciativas voltadas ao desenvolvimento e implementação de políticas públicas. O terceiro fator refere-se à autonomia dos governos subnacionais para legislar sobre questões referentes à gestão energética e de transportes, por exemplo. A existência dessa mobilização dependeria também da incursão de outros fatores que resultariam em benefícios como a possibilidade de reduzir a poluição, o desenvolvimento da economia local e a possibilidade de promover a redução de desigualdades sociais e econômicas. O último fator seria a vontade dos governos subnacionais em definir oportunidades e dificuldades para a ação sobre as questões ambientais (CUNHA, REI, WALTER, 2012).

Esse reconhecimento do papel dos atores não-estatais nos processos decisórios renovou a ideia de governança ambiental, especialmente devido a utilização da cooperação descentralizada como ferramenta para o “desenvolvimento de iniciativas inovadoras em

políticas de mitigação e adaptação nas áreas urbanas” (FREITAS, VARGAS, 2010, p.17) no âmbito do Meio Ambiente.

A cooperação descentralizada permite que a sociedade civil e o setor privado se apropriem da condução do desenvolvimento local, o que demonstra uma crise no modelo tradicional de governança, que passa a ser suplantado por um modelo mais aberto e inclusivo que demanda uma “comunicação aberta e reflexividade coletiva” (BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004, p.144). Como reflexo dessa necessidade de se adaptar às transformações do cenário internacional é que as cidades passam a buscar inserção no sistema internacional. Também é assim que surgem as Redes de Cidades, visto que as mesmas passam a reconhecer que precisam sobreviver em um mundo cada vez mais interdependente (MARZULO; MARX, 2010).

Assim, as cidades se agruparam em redes por diversas razões: para fazer lobby conjunto, para gerar espaços territoriais mais modernos e globalizados, para se inserir no sistema internacional, para ter acesso à informação e às novas tecnologias, para construir liderança e para gerar um espaço de relação entre elas e outros atores, como por exemplo, os governos nacionais, os organismos internacionais ou a sociedade civil organizada. A participação na rede, não é uma tarefa reservada às grandes cidades, mas também às pequenas e às médias. De fato são estas últimas que tiram melhores vantagens da sua presença em rede,

já que é uma forma de defender-se no mundo globalizado (MARZULO; MARX, 2010, p.10)

No âmbito do Meio Ambiente, a primeira rede de cooperação entre cidades a se destacar foi o ICLEI, International Council for Local Sustainability ou Local Governments for Sustainability⁵, criada em 1990 como uma coalizão de governos subnacionais que visa a proteção do clima mundial via desenvolvimento sustentável, e que hoje conta com mais de 1000 cidades associadas no mundo. A ICLEI tem como proposta principal prover assistência para que seus membros diminuam suas emissões de gás carbônico através do compartilhamento de ferramentas, conhecimento técnico, treinamento de software, e assistência no desenvolvimento de políticas (CORFEE-MORLOT et al, 2009).

Outro modelo de destaque é a *the Large Cities Climate Leadership Group*, conhecido como Rede C40, que conta com a participação de 40 das maiores cidades do mundo e que trabalha em conjunto com a Iniciativa Clinton pelo Clima (Clinton Climate Initiative - CCI), fundada em 2006, para reduzir a emissão de GHG das cidades participantes. Os fóruns do C40 buscam diminuir as emissões de carbono ao mesmo tempo que buscam aumentar a eficiência energética das grandes cidades, através de parcerias com companhias

⁵ Originalmente chamada de International Council for Local Environmental Initiatives.

energéticas, bancos e com as maiores cidades do mundo, com o intuito de reduzir o consumo de energia nos prédios existentes, bem como desenvolver projetos em gestão de resíduos, transporte, iluminação exterior, entre outros (CORFEE-MORLOT *et al*, 2009).

Destaca-se também o Comitê do Desenvolvimento Sustentável no âmbito da Eurocities, rede de cidades fundada em 1986 e que “tem como meta melhorar a vida de cerca de 80% dos europeus que estão vivendo nas cidades, promovendo trocas de experiências e melhores práticas entre os funcionários dos governos locais” (MENEGETTI NETO, 2005, p. 59). O Comitê foi desenvolvido com a finalidade de auxiliar o desenvolvimento sustentável das mais de 130 cidades membros em temas como investimento em energia renovável, controle do desperdício, uso sustentável do solo e aumento do espaço verde (CORFEE-MORLOT *et al*, 2009).

Uma das maiores Redes transnacionais de Cidades do mundo, a UCLG (United Cities and Local Governments – Cidades e Governos Locais Unidos) representa quase metade da população mundial, pois possui como membros mais de 1000 cidades provenientes de 95 países, além de estar presente em 140 dos 193 membros da ONU. A organização tem sido uma participante ativa nas ações referentes à mudança climática buscando a promoção de programas que envolvem a preservação da água, saneamento, resiliência e redução de risco de desastres naturais, e projetos de desenvolvimento sustentável.

Considerações Finais

Devido às falhas sistêmicas dos Estados e das Organizações Internacionais na gestão das questões e problemas que podem ser considerados globais, tal como o Meio Ambiente, surgiu uma busca por uma abordagem mais flexível, que abriria espaço para que novos atores se destacassem e pudessem agir na governança global do Meio Ambiente (BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004). O reconhecimento do surgimento de atores não-estatais nos processos decisórios renovou a ideia de governança ambiental. Entretanto, também trouxe novos desafios “no estabelecimento das regras do jogo internacional, que sempre foram pouco claras para as questões ambientais” (BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004, p.128).

Visto que o conceito de Cooperação Descentralizada implica em uma “necessidade de reforçar democracia, desenvolvimento e participação” (PROENÇA, p. 23, 2009), particularmente pelo fortalecimento da autonomia e da democratização dos governos locais, nota-se o encorajamento à participação em diversos aspectos da vida comunitária, o que inclui participação nas decisões referentes às políticas de desenvolvimento sustentável.

Também observa-se que os temas das agendas tornam-se cada

vez mais ampliados, descentralizados e menos hierarquizados (VILLA, 2001), especialmente no âmbito do Meio Ambiente, abrindo espaço para que haja um desenvolvimento cada vez mais expressivo de políticas que incluam os governos subnacionais e representantes da sociedade civil organizada. Os governos subnacionais, sejam eles cidades, estados, ou regiões têm conseguido se adequar à sustentabilidade e dar exemplo de boas práticas, reflexo de uma atuação cada vez mais proativa desses entes nas ações de mitigação da questão climática, bem como da atuação e desenvolvimento das Redes Transnacionais de Cidades.

Referências

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; VARELLA, Marcelo Dias; SCHLEICHER, Rafael T. **Meio ambiente e relações internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate.** Rev. bras. polít. int. [online]. 2004, vol.47, n.2, pp. 100-130.

CORFEE-MORLOT, J. et al. **Cities, Climate Change and Multilevel Governance.** OECD Environmental Working Papers no. 14, OECD, Paris, 2009.

CUNHA, K.; Rei, Fernando ; WALTER, *Arnaldo*. **Subnational Climate-Friendly Governance Initiatives in the Developing World:**

A Case Study of the State of São Paulo, Brazil. In: Eric Brousseau; Tom Dedeurwaerdere; Bernd Siebenhuner. (Org.). *Reflexive Governance for Global Public Goods*. Cambridge: MIT Press, 2012, v. , p. 145-157.

DESSOTTI, Fabiana R. **Cooperação Descentralizada: Uma Inovação nas Políticas Públicas de Desenvolvimento Local.** In: 5º Congrès de l'Institut Franco-Brésilien d'Administration des Entreprises - IFBAE, 18 e 19 de maio 2009. França.

HIGGOTT, Richard. **The Theory and Practice of Global and Regional Governance: Accommodating American Exceptionalism and European Pluralism.** GARNET Working Paper: No 01/05, November 2005.

LORENZETTI, Julia V. ; CARRION, Rosinha M.. **Governança ambiental global: atores e cenários.** Cadernos EBAPE.BR (FGV), v. X, p. 721-735, 2012.

MARZULO, E. P. ; MARX, Vanessa. **As cidades no cenário global: do neoliberalismo à crise de 2008.** In: Encontro Nacional da ABRI Governança global e novos atores, 2011, São Paulo. Encontro Nacional da ABRI (3. : 2011 jul. 20-22 : São Paulo, SP) Governança global e novos atores [recurso eletrônico]. [Belo Horizonte] : ABRI, 2011. Belo Horizonte: ABRI, 2011.

MENEGHETTI NETO, A. . **Redes de cidades: cooperação, estratégias de desenvolvimento, limitações constitucionais e divergências - o caso das Mercocidades.** 2002. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil, 2002.

MÈRCHER, L.; SARAIVA, A. **O Princípio da subsidiariedade no Mercosul: o papel da cooperação descentralizada a nível cultural.** CEPIAL. In: III Congresso de Cultura e Educação para Integração da América Latina: Semeando Novos Rumos, 2012, Curitiba. Integração das Sociedades na América Latina: cenários e tendências da integração latino-americana por Dra. Karla Gobo (UNINTER/UNICAMP). Curitiba: CASLA, 2012. p. 01-22.

PROENÇA, Fátima. **Avaliando a Cooperação Descentralizada: pistas para um modelo com aplicação empírica.** Centro de Estudos sobre a África – Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Coleção Documentos de Trabalho, nº 77. Lisboa, 2009.

ROMERO, María del Huerto. **La cooperación descentralizada local. Aportes para la construcción de un marco de referencia conceptual en el espacio de las relaciones Unión Europea- América Latina.** Anuario del Observatorio de la Cooperación Descentralizada.

Montevideo: Consorcio Diputació de Barcelona-Intendencia Municipal de Montevideo. 2006.

SÁNCHEZ. Erick Román. **Cooperación y Desarrollo: Nueve Preguntas sobre el Tema.** Amycos, 2002. p.22.

ULLRICH, D.; CARRION, R. S. M. . **A Atuação do Brasil na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: o desafio do compartilhamento de saberes.** Desenvolvimento em Questão, v. 20, p. 4-27, 2012.

VARGAS, M. C. ; RODRIGUES, D. F. . **Regime internacional de mudanças climáticas e cooperação descentralizada: desafios de articulação na escala metropolitana.** In: V Encontro Nacional da ANPPAS, 2010, Florianópolis. Anais do V ENANPPAS. Campinas: ANPPAS, 2010.

VILLA, Rafael Duarte. **Atores não-estatais e meio ambiente nas relações internacionais: Greenpeace e a Antártica.** Desenvolvimento e Meio Ambiente n. 4, p. 45-57, jul./dez. 2001. Editora da UFPR.

YAHN FILHO, A. G. . **Mercocidades e governança multinível no processo de integração regional** sul-americano. In: 3º Encontro Nacional da ABRI: Governança global e novos atores, 2011, São Paulo. 3º Encontro Nacional da ABRI: Governança global e novos atores, 2011. v. 1.

A geopolítica dos recursos naturais da Rússia: Uma análise sob a perspectiva de Vladimir Putin

Débora Nascimento Chagas¹

Resumo: Este trabalho pretende revisar a geopolítica russa de seus recursos naturais e como esta influencia na atuação do país no contexto internacional. Os recursos naturais desempenham papel de extrema importância na geopolítica global, desde o fim do Século XIX. Todas as grandes potências, que já detiveram importantes posições no cenário global, buscam independência de outros Estados no que tange o abastecimento energético, mesmo que seja necessário construir meios de dominação dos recursos naturais de países sem condições de explorá-los. A Rússia não fica atrás quando de trata de administrar seus recursos energéticos, especialmente com a chegada de Putin a Presidência. Na verdade, a estratégia geopolítica russa compreende-se na boa administração de seus recursos naturais para que se mantenha como agente preponderante no cenário internacional, a ponto do Estado intervir diretamente nas regras do jogo da indústria do petróleo e do gás.

Palavras-chave: Rússia, Petróleo e Gás, Putin, Geopolítica.

Abstract: This paper aims to review Russian geopolitics and its influence on its actions as an international agent. Since the last decades of the century XIX the energetic natural resources have been playing an essential role within the global geopolitics. Every big player who holds or held an important position within the international context, seeks for independence from others when it comes to energetic resources eventhough it means to subdue weaker players by exploiting their natural resources as they don't have ways to do it by themselves. Russia isn't held back while conducting its natural resources, specially with

¹ Graduanda de Relações Internacionais pelo Centro Universitário Uninter, Curitiba/PR.

Putin as its President. Indeed, Russia's geopolitical strategies relies on the good management of its reserves in order to preserve its position as a ruling player within the international relations, which makes the State directly step in and control the rules of the game on Russian Oil & Gas industry.

Key words: Russia, Oil & Gas, Putin, Geopolitics.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo tratar a geopolítica russa dos recursos naturais e como se trava o jogo do poder entre o Estado russo e as empresas privadas que atuam dentro de seu território. Além disso, este pretende compreender como a posse de grandes reservas de petróleo e gás influenciam na atuação política internacional russa e na sua tentativa de se reinserir no grupo das grandes potências globais.

Com a entrada de Vladimir Putin na presidência em 2000, as estratégias russas tomaram um novo rumo, frente a defesa dos interesses do país, o que vem trazendo a Rússia de volta as discussões internacionais e incomodando o ocidente. Este trabalho tentará mostrar que a mudança na estratégia geopolítica russa ocorre de várias maneiras, desde que Putin tornou-se presidente. Este conseguiu restabelecer o controle da Rússia nas mãos do presidente, diferentemente do que acontecia no governo de Boris Yeltsin.

As grandes reservas de petróleo e de gás da Rússia servem como fonte de renda para investimentos na economia e na indústria do

país. E Putin parece estar dedicado em tirar o máximo de vantagens deste lucrativo e potencial instrumento de poder.

A construção deste artigo utilizou a pesquisa de artigos relacionados ao temas e publicados por renomadas Universidades Internacionais, tais como, Harvard, Standford e a Rice University. Além destes foram considerados estudos realizados por centros internacionais de estudos dos recursos naturais, como exemplo o Instituto de Estudos Energéticos do Japão.

A condução da pesquisa, inicialmente, direcionou-se através da construção de um panorama histórico para compreensão da inserção dos recursos naturais nos jogos de poder globais desde o fim do Século XIX. Além da pesquisa histórica, foi adotado um método de pesquisa indutivo, com o intuito de corroborar a defesa da hipótese apresentada com as atitudes da Rússia em sua geopolítica.

A hipótese, pautada em estudo de recentes matérias públicas em renomadas revistas internacionais, dentre elas a *The Economist* e o *Le Monde Diplomatique*, finaliza o trabalho através da análise sistêmica da conjuntura em que a Rússia está inserida, tornando possível a construção de um pensamento dedutivo que conecte as ações do Governo de Putin com a conclusão deste trabalho, que defende a intenção russa de reinserção no cenário geopolítico internacional dentre as potências que regem o sistema.

Na primeira parte deste artigo abordará brevemente a história do petróleo e como foi a inserção deste recurso no cenário econômico internacional a partir do final do Século XIX. A segunda parte disponibilizará o contexto o qual os recursos naturais se tornaram preponderantes na geopolítica global, através do panorama histórico da iminência da Segunda Guerra Mundial. A terceira parte observará como a Rússia se comporta geopoliticamente quando administra suas fontes de recursos naturais e como se pautam suas ações de influência regional pelo controle das reservas e abastecimento de gás natural na Eurásia. Por fim, a quarta parte verificará a influência do Presidente Vladimir Putin frente as estratégias russas na administração de seus recursos, bem como na maneira em que as utiliza para se reinserir como ator preponderante no cenário internacional.

Petróleo: o início da corrida global pelo ouro negro.

O petróleo, de acordo com o Departamento de Engenharia da UNICAMP, é uma substância oleosa, inflamável, com cheiro característico e, em geral, menos densa que a água e com cor variando entre o negro e o castanho escuro. A substância origina-se da decomposição dos seres que compõem o plâncton e é resultante da pouca oxigenação e da ação de bactérias. Ao longo de milhões de anos estes seres foram se acumulando no fundo dos mares e dos lagos e se

transformaram no que conhecemos, hoje, por petróleo. Este se desloca até encontrar um terreno apropriado para se concentrar, ou seja, até as bacias sedimentares, formando jazidas. Nestas pode-se encontrar o gás natural, na parte mais alta, e o petróleo e água nas partes mais baixas (DPF/UNICAMP).

Desde a antiguidade, o petróleo surgia de maneira natural em alguma regiões que correspondem atualmente ao Oriente Médio. Era usado para diversos fins, tais quais: para colar ladrilhos, engraxar couros, embalsamar e lubrificar as rodas das carruagens. Aponta-se o século XIII como o início da produção em escala comercial do petróleo, naturalmente com as limitações da época, quando Marco Polo viajou pelo norte da Pérsia em 1273 e registrou o uso do petróleo na iluminação e para usos medicinais. Em 1850, antes mesmo do petróleo tomar as proporções comerciais que atualmente protagoniza, a substância era usada como laxante, cicatrizante e anti-séptico. Ainda, era considerado eficaz no tratamento da surdez e na cura de tosse, bronquite, congestão pulmonar, gota, reumatismo e mau-olhado (MBP/COPPE/UFRJ).

Em 1854, um grupo de investidores contratou o professor de química da Universidade de Yale, Benjamin Silliman Jr. para analisar as propriedades do óleo como iluminante e lubrificante (MBP/COPPE/UFRJ). Somente no ano de 1859, com Edwin Laurentine Drake, é que o petróleo foi extraído pela primeira vez do

subsolo, através de uma técnica de perfuração, em Titusville no estado da Pensilvânia. Naquela época o óleo de pedra, como era chamado então, poderia ser exportado em quantidade e processado para ser convertido num fluido que seria queimado em lampiões, como iluminante, de forma a competir com óleos de carvão, que detinham o monopólio do mercado. O plano de inserção deste produto no mercado, consistia, seu custo benefício, pois utilizava-se menos óleo para uma iluminação de boa qualidade e barata. Passados cinco anos, achavam-se constituídas, nos Estados Unidos, 543 companhias entregues ao novo e rendoso ramo de atividades. Na Europa floresceu, em paralelo a fase de Drake, uma reduzida indústria de petróleo, que sofreu a dura competição do carvão, linhita, turfa e alcatrão, até então entendidas como nobre.

Em 1870, John D. Rockefeller² inaugura a Standard Oil em parceria com seu irmão William Rockefeller, Henry Fagle, Jabez Bostwick, Stephen V. Harkness e o químico Samuel Andrews. O sucesso da demanda de querosene e gasolina favoreceu o rápido enriquecimento de Rockefeller, que se tornou o homem mais rico do mundo e o primeiro americano a ter mais de um bilhão de dólares. A S.O. se tornou, muito rapidamente, uma das maiores transportadoras de

² John D. Rockefeller, fundador da Standard Oil, da Universidade de Chicago e da Universidade Rockefeller. Sua fortuna total foi estimada, em 1937 (ano de sua morte), em 1,4 bilhão de dólares, se tornando o homem mais rico da história (MBP/COPPE/UFRJ).

petróleo e querosene dos Estados Unidos e obteve quase que o monopólio do mercado de extração e refino dos Estados Unidos na época (TARBELL, 1904).

A Royal Dutch–Shell Group, de capital anglo–holandês e apoiada pelo governo britânico, expandiu-se rapidamente no início do século XX, passando a controlar a maior parte das reservas conhecidas do Oriente Médio. Posteriormente, a empresa passou a investir na Califórnia, no México e na Venezuela. Neste mesmo tempo, companhias européias promoveram muitas pesquisas em todo o Oriente Médio e destas concluiu-se que a região detinha, em seu território, cerca de setenta por cento das reservas mundiais o que provocou reviravoltas em todos os planos de exploração. Iniciava, então, a corrida pela posse e extração do ouro negro ao redor do globo (CEPA – IF - USP).

Enquanto isso, na Rússia, os irmãos Nobel transformaram o Canto de Baku, situado às margens do Mar Cáspio, em uma verdadeira Meca do petróleo, construindo casas apropriadas para seus trabalhadores e condições decentes de trabalho para estes. Além de terem revolucionado ao construírem as primeiras refinarias privadas, assentarem o primeiro oleoduto e distribuírem o petróleo russo através de navios petroleiros construídos por eles mesmos; mostraram integridade, honra e benevolência em seus negócios. O clã dos Nobel deixou seu legado honesto e pacífico ao conceder toda sua fortuna para o reconhecimento das grandes invenções no âmbito das ciências, para

os cientistas que se destacassem nas descobertas nas áreas de Física, Química, Medicina e Literatura; além de promover o prêmio nobel da paz, destinado às pessoas que mostrassem empenho em prol da paz e da amizade entre as nações (TOLF, 1976).

O surgimento do petróleo como ator preponderante na geopolítica

Nenhum outro elemento transformou mais profundamente a história mundial, no últimos cem anos, do que as lutas para controlar, proteger e assegurar as reservas globais de petróleo. O poder político e econômico giram em torno da matéria-prima dos recursos naturais e foram desenhados, durante muito tempo, pelos interesses em especial de duas nações: o Reino Unido e os Estados Unidos (ENGDAHL, 1992).

Com o intuito de ilustrar o panorama do surgimento do petróleo como ator preponderante da geopolítica, este tópico abordará brevemente o contexto do fim do século XIX e o início do Século XX até o fim da Primeira Guerra Mundial, tratando do Reino Unido, Estados Unidos, Alemanha e Rússia neste contexto histórico e suas relações iniciais com os recursos naturais.

O Reino Unido durante o Século XIX e início do Século XX era em todos os aspectos o maior destaque no poder político, militar e econômico do mundo. O ouro britânico, sob os cuidados do Banco da Inglaterra, foi a base para o papel da libra esterlina como a primeira

fonte de crédito mundial, desde 1815. Entre os pilares que formavam o Estado-nação britânico estavam: como primeiro pilar, o controle britânico dos mares, e com ele o controle do comércio marítimo mundial, inspirados pelas estratégias geopolíticas de Sir Mackinder; como segundo pilar, a dominação inquestionável da Grã-Bretanha do sistema bancário internacional; e como terceiro pilar, gradativo de acordo com a passagem dos anos, era dominação geopolítica britânica sob o controle das mais proeminentes matérias-primas do mundo, tais quais o algodão, metais, café, carvão e, o novo 'ouro negro', o petróleo (ENGDAHL, 1992).

O poder hegemônico do Reino Unido no contexto global , no entanto, não se manteria absoluto por muito mais tempo. Como consequência direta da política imperialista britânica e de seu livre comércio, no início da década de 1870, uma profunda depressão econômica iniciou-se na Grã-Bretanha e durou até 1896. Neste contexto, surgiu um debate entre a elite britânica sobre como manter seu poder em um cenário de rápidas mudanças. A geopolítica do petróleo foi introduzida a este debate em 1882, somada a questão de como manter a supremacia naval britânica (ENGDAHL, 1992).

Rumo a última década do século XIX, as elites bancárias e políticas britânicas começaram a manifestar os primeiros sinais de preocupação sobre dois aspectos específicos do rápido desenvolvimento industrial na Alemanha. O primeiro sinal foi a emergência de um

moderno e independente comércio alemão em sua frota naval militar - ora, desde 1815 e do Congresso de Viena, a Marinha britânica detinha o poder incontestável dos mares. O segundo sinal foi a existência de um ambicioso projeto alemão para construir uma ferrovia ligando Berlim a Bagdad, então parte do Império Otomano. Em ambas as áreas, o desafio naval e da construção de uma infra-estrutura ferroviária que ligasse Berlim ao Golfo Pérsico, trouxe ao petróleo o papel de razão decisiva, tanto para os alemães quanto para os britânicos (ENGDAHL, 1992).

Em 1912, os Estados Unidos produziam mais de 63% do petróleo do mundo, a Rússia 19% e o México 5%. A empresa *Anglo-Persian Exploration Co* da Grã-Bretanha ainda não estava produzindo grandes suprimentos de petróleo, mas a estratégia do governo britânico havia determinado que a presença britânica no Golfo Pérsico era essencial para o interesse nacional. Conforme o parágrafo anterior, a extensão implacável da Alemanha da linha ferroviária de Berlim-Bagdá desempenhou um papel significativo nesta decisão britânica. O aumento das divergências entre a economia decadente do Império Britânico e as economias industriais emergentes da Europa continental, sobretudo a do Reich alemão, criou o cenário para a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914. O papel do petróleo neste conflito já havia se tornado central, mesmo que poucos além de uma pequena elite de banqueiros de Londres e Nova York o tivessem notado, até anos depois (ENGDAHL, 1992).

Um dos segredos melhor guardado da Primeira Guerra Mundial é a eminente falência do Tesouro britânico e das finanças do Império Britânico, na véspera do mês de Agosto de 1914, quando a Grã-Bretanha declarou guerra contra o Reich alemão. Uma análise da real situação financeira dos partidos que apoiavam a guerra revela um passado significativo de concessões secretas de crédito, conectados a detalhados planos de realocação do domínio das matérias-primas e das riquezas físicas do mundo inteiro após a guerra para a Grã-Bretanha, especialmente as das áreas do Império Otomano, que se acreditava possuir substanciais reservas de petróleo (ENGDAHL, 1992).

Os objetivos geopolíticos estratégicos da Grã-Bretanha, bem antes de 1914, incluíam não apenas o esmagamento de seu maior rival industrial, a Alemanha, mas, por meio da conquista de guerra, a garantia de controle britânico irrefragável sobre o petróleo, que já este havia provado ser o recurso de maior promessa para o desenvolvimento econômico. Em 1919, Mackinder classificou a conquista do mandato britânico sobre a Palestina como o resultado geopolítico mais importante da Primeira Guerra Mundial. Na primeira década do terceiro milênio, a geopolítica da Palestina, Israel e do Oriente Médio ainda estavam no coração da política do poder mundial, mesmo com as mudanças de jogadores neste jogo do poder (ENGDAHL, 1992).

Entre o início da Primeira Guerra e o fim desta, o petróleo foi reconhecido como a chave principal para o sucesso da revolução nas

estratégias militares. Em uma época de guerra área, tanques móveis e de uma guerra naval mais veloz, a abundância de suprimentos do novo combustível se tornou cada vez mais essencial (ENGDAHL, 1992).

Neste mesmo contexto de surgimento de grandes potências no cenário internacional, no início de 1891, a Rússia começara a trabalhar intensamente em seu programa de desenvolvimento industrial, passando a vigorar tarifas protecionistas em sua economia e o projeto de construção de sua infraestrutura ferroviária. A malha ferroviária a ser construída nesta época mudaria significativamente a economia do país, pois ligaria toda sua extensão através da linha Transiberiana. Até então, este era o maior projeto ferroviário do mundo. O responsável por este programa era Sergei Witte, mais tarde tornaria-se ministro das finanças, que possuía profundos conhecimentos de economia e estreitas relações com a base franco-russa da época. Witte descrevia a construção da ferrovia Transiberiana como um elemento que criaria uma fermentação cultural até mesmo nos povos mais remotos do território russo (ENGDAHL, 1992).

A parte principal dos planos de Witte consistia em aproximar-se da China com fins de comércio, mesmo que as rotas marítimas e os portos chineses estivessem sob o domínio britânico, com as rotas alternativas que a linha Transiberiana traria para as trocas comerciais (ENGDAHL, 1992).

Desde o começo de seu mandato como ministro das finanças até sua saída em 1905, Witte transformou drasticamente a realidade russa de celeiro do comércio de grãos para Grã-Bretanha em uma moderna potência industrial. A construção de malhas ferroviárias tornou-se o negócio principal do país e induziram a transformação de todos os setores relacionados ao aço. Além disso, Witte nomeou um amigo próximo, o cientista Dimitri Mendeleiev, fundador da agroquímica, como chefe do novo escritório de pesos e medidas padrão, em que ele introduziu o sistema métrico para facilitar ainda mais o comércio com o continente europeu (ENGDAHL, 1992).

Seguiram-se as décadas e o entre guerras, deu-se a Segunda Guerra Mundial, também iniciada por motivos geopolíticos, dada a movimentação expansionista de Hitler e a insegurança gerada no cenário internacional com o abalo no equilíbrio de poder. Este tema, no entanto, será mantido para discussão em oportunidades futuras, visto que o objetivo do artigo planeja se ater ao estudo da geopolítica dos recursos naturais e não das relações geopolíticas das Guerras Mundiais, sendo a breve explanação das causas geopolíticas da Primeira Guerra Mundial satisfatória para ilustrar a importância dos recursos naturais energéticos, tal qual o petróleo, na economia mundial e como estes afetariam a economia global e as relações de poder até a pós-modernidade (ENGDAHL, 1992).

Em 1919, o Império Britânico era o maior do planeta e seu domínio que abrangia um quarto de toda a superfície do globo. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, apenas 30 anos mais tarde, em 1949, o Império Britânico se desintegrava em todas as regiões de suas colônias, como resultado de suas demandas por independência. Com a mudança na estrutura do poder global, com surgimento de Bretton Woods³ e o surgimento das novas potências que saíram poderosas do pós Guerra, inicia um período de bipolaridade no cenário internacional. De um lado havia os Estados Unidos, o responsável pela reconstrução da Europa com o Plano Marshall⁴, e sua investida imperialista e capitalista. Do outro lado estava a União Soviética aliada a Rússia, ameaça comunista, que vinha na corrida pelo poder desde o fim do Século XIX. A este período que se encerra somente no final da década de 1980, dá-se o nome de Guerra Fria (ENGDAHL, 1992).

³ Bretton Woods, sistema internacional de gestão monetária e cambial, que foi estabelecido em 1944 na Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, realizada em Bretton Woods, New Hampshire (<http://www.investopedia.com/terms/b/brettonwoodsagreement.asp>).

⁴ Plano Marshall, dada a ameaça da expansão comunista e da rápida deterioração das economias europeias, após o término da Segunda Guerra Mundial, o Congresso norte-americano aprovou a Lei de Cooperação Econômica em Março 1948 que consolidaria o financiamento de USD 12 bilhões para a reconstrução da Europa Ocidental (<http://history.state.gov/milestones/1945-1952/marshall-plan>).

A Geopolítica Russa do Gás Natural

Um dos mais importantes desenvolvimentos energéticos dos últimos anos se estabeleceu em torno do domínio do gás natural. Enormes quantidades de gás de xisto, nos Estados Unidos, se tornaram comercialmente viáveis e transformaram as condições do país em relação ao uso deste recurso, tornando-o auto-suficiente em gás natural para o futuro. Este desenvolvimento repercutiu em todo o mundo, causando mudanças nos padrões de comércio e levando outros países da Europa e da Ásia a explorarem seus próprios potenciais de gás de xisto, o que acabou por pressionar acordos antigos, como os contratos de gás ligados ao petróleo e a forma com que o mercado do gás estava configurado na Ásia, na América do Norte e na Europa. Estas mudanças causaram impactos significativos na conjuntura do mercado do gás, como por exemplo, o enfraquecimento do domínio da Rússia no mercado europeu do gás (JOHNSTON; STROMQUIST, 2014).

A Rússia é um dos maiores líderes mundiais em produção de recursos energéticos primários, estando apenas atrás da China e dos Estados Unidos, e é conhecida por sua privilegiada posição geográfica para a produção de gás natural. O país detém a maior reserva deste recurso no mundo e só perde em produção para os Estados Unidos. Mesmo assim, a Rússia ainda é a maior exportadora global de gás natural. O setor industrial energético é um dos principais da economia

russo, o que faz do país um líder global em exportação de energia e, ao mesmo tempo, um dos maiores consumidores mundiais, devido a necessidade de seu mercado doméstico (MITROVA, 2014).

Com sua incomparável infraestrutura transcontinental, localizada no coração da Eurásia, com 150 mil quilômetros de gasodutos, a Rússia se tornou a coluna vertebral do comércio de gás eurasiático, que poderia incluir a Europa, a África do Norte, a região do Mar Cáspio e o nordeste da Ásia. Ao reter o controle do transporte de gás desta região ademais de suas grandes reservas de gás a Rússia assume o papel de ator chave neste mercado, pois abastece toda a região do *heartland* ⁵. Contando com 20% de todo abastecimento global de gás, a maior parte deste recurso russo é exportado para Europa e para Comunidade dos Estados Independentes e estima-se que, no futuro, haverá um crescimento significativo da exportação para a Ásia. Não é por menos que Rússia possui tanta influência nos preços e nas regras do jogo do nesta região, assim como expressivo poder geopolítico. Não somente na região do *heartland*, mas no mundo, a Rússia vem usando, há muitos anos, o gás como importante ferramenta geopolítica. E esta ferramenta, muitas vezes, é usada como arma geopolítica e instrumento

⁵ *Heartland*, de acordo com a teoria do poder terrestre de H. J. Mackinder, os donos do poder mundial seriam aqueles que detivessem o *Heartland* que é o coração do mundo ou o meio da ilha do mundo, compreendida pela Eurásia (BONFIM, 2005).

para obter influência em suas negociações internacionais, assim como para o fortalecimento de seu *soft power* (MITROVA, 2014).

Durante as últimas décadas, a economia russa aumentou sua relação de dependência na exportação de *commodities*. Somente em 2011 a exportação de petróleo somado aos seus derivados e o gás natural representaram mais de 67% de toda a exportação do país, ademais dos *profits* obtidos dos direitos aduaneiros e taxas de extração de óleo e gás provisionaram mais da metade de todos os rendimentos públicos. Estes rendimentos desempenham um papel importantíssimo para atender as despesas do orçamento nacional, tais quais verbas para o setor militar e social, além de manter o país funcionando economicamente. Os investimentos em óleo e gás são assim valorizados por serem a força motriz que multiplica investimentos ao criar demanda para outras esferas da indústria russa, além de assegurarem o desenvolvimento necessário para o crescimento econômico (MITROVA, 2004).

Dada a importância do setor energético para a economia russa, as decisões mais cruciais que o envolvem são tomadas pelo Estado em seus mais altos cargos. Especialmente para a indústria de óleo e gás, por serem de tamanha valia para o governo e seus rendimentos públicos. Atualmente, estas decisões são tomadas pelo Presidente Vladimir Putin e, sob sua tutela, ministros e outros secretarias executivas do Estados trabalham na elaboração de políticas para garantir não só a estabilidade,

mas o crescimento do setor, que foi negativamente atingido pela crise econômica mundial em 2008 (MITROVA, 2014).

O Estado russo além de desenvolver as regras do jogo, também, interfere nas operações diárias que conduzem a indústria da energia. Naturalmente, o papel das empresas privadas que atuam no setor são relevantes, mas não tanto quanto o papel do Estado. O governo russo está completamente envolvido no setor energético, através de políticas que promovem recursos nucleares, energias renováveis e carvão; limitam o crescimento da demanda do gás; auxiliam a diversificação da mistura de combustível e também através de intervenções diretas no funcionamento do setor energético (MITROVA, 2014).

Estas ponderações econômicas e os recursos disponíveis configuram as consequências geopolíticas de muitas maneiras. O fornecimento de gás ou a implementação de projetos de gás agem como instrumentos geopolíticos da Rússia em algumas regiões, como a Europa, os Países da Comunidade Independente e os balcãs. Na era pós-soviética, o gás era o maior instrumento de integração e o que dava condições para que a Rússia exercesse sua influência sob os países da Comunidade dos Estados Independentes. O gás era e ainda é, inclusive, o elemento mais importante nas negociações não somente com a Ucrânia e Bielorrússia, mas praticamente com todos os países que fazem fronteira com a Rússia (MITROVA, 2014).

Para o governo russo é interessante possuir este tipo de instrumento para negociações internacionais e para fortalecer sua autoridade. O Presidente Putin está pessoalmente monitorando a balança de poder entre os principais grupos concorrentes no mercado do gás, ou seja as empresas Gazprom, Rosfnet e Novatek, e é ele quem assume compromissos de longo prazo para extração e desenvolvimento da estrutura, envolvendo parceiros externos, e do processo de negociação de contratos (MITROVA, 2014).

Os recursos para desenvolver os campos de gás ou construir infraestrutura de transporte são administrados pelas empresas privadas, mas é o governo que os controla, uma vez que os investimentos do país neste setor são muito altos, assim como a necessidade interna do país ao gás é crucial. O Governo russo não pode permitir erros na administração da extração e manutenção do gás, pois estes gerariam altos custos e prejuízos a estrutura econômica e social do país. Por este motivo todas as decisões governamentais que precisam ser tomadas e que abrangem o setor de óleo e gás na Rússia são cautelosamente avaliadas e com o envolvimento direto de Putin (MITROVA, 2014).

Conforme brevemente mencionado neste texto, a indústria do gás na Rússia foi impactada negativamente pela crise global. Sua produção e importação vinham aumentando progressivamente desde o início dos anos 2000 até a chegada da crise em 2009. A demanda demonstrou seguir mesmo ritmo com o crescimento do consumo

interno em todos os setores da economia e das exportações crescentes para a Europa Ocidental, os a Comunidade dos Estados Independentes e a região da Ásia-Pacífico. A indústria russa de gás continua na mesma situação que se encontrava no começo da crise de 2009, o que traz sérias consequências para o desenvolvimento deste mercado e para a dinâmica de seus preços (MITROVA, 2014).

No início dos anos 2000 a Rússia demonstrava 6-8% de crescimento anual de seu PIB decorrente, principalmente, pela exportação de hidrocarbonetos, que teve boa repercussão mesmo durante a crise econômica global, mas atualmente há divergências a respeito da habilidade deste modelo baseado na exportação de hidrocarbonetos ser suficiente para manter a Rússia em um caminho contínuo de crescimento econômico. Em 2013, devido ao desaceleramento do consumo e a estagnação na demanda de investimentos, os resultados de crescimento da economia russa foram muito piores do que o esperado, mesmo com a alta no preço dos hidrocarbonetos (contaram com um crescimento de apenas 1,3% em 2013, comparados com 4,5% em 2012) (MITROVA, 2014).

Outros setores da economia também entraram em fase de estagnação. O capital de investimento industrial caiu de 14-16% em 2012 para saldos negativos em 2013, o que levou muitos produtores a fecharem suas fábricas, o que pode gerar desemprego e maior tensão social, alegando que a situação estava muito pior que em 2008. Esta

desaceleração do crescimento russo se dá, em partes, pela situação nos mercados externos. O enfraquecimento das empresas exportadoras foi acompanhado por uma queda doméstica na demanda por investimentos fixos com tendência negativa para o financiamento de capital de estado e empréstimos privados cada vez mais fracos (MITROVA, 2014).

O crescimento do Produto Interno Bruto experienciado pela Rússia no início dos anos 2000, resultou muito mais da alta internacional do preço do petróleo, do gás e outras matérias-primas do que desenvolvimento de outros setores de sua indústria. Por mais que a economia russa seguisse um rumo de crescimento nos últimos dez anos, sua estrutura se manteve praticamente inalterada, o efeito da modernização ainda é bastante modesto e a participação da indústria da alta tecnologia não cresceu (MITROVA, 2014).

A economia russa é extremamente vulnerável a variação de preços do petróleo e do gás. Com o mercado energético contabilizando 40% de sua exportação, aproximadamente 90% do PIB russo é resultado do crescimento da indústria de petróleo e gás. Dada a dependência da Rússia nos rendimentos do petróleo, o país se aproximou da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) com o intuito de estabelecer os preços do petróleo limitando a produção junto com quotas de produção da OPEP. No entanto, desde que os preços do petróleo foram estabelecidos em USD 25.00 (vinte e cinco

dólares) por barril, a Rússia se recusa a continuar com quaisquer diretrizes coordenados pela OPEP (SEPEHRI, 2002).

Putin e a Geopolítica Russa do Petróleo e do Gás desde os anos 2000

Vladimir Putin se considera um adepto a uma democracia dirigida, como classifica o modelo de sistema político construído no controle de cima para baixo e que, na opinião de Putin, proporciona aos cidadãos russos muitos dos mesmos direitos legais que uma democracia desenvolvida proporciona. Putin considerou o fortalecimento do Estado Russo como prioridade e não a necessidade de fortalecer os direitos democráticos dos cidadãos russos. Para alguns autores, Putin considera o sistema político da Rússia pós-soviética como um trabalho em andamento (OLCOTT, 2004).

Putin buscou não somente a modernização do país, mas também a integração da Rússia à Europa, agregando uma liberdade econômica com uma política fechada, controlando os meios de comunicação de massas, ONGs, etc. Desde o ano em que tomou posse, a economia cresceu em um ritmo acelerado, recuperando-se em parte da crise econômica de 1998 onde a inflação atingiu níveis superiores a 80% ao ano. Com o governo de Putin, a Rússia passou a manter um

nível de crescimento do PIB de cerca de 7% ao ano, o qual só diminuiria com a crise global de 2008 (GOLDMAN, 2008).

Durante seu primeiro mandato como presidente, Putin conseguiu retirar todo o time do ex-presidente Boris Yeltsin, que ainda dominava o panorama político russo no início de sua administração. Todos aqueles da “família” de Yeltsin foram repostos por tecnocratas com pouca conexão com o ex-presidente russo. A Rússia, durante a permanência de Boris Yeltsin na presidência, era um país em dificuldades econômicas e políticas em decorrência dos abalos causados pelo colapso da União Soviética, sem contar que Boris estava fisicamente frágil e doente durante grande parte de seus mandatos. Putin não gostou das condições em que herdou o país. Enquanto Boris Yeltsin dividiu o poder com o Parlamento Russo, Putin acreditava que a democracia parlamentar estava levando a Rússia para a direção errada, longe de um Estado forte que poderia proteger os interesses da população russa (OLCOTT, 2004).

Putin reconhecia os oligarcas do mundo dos negócios que contribuíram para definir a moderna vida política russa como um grupo bastante poderoso. Este grupo apoiava a Boris Yeltsin, tornando até mesmo possível a sua reeleição em 1996, e obtinha privilégios por isto. Este grupo tentou se aproximar de Putin da mesma forma que eram próximos de Yeltsin, no entanto, Putin os manteve a uma distância segura, podendo assim controlar a economia sem se ater a laços ou

favores com a oligarquia que dominava a economia do país. A reação de Putin aos oligarcas não era simplesmente visceral, na verdade tentava desvincular o governo russo da influência e dependência dessas figuras proeminentes do mundo dos negócios (OLCOTT, 2004).

Putin não acreditava que estes oligarcas agiriam em benefício dos interesses da nação russa, mas sim em benefício inerentes as conveniências de todo oligarca, ou seja, seus próprios ganhos ao acumularem mais riquezas. O Presidente não queria que a Rússia caísse nas presas da doença holandesa⁶, que era um ponto de vista defendido por muitos petroleiros russos, que visavam a expansão de seus lucros, Putin, no entanto, acreditava que a dependência da Rússia no setor petroleiro e de gás natural deveria ser reduzida, afim de expandir os outros setores da economia russa (OLCOTT, 2004).

Putin defende que a propriedade russa sob recursos russos é extremamente crítica para a recuperação de sua economia e para retomar a posição de um agente preponderante nas relações internacionais. Ele não confia que a força do mercado global seja capaz de prover oportunidades econômicas e apoio social que transicionem hesitosamente a população russa de uma realidade comunista a uma realidade mais moderna, tal qual o modelo europeu de economia e

⁶ Doença Holandesa, refere-se à relação entre a exportação de recursos naturais e o declínio do setor manufatureiro. A abundância de recursos naturais gera vantagens comparativas para o país que os possui, levando-o a se especializar na produção desses bens e a não se industrializar ou mesmo a se desindustrializar - o que, a longo prazo, inibe o processo de desenvolvimento econômico (PEREIRA, 2008).

política. Putin acredita que a globalização prematura da economia russa traria ainda mais dificuldades para a maioria da população russa, assim como a concentração de muitas riquezas nas mãos de poucas pessoas que não têm nenhum interesse em incentivar o restabelecimento da economia russa (OLCOTT, 2004).

Para Putin, os recursos naturais russos não somente assegurarão o desenvolvimento econômico do país, como também garantirão posição de destaque para Rússia no cenário internacional. Neste discurso fica implícito que o Estado russo estabelece a indústria o petróleo e do gás como prioridade nacional. Em um artigo de sua autoria, Putin afirma que:

The stable development of the Russian economy in the coming years needs to be based on the planned growth of its component parts, including in first place, the potential of its mineral resources, which will serve as guarantee of the country's economic security and the development of the domestic processing industry is the main source to turn Russia into a leading economic power with a high standard of living for the majority of the population in a relatively short period (PUTIN, 1999).

Apesar de suas ricas reservas de recursos naturais, a Rússia não será capaz de fornecer receita adicional suficiente para o Estado investir no desenvolvimento de sua própria indústria em um futuro próximo. E por este motivo, Putin aceita os investimentos estrangeiros,

patrocinados pelo Estado, na indústria de extração de recursos naturais, incluindo o capital estrangeiro, pois este permite que o Estado obtenha vantagem na exportação de seus recursos naturais (OLCOTT, 2014).

As estratégia do Governo de Putin quanto a administração da indústria de petróleo e gás russa demonstra que o Estado não somente está ditando as regras do jogo neste mercado, mas também que este pode interferir nas atividades diárias que a compõem e a mantém funcionando. Mesmo que o papel das empresas privadas seja essencial, não é tão poderoso quanto o do Estado. A estratégia energética da Rússia até 2030⁷ é o documento básico que delimita as políticas russas neste ramo e estas visam usar os recursos energéticos da maneira mais eficiente, assim como usar o potencial deste setor para firmar o crescimento econômico do país, melhores condições de vida e melhor posição no mercado global (MITROVA, 2014).

Vladimir Putin almeja maximizar o papel da indústria do petróleo e do gás russa na forma com que a Rússia pratica sua política externa. Dentre suas estratégias está a vontade de se tornar um parceiro dos Estados Unidos, de cooperar de perto com a China e o Japão e de trabalhar mais ativamente com os governos da Europa Ocidental e

⁷ Energy Strategy up to 2030, Documentos que foram preparados quando Putin assumiu a Presidência que esboçam as políticas energéticas a serem adotadas pelo Estado russo e que envolvem petróleo, gás, carvão e energia hidroelétrica.

fixar-se no mercado de petróleo e gás, mediante a estruturação e desenvolvimento da indústria russa (OLCOTT, 2004).

Atualmente é possível ver os planos iniciais de Putin tomando forma no Oriente. Recentemente, conforme divulgado em uma matéria *The Economist*, Rússia, após mais de uma década de negociações, e China assinaram um acordo quanto fornecimento de gás natural, no valor de USD 400 bilhões. Este acordo representa não somente um passo importante no mercado de energia global, como também na geopolítica do planeta. O acordo sinaliza mudanças em várias questões globais chaves e não apenas no setor da energia. Além de conceder ao Presidente Vladimir Putin o direito de vangloriar-se frente as recentes sanções estabelecidas pelo ocidente contra a Rússia. Putin só irá cooperar com o ocidente quando perceber que os objetivos estratégicos da Rússia estão se consolidando. Este acordo minimiza a dependência da Rússia no fornecimento de gás para a Europa e ainda prova que Putin tem aliados regionais que se posicionam em seu favor quando tenta atenuar as sanções impostas pelos Estados Unidos pela tomada da Ucrânia. Além do mais, China e Rússia buscam afirmarem-se como potências regionais, o que torna a cooperação entre ambas bastante positiva.

Por fim, o presidente russo é uma peça importante nesse jogo de decisões políticas, direcionando os recursos para alcançar seus maiores objetivos e do ponto de vista de suas ações e de seu discurso, o

faz com o intuito de melhorar a qualidade da vida e da economia do país, o que o torna apreciado internamente e lhe rendeu a reeleição. Enquanto os agentes internacionais buscam compreender as estratégias russas em suas recentes políticas, Putin age internamente tentando ganhar a confiança e restalecer a força russa no cenário internacional, desta vez não através da influência ideológica do comunismo, mas como uma potência moderna e industrializada em busca de inserção e cooperação neste cenário que é multilateral, multipolar e extremamente interdependente.

Considerações finais

O retorno da Rússia à cena internacional diplomática trouxe bastante desconforto para as potências ocidentais. Além das estratégias geopolíticas do recursos naturais em seu território e da maneira como trabalha com as empresas estrangeiras privadas que exploram seus recursos naturais, a Rússia vem mostrando interesse em expandir seu território de influência na região da Europa Oriental, sendo um exemplo deste a reconquista da Crimeia. Nos últimos anos, a Rússia já deixou algumas marcas em sua política internacional. Os Jogos Olímpicos de Inverno de Sochi, tinham por objetivo mostrar ao mundo que a Rússia era capaz de organizar um evento deste porte; o caso do asilo diplomático oferecido a Snowden mostrou que a Rússia seria o único

país do mundo com condições de resistir as pressões dos Estados Unidos; e o caso da Síria deu a Putin o status de homem de Estado que conseguiu evitar a intervenção militar programada pelos Estados Unidos em território sírio (LEVESQUE, 2013).

Ao restaurar a autoridade do Estado russo, Putin ganha a confiança da população, apesar de seus desvios autocráticos. Mediante o fortalecimento da Rússia na indústria da energia e do controle do Estado sobre esta, Putin coloca seu país em condições de assumir papel mais relevante em questões globais, pois detém o poder de manobras muito importantes na geopolítica do gás natural e do petróleo. Ainda que a União Européia tente depender menos do gás russo, bastou a Rússia cortar o gás da Ucrânia para acender a tensão nos países da Europa Ocidental. E a Rússia desde sempre usa os seus recursos naturais para tentar impor sua influência no cenário internacional.

Em um momento de multipolaridade, o que a Rússia vem buscando é a inserção gradual e bem estruturada no cenário internacional. Mesmo que a passos lentos e misturando o soft power com a tradicional relação de força, Putin compreende que o mundo hoje é extremamente interdependente e que já não se vive mais em um mundo bipolarizado com receio do comunismo. O capitalismo venceu e Putin não parece querer travar uma luta retrógrada que perdurou por quase toda a segunda metade do Século XX. Como acadêmico e presidente, Putin reconhece que é preciso modernizar a Rússia e

fortalecer sua economia para que esta entre no jogo dos grandes *global players* e toda estas manobras recentes que Putin vem conduzindo na esfera regional são passos para a introdução russa no mercado global. Para Olcott, a Rússia ainda está se estruturando internamente para poder começar a cooperar com o ocidente e modernizar sua economia.

Embora a percepção tradicional global da Rússia seja negativa e caricaturada, até mesmo por conta de todo o histórico do país e de seu autoritarismo, é importante considerar que o que vimos acontecendo nesta conjuntura é um país defendendo seus interesses expansionistas e maximizando a atuação de seu poder. E os meios usados para que estes objetivos sejam alcançados não diferem das estratégias norte-americanas para manter seu poder geopolítico ao redor do mundo. Os conflitos do Afeganistão, do Iraque e da Líbia representam bem a semelhança com que ambas as potências possuem ao buscar defender seus interesses. A diferença está somente na aplicação da política de dois pesos, duas medidas com que os agentes internacionais ocidentais se habituaram a usar quando analisam e consideram as políticas internacionais Federação Russa (ZAJEC, 2014).

Por fim, o poder das nações neste mundo multilateral e interdependente tornou-se mais elusivo e o cálculo do poder ainda mais delicados e ilusório do que em outros tempos. Putin, ao calcular cuidadosamente a expansão o poder de seu Estado, considera a complexidade do mundo de hoje, joga poder com as empresas privadas

dentro de seu território, observa os novos atores, expande suas conexões com quem é forte e está territorialmente próximo e busca terreno para se não se aventurar entrando prematuramente na economia globalizada, mas sim obter sucesso com esta manobra. Manobra que trará a Rússia de volta ao eixo das estrelas internacionais.

Referências

BANNWART, Antonio Carlos et al. Departamento de Engenharia de Petróleo. Disponível em: <http://www.dep.fem.unicamp.br/drupal/?q=node/27> acesso em 12 de Junho de 2014.

BONFIM, Uraci Castro. **Geopolítica**. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército 2005. Disponível em < http://www.ensino.eb.br/cpeceme/docs/03_INTRO_GEOPOLITICA_2011.pdf >.

CEPA/IF/USP. Disponível em: <http://cepa.if.usp.br/energia/energia1999/Grupo1A/historia.html>, acesso em 12 de Junho de 2014.

ENGHDAL, William F. A Century of War: **Anglo-American Oil Politics and the New World Order**. Publicado por: Pluto Press. Londres, 2004.

JONHSTON, Robert. STROMQUIST, Emily. **The Russian Gas Sector: A Political Risk Case Study.** Harvard Belfer Center Programs or Projects: The Geopolitics of Energy Project, January 2014.

LÉVESQUE, J., A Rússia Voltou. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 02 de Dezembro de 2013.

MBP/COPPE/UFRJ. **História do Petróleo.** Disponível em: <http://www.petroleo.coppe.ufrj.br/historia-do-petroleo>, acesso em 12 de Junho de 2014.

MITROVA, Tatiana, Ph.D. **The Geopolitics of Russian Natural Gas.** The James A. Baker III, Institute for Public Policy of Rice University, Houston, February 2014.

OLCOTT, Martha Brill. **The Energy Dimension in Russian Global Strategy.** The James A. Baker III, Institute for Public Policy of Rice University, Houston, October 2004.

SEPEHRI, Saman. **The Geopolitics of Oil.** **International Socialist Review** Issue 26, November–December 2002,

TARBELL, Ida M. **The History of Standard Oil**, Vol I; Cosimo, 1904.

TOLF, Robert W. **The Russian Rockfellers:** Stanford University, 1976.

ZEJAC, O., A Obsessão Antirussa. **Le Monde Diplomatique Brasil**,
03 de Abril de 2014.

.

Artigos

Das geopolíticas clássicas à geoeconomia: a importância da segurança humana no Pós-Guerra Fria

Claudia Santos¹

Resumo: O período Pós- Guerra Fria nas Relações Internacionais representou um momento de diversas mudanças conceituais, introdução de novos temas na agenda internacional e a emergência de novos atores. O presente estudo utiliza-se de pesquisa bibliográfica para compreender a crise das geopolíticas clássicas no Pós-Guerra Fria relacionadas ao conceito tradicional de Segurança e os processos que culminaram na criação do conceito de Segurança Humana partindo da hipótese de que ela não se apresenta como uma contraposição ao conceito tradicional de Segurança que tem como ator central os Estados, mas como um conceito complementar que busca introduzir a questão do indivíduo nos debates. Para se verificar esta hipótese o estudo se centrará na análise das implicações que a geoeconomia causou no Pós-Guerra Fria, na qual a divisão do mundo se torna econômica (Norte/Desenvolvidos e Sul/Subdesenvolvido) e não mais ideológica (Capitalismo/Comunismo). Os vários conceitos de Segurança vêm adquirindo importância internacional principalmente nos círculos de *policy making* visto as necessidades de um mundo globalizado, no qual as relações e negociações tornam-se transnacionais. No caso da geoeconomia, a Segurança Humana faz-se ainda mais necessária visto os problemas causados pelo neoliberalismo em países subdesenvolvidos, como a pobreza e no seu extremo, conflitos regionais. Estas características deste modo exigem que o Estado não veja a questão de Segurança apenas por uma dimensão, mas de maneira interdisciplinar levando em consideração as diversas variáveis existentes e as suas interações. O que este artigo pretende é contribuir para o entendimento de uma nova concepção multidimensional de Segurança apresentando a Segurança

¹ Graduanda em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Internacional – UNINTER, Curitiba, Brasil, madamebutterfly.c@gmail.com.

Humana com um conceito a ser levado em consideração em um período geoeconômico.

Palavras-Chave: Geopolítica. Geoeconomia. Segurança Humana. Pós-Guerra Fria.

Abstract: The period Post-Cold War in International Relations was a moment of several conceptual changes, introduction of new issues on the international agenda and the emergence of new actors. This study makes use of literature to understand the crisis of classical geopolitics in the post-Cold War related to the traditional concept of security and the processes that led to the creation of the concept of Human Security on the assumption that it does not present itself as a opposed to the traditional concept of security that has as its central actor states, but as a complementary concept that seeks to introduce the issue of individual debates. To verify this hypothesis the study will focus on analyzing the implications of geo-economics caused the Post-Cold War, in which division of the world becomes economic (North / South and Developed / underdeveloped) and no more ideological (Capitalism / Communism). The various concepts of security have acquired international importance especially in policy making circles seen the needs of a globalized world, where relationships and negotiations become transnational. In the case of geo-economics, Human Security becomes even more necessary as the problems caused by neoliberalism in underdeveloped countries, such as poverty and its extreme regional conflicts. These features thus require that the state does not see the issue of Security by only one dimension, but an interdisciplinary basis, taking into account the various existing variables and their interactions. What this article aims to contribute to the understanding of a new multidimensional conception Security with Human Security presenting a concept to be considered in a geo-economic period.

Keywords: Geopolitics. Geoeconomics. Human Security. Post-Cold War.

Introdução

O tema abordado é a importância da Segurança Humana em um mundo Geoeconomicamente organizado. O surgimento do conceito de Segurança Humana está intimamente ligado a um momento de grandes mudanças no cenário internacional, notadamente a desintegração do Bloco Soviético e o fim da Guerra Fria que também denotam o marco da crise das geopolíticas Clássicas e o começo da geoeconomia.

Simultaneamente com estes acontecimentos também acontecia mundialmente o fenômeno da globalização que mudou as regras internacionais facilitando o fluxo de capital e tecnologia entre países quebrando deste modo as barreiras nacionais. Neste período também emergem os novos atores não estatais no cenário internacional surgindo como pontes entre comunidades e nações, mudando desta forma o papel do Estado e ancorando questionamentos sobre a concepção tradicional de poder.

Mas a mudança na realidade global provocada pela globalização não trouxe só benefícios. Com a hegemonia tanto geopolítica quanto econômica dos Estados Unidos no Pós-Guerra Fria, as disparidades entre norte e sul, desenvolvidos e subdesenvolvidos é

latente, mesmo com a emergência dos BRICS² ainda se nota problemas estruturais nestes países, como instabilidade política, fome e desemprego. Sendo assim, a geoeconomia se demonstra desfavorável aos países pobres e subdesenvolvidos, a exemplo desta “geoeconomia da diferença” está a incidência de conflitos regionais em países pobres, principalmente da África.

É deste ponto que surge a problemática que será analisada no decorrer do estudo. Será que Segurança Humana teve importância como uma nova abordagem de Segurança que contempla um cenário Pós-Guerra Fria que contribuiu para o terceiro debate de Relações Internacionais iniciado nos anos 70 com a inserção de novos atores e com foco na estrutura do sistema internacional a fim de propor uma visão mais ampla dos acontecimentos? Visto que os anos 90 sugerem uma revisão dos conceitos tradicionais de Segurança, além de se caracterizarem como um período de aumento de conflitos regionais que afetam de forma direta o indivíduo.

O artigo justifica-se pela relevância do tema no século XXI nas Relações Internacionais, no qual a emergência de uma nova ordem mundial exige medidas que se adequem ao mundo Pós-Guerra Fria, um mundo que exige cooperação mútua, no qual não deve haver o

² Para Tadjbakhsh (2007) a adoção da segurança humana nas políticas domésticas e exteriores permite um aumento da participação de países de potência média no cenário internacional.

pressuposto de uniformidade, mas de diversidade em que aspectos de bem comum vem à frente de aspectos como política, religião, economia, etc. aderindo à percepção de “vizinhança global”. Por conta das diversas mudanças e momentos de transição que o mundo vem passando em diversos aspectos é que se nota a importância de novos conceitos que resguardecem os direitos dos indivíduos e que impeçam as geopolíticas clássicas ou até mesmo a geopolítica de tornarem-se instrumentos de imperatividade e de dominação.

A hipótese apresentada é a de que o conceito de Segurança Humana não se contrapõe ao conceito de Segurança tradicional, mas o complementa. Ao trazer novos atores aos debates, o conceito de Segurança Humana não ignora o papel central do Estado nas Relações Internacionais, mas alerta para o fato de que o mundo Pós-Guerra Fria tem características diferentes do seu período anterior referentes à Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Os conteúdos e temáticas dos conflitos atuais são mais complexos e demandam que novos instrumentos de análises sejam criados para darem conta de compreendê-los e para além disso, que sirvam de instrumentos de ação, sendo assim é neste contexto que surge o conceito de Segurança Humana.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar o processo de crise das geopolíticas clássicas e o surgimento da Segurança Humana no período Geoeconômico. O ponto de partida para o Estudo será o Pós-Guerra Fria, período em que ocorrem mudanças significativas no

cenário internacional e que permitem novos debates, como o de Segurança Internacional.

Os procedimentos metodológicos utilizados serão a revisão bibliográfica para a análise dos conceitos de Segurança Humana, Geopolíticas Clássicas e Geoeconomia. A abordagem metodológica para o conceito de Segurança Humana parte da Descrição de Bernardo Sorj sobre o que é Segurança Humana, demonstrando que é uma concepção inovadora dentro das Relações Internacionais, tornando-se central para o debate da questão de gênero, por exemplo, com destaque às leis referentes aos Direitos Humanos dos indivíduos. Com relação as Geopolíticas Clássicas e a Geoeconomia o autor principal utilizado para análise será José William Visentini que traz importantes reflexões sobre o assunto nas Relações Internacionais.

A crise das geopolíticas clássicas e o surgimento da geoeconomia

O contexto Pós-Guerra Fria trouxe diversas mudanças para as Relações Internacionais, seja com relação aos questionamentos das suas teorias e conceitos, ou seja, pela mudança nos estudos acerca das tensões em conflitos. Nos últimos anos estas mudanças internacionais também se deram no âmbito da Geopolítica, sendo assim o campo de estudos se abriu espaço para estudos não somente para estrategistas, mas também para cientistas políticos e internacionalistas a fim de diversificar a compreensão das relações de poder.

Os estudos geopolíticos contemporâneos se caracterizam desta forma “como uma problemática interdisciplinar” (VISENTINI, 2000, p. 11). Mas isto nem sempre foi assim. A Geopolítica por muito tempo, desde o seu princípio, concentrou como base de estudos e ação as guerras e as forças militares. Sendo assim, as Geopolíticas Clássicas muito se atrelavam à geoestratégia.

Segundo José Visentini (2000) o Pós-Guerra Fria foi um momento de importantes mudanças no cenário internacional, no qual se relativizam conceitos e surgem as chamadas “novas geopolíticas” da década de 80 que tem como objetivo “procurar explicar como se dará a disputa pela hegemonia mundial no século XXI” (VISENTINI, 2000, p. 12). O fato das novas geopolíticas terem surgido no período da globalização para o autor não é por acaso, já que foi o período de enfraquecimento dos Estados nacionais e ascensão de novos atores.

Quando ao surgimento da Geopolítica, Rudolph Kjellén é considerado o pai da Geopolítica clássica. Formado em Direito, Rudolph Kjellén nasce na Suécia e em 1905 escreve o livro que encabeça a disciplina de Geopolítica intitulado “As grandes potências”. Para Rudolph Kjellén a geopolítica era “a ciência que estuda o Estado como organismo geográfico” (VISENTINI, 2000, p. 15). Para Kjellén a geopolítica possuía o caráter interdisciplinar, mas somente entre disciplinas específicas que eram: a ciência política, a geografia, a estratégia militar e a teoria jurídica do Estado. Para Kjellén, segundo Visentini (2000), a preocupação básica da geopolítica era o

estabelecimento de determinado Estado internacional e a hegemonia, por isso a correlação desta busca com a necessidade dos Estados de se expandir territorialmente.

A crise da Geopolítica ocorre no período Pós-Segunda Guerra Mundial, visto os questionamentos e o “esgotamento de seus pressupostos fundamentais” (VISENTINI, 2000, p. 25). Um dos questionamentos à Geopolítica Clássica é que seus pressupostos fundamentais (População, Território e Capacidade Militar) não mais pressupõem que um Estado seja Potência mundial. Isto acontece devido a importância que se dá para a Revolução Técnico-Científica que diminuiu a importância dada aos recursos naturais com a criação da biotecnologia como um mecanismo para otimizar a produção.

O Pós-Guerra Fria demonstrou que para um Estado se tornar uma potência mundial para além do que atestavam as Geopolíticas Clássicas é necessário que ele possua “tecnologia moderna, com uma força de trabalho qualificada [...] e não aquele que possui basicamente um grande território, numerosa população, boa estratégia militar e armamentos pesados” (VISENTINI, 2000, p. 28)

Do ponto de vista de Edward N. Luttwat, estrategista militar norte-americano e cientista político, mencionado por Visentini (2000) é no Pós-Guerra Fria que as guerras militares são substituídas pelos conflitos econômicos, e quando surge a chamada Geoeconomia. Para Edward Luttwat os conflitos militares perdem importância frente aos

econômicos, visto a força do comércio, que se consolida com o capitalismo Pós-Guerra Fria e a hegemonia norte-americana.

Com o surgimento da Geoeconomia há uma reinterpretação dos conflitos mundiais, já que diversos conflitos posteriores o período Pós-Guerra Fria tem ligação ou causas econômicas. Como no caso da África, um continente que sofre com diversos problemas entre eles o neocolonialismo, instabilidade política, fome, doenças e conflitos étnicos. Segundo um discurso do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon

Os conflitos nascem onde há má governança, abusos dos direitos humanos e queixas sobre a distribuição desigual de recursos, riqueza e poder [...] As tensões aumentam quando as pessoas são excluídas, marginalizadas e têm negadas a participação significativa na vida política e social de seus países [...] A inquietação nasce onde as pessoas são pobres, sem emprego e sem esperança (ONU, 2013).

FIGURA 1: Divisão econômica do mundo



Países com economia instável e distribuição de renda desigual são muito mais vulneráveis social e politicamente do que países com economia ascendente e estável. Do século XX para o século XXI vemos uma grande diminuição de guerras propriamente ditas entre países. Mas a violência interna dos países aumentou significativamente.

Com relação às geopolíticas clássicas e a questão de segurança, devido os protestos da sociedade civil, de famílias que perderam seus parentes em combates ou em conflitos, nos últimos tempos houve mudanças nos objetivos e estratégias militares no Pós-Guerra Fria. Para Visentini (2000) com a ascensão do liberalismo no sistema internacional o que se busca é a conquista e a inserção do outro no mercado global, não mais o seu extermínio.

Então as questões militares têm muito mais ênfase nos “misseis de precisão, sistemas de informação e de contrapropaganda mais sofisticados, aviões completamente informatizados e difíceis de serem detectados, que rapidamente bombardeiam pontos específicos com uma margem mínima de erro” (VISENTINI, 2000, p. 88), deste modo os misseis de precisão

[...] envolvem cada vez mais menos riscos para soldados, pois os reclames da sociedade civil contra as perdas de familiares são mais intensos hoje, e que não vão matar indiscriminadamente milhares ou milhões de pessoas e sim ser mais “cirúrgicos” no sentido de eliminar os pontos estratégicos do adversário (edifícios, aeroportos [...]) (VISENTINI, 2000, p. 89)

Também se destacam os acordos internacionais relacionados à Segurança e Defesa como o TNP – Tratado de proliferação nuclear, o tratado da proscrição dos testes nucleares, a convenção das armas químicas e biológicas e o regime de controle da tecnologia de misseis, no qual cada vez mais Estados vem assinando e renovando os mesmos.

Outra mudança nas Forças Armadas no Pós-Guerra Fria é a concepção de soldado que hoje está muito ligada ao mercado de trabalho, no sentido de angariar muito mais profissionais altamente capacitados como engenheiros, analistas de sistemas, entre outros, ao invés de focar na habilidade física – o que possibilitaria um maior

ingresso de mulheres nas Forças Armadas³ - isto porque segundo Visentini (2000) os meios militares levam muito mais em consideração o conhecimento e a informação.

Segurança Humana: um novo conceito das Relações Internacionais

O conceito de segurança humana emerge do cenário pacífico decorrente do período Pós-Guerra Fria. Em 1994 o primeiro programa de desenvolvimento das nações unidas identificou a segurança humana com um “caminho a percorrer a partir daqui”. O conceito de segurança que era apenas focado na militarização passou agora a ser incluído como a capacidade de segurança contra a fome, a doença e a repressão, bem como a proteção contra interrupções repentinas e prejudiciais nos padrões de vida diária.

Nas relações internacionais a Segurança Humana é vista como uma nova teoria ou conceito, até mesmo como um paradigma. Ela se mostra relevante para a formulação de Políticas Internacionais, pois abrange as mudanças nas relações internacionais e sobretudo para a interdependência entre nações e indivíduos. Muitos países já levam a Segurança Humana como um princípio da sua condução de Políticas Externas. Isto porque, assim como o conceito tradicional de Segurança é entendido como a proteção de uma nação às ameaças militares de

³ Outro aspecto favorável as mulheres é que o alistamento nos EUA e em alguns outros países não é mais obrigatório, mas sim voluntário.

outras nações, a Segurança Humana deve ser vista como a proteção da dignidade dos indivíduos.

Para Bernardo Sorj (2005) um dos teóricos que dissertam sobre a Segurança Humana, o autor a descreve como

[...] a defesa do conceito de segurança humana se baseia em particular na nova constelação internacional de atores políticos, posterior à Guerra Fria – em boa parte pelo fato de que hoje a insegurança física é causada mais por conflitos armados internos do que por guerras entre países. Tais conflitos podem ser guerras civis ou disputas mais indefinidas entre quadrilhas armadas ou grupos terroristas, às vezes com apoio direto ou indireto de Estados pouco comprometidos com os direitos humanos (SORJ, 2005, p. 41-42)

A segurança humana está intimamente ligada ao bem-estar, a justiça e a dignidade humana. Sendo assim dentro da Segurança Humana compreendem-se a Segurança Econômica, a Segurança Alimentícia, a Segurança à Saúde, a Segurança Ambiental, a Segurança pessoal, a Segurança a comunidade e a Segurança Política.

Para Tadjbakhsh (2007) não há apenas uma definição de Segurança Humana, pois esta pode vir desde uma estreita definição de prevenção da violência a uma abordagem mais compreensiva de desenvolvimento, Direitos Humanos e Segurança tradicional também. O que há são ideias híbridas, declarações, relatórios e análises, bem como críticas.

Independente das críticas ao conceito de Segurança Humana sobre a possibilidade dele ser um conceito vago e sem utilidade analítica e prática, a Segurança Humana em contraposição à isto vem se apresentando cada vez mais presente também além das agendas políticas de muitos países, em Organizações Internacionais e nas Nações Unidas - ONU. Por estas e outras razões que o estudo da Segurança Humana nas relações internacionais no século XXI se mostra tão relevante.

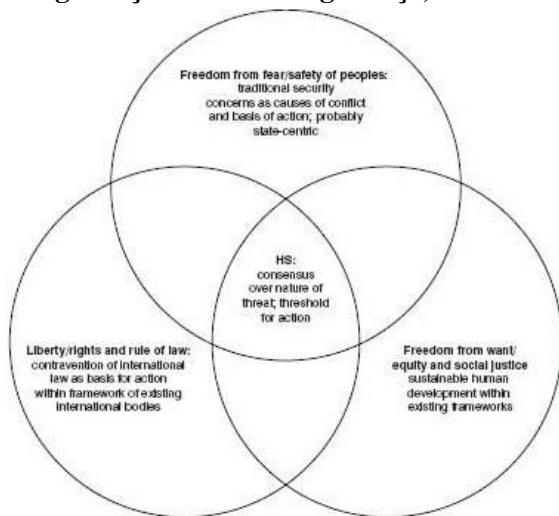
A principal mudança decorrente do período Pós-Guerra Fria é o fim do conflito bipolar e a tendência a uma maior interdisciplinaridade, aceleração da globalização e fragmentação sociocultural, por meio do capitalismo. Características que também são designadas para a Geoeconomia. Nos anos 70 houve críticas ao Realismo por sua incapacidade de lidar com o fenômeno da interdependência e da transnacionalização.

Segundo Tadjbakhsh (2007) a Segurança Humana também desafia moralmente o realismo, ao criticar o conceito de Segurança com como sendo uma prioridade do Estado (*raison d'état*) e que levasse apenas em consideração a Segurança do território e não a Segurança das pessoas, em um sentido de razão da existência.

Outro questionamento feito pela Segurança Humana é quanto à soberania do Estado como o único provedor de segurança, realçando as dimensões supranacionais do conceito, e permitindo ao Estado um papel proeminente como condição necessária para a segurança

individual. A crítica é que o Estado não é o único ator político existente nas relações internacionais, por isso da necessidade de criar uma rede de diversos atores, feito por Estados, ONGs, Organizações Internacionais e individuais habilitados.

FIGURA 2: Segurança Humana: Segurança, Direitos e Igualdade



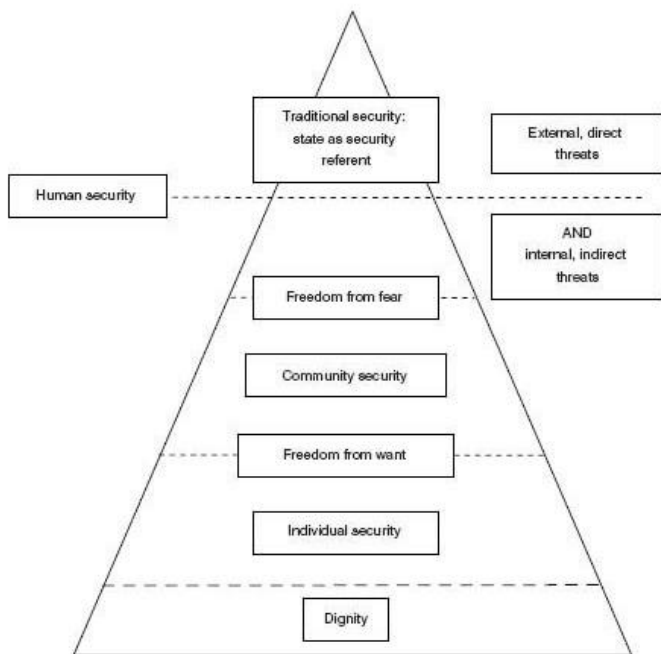
FONTE: Tadjbakhsh (2007)⁴

A Figura 2 tem como objetivo demonstrar a relação de consenso que precisa existir entre Segurança, Direitos e Igualdade que precisa haver para a existência da Segurança Humana. Quanto as superações necessárias para que a Segurança Humana seja efetivada, é necessário que cada um dos pontos supere suas próprias dificuldades. No caso da Segurança é necessário que o conceito tradicional de

⁴ S/P: Sem Paginação, Livro e-book (Amazon) Download Kindle.

Segurança compreenda que muitas vezes sua visão é estadocêntrica. Os Direitos levados ao âmbito internacional devem reconhecer que suas regras entre os Estados são contraditórias e o Reconhecimento da Igualdade como base para o desenvolvimento humano.

FIGURA 3: Pirâmide da Segurança



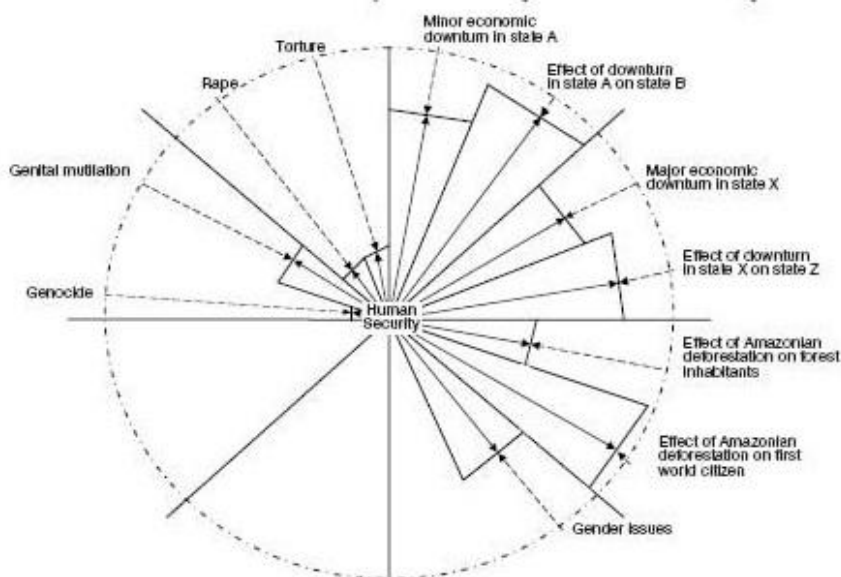
FONTE: Tadjbakhsh (2007)⁵

A figura 3 apresenta os diversos conceitos em forma de pirâmide e de prioridade, pode-se notar que no topo da pirâmide está o conceito tradicional de Segurança ligado ao Estado que se direciona ao

⁵ S/P: Sem Paginação, Livro e-book (Amazon) Download Kindle.

externo e suas ameaças diretas. Com o desenvolvimento do conceito de segurança o foco para ser exclusivo no ser humano.

FIGURA 4: A Segurança Humana e Ameaças



FONTE: Tadjbakhsh (2007)⁶

Na figura 4 este círculo mostra as variedades de ameaças que podem ser consideradas dentro do quadro da segurança humana e as subjetividades inerentes a isso. De um jeito engenhoso a segurança humana pode integrar tanto ameaças de segurança objetivas quanto subjetivas. Quanto mais próxima a linha de cada ameaça está do centro do círculo mais provável se torna de que haverá um consenso acerca da

⁶ S/P: Sem Paginação, Livro e-book (Amazon) Download Kindle.

ameaça, como no caso do genocídio. Igualmente quanto mais próximo as linhas das ameaças estão da borda, mais subjetiva é a percepção acerca da ameaça. Deste modo, o consenso acerca de uma ameaça será maior se este for considerado de forma generalizada ser mais sério.

A contribuição feminista para a segurança humana

Apesar das diversas vertentes do feminismo, todas concordam acerca da busca pela equidade e compreendem o patriarcalismo como algo inerente às instituições, sendo assim suas críticas a abordagem tradicional do realismo tem contribuído para alterar paradigmas de Segurança.

Para Tadjbakhsh (2007) o feminismo desafia a doutrina realista do Estado, no qual a figura central e ator principal é o “homem soberano” que é o símbolo do poder. O feminismo desta forma culpa o realismo por endossar um entendimento “masculinista” do mundo e de status do homem. Neste sistema é o “homem soberano” quem faz as escolhas racionais e legitima a violência, as mulheres desta forma se apresentam como as excluídas e controladas direta, através da violência física, ou indiretamente, pelas concepções e ideologias que endossam papéis diferentes.

Dentro do quadro da Segurança Humana a exclusão feminina e das demais minorias é contraposto ao realismo e ao neorrealismo que através de um subterfugio de anarquia, mantem as mulheres longe de

discernirem os padrões de patriarcalismo e a realidade em toda a sua complexidade.

O feminismo também tem desafiado a visão do militarismo como defensor do interesse nacional e afirma que a segurança do Estado também deve envolver estratégias não militares como a negociação. Sendo assim, “Feminist geopolitics is not an alternative theory of geopolitics, but an approach to global issues with feminist politics in mind ⁷” (Tadjbakhsh, 2007).

As feministas se opõe à militarização e a entendem como um aspecto da masculinidade. Feministas de qualquer modo acreditam que a concepção de Segurança Humana precisa ser generalizada, porque mesmo dentro de um quadro radical como “segurança das pessoas”, é o homem quem consegue os privilégios e os papéis especiais e as necessidades das mulheres são assumidas por agendas masculinas.

A figura 5 a seguir é um quadro que contempla a teoria realista, liberal construtivista, feminista e o conceito de Segurança e busca demonstrar de forma simplificada como cada uma compreende a questão da Segurança.

As perguntas e as variáveis das teorias de Relações Internacionais e o conceito de Segurança Humana são as Seguintes:

Qual o estado do sistema internacional?

⁷ Tradução Livre: A Geopolítica feminista não é uma teoria alternativa da Geopolítica, mas uma abordagem aos problemas globais com a política feminista em mente.

Para a Segurança Humana se apresenta como inseguro visto as desigualdades e a pobreza, para o realismo ele é anárquico, bem como para o liberal, para o construtivismo o cenário internacional é resultado das interações e para ao feminismo é baseado na masculinidade.

Principais referenciais de Segurança?

O principal referencial de Segurança para o conceito de Segurança Humana é o indivíduo, para realismo é o Estado, para o liberalismo é o Estado e as Instituições Internacionais, para o construtivismo são os indivíduos, as ONGs e a sociedade civil e para o feminismo são as mulheres.

Determinantes da Segurança?

Para a Segurança Humana é a economia, a saúde, o meio ambiente, a política, entre outros. Para o realismo é a segurança nacional e militar, para o liberalismo é a segurança de mercado, do Estado e das Instituições, para o construtivismo é a segurança cultural e de identidades e para o feminismo é o empoderamento⁸ das mulheres e de outras classes.

Interesses do Estado?

Para a Segurança Humana é a proteção dos indivíduos, para o realismo é a busca pelo poder, para o liberalismo é a busca pela

⁸ Isto faz referência ao pressuposto de Segurança pessoal da Segurança Humano, no qual as ameaças podem ser diretas contra mulheres como violência doméstica, abuso ou estupro. E a necessidade de um empoderamento de gênero e desmilitarização para segurança política da comunidade.

independência econômica, política e militar, para o construtivismo é a mudança na percepção da população e para o feminismo é a criação da igualdade de gênero.

A segurança significa?

Para a Segurança Humana significa o empoderamento e a proteção dos indivíduos, para o realismo é a proteção do Estado, para o idealismo é a cooperação e a interdependência, para o construtivismo é a criação de normas pacíficas pelas instituições internacionais e para o feminismo é a segurança e a proteção dos Direitos de gênero.

O papel dos atores na Segurança?

Para a Segurança Humana significa o empoderamento dos indivíduos e da sociedade civil, para o realismo seria os executivos do Estado e os comandantes do exército no comando da segurança nacional, para o liberalismo seriam os atores emergentes do processo democrático, para o construtivismo são os múltiplos atores e para o feminismo são as mulheres como sujeitos de mudança.

Noção e papel do poder?

Para a Segurança Humana é o poder coletivo, para o realismo é a legitimação da força e força militar, para o liberalismo é o poder compartilhado sob valores e ideais comuns, para o construtivismo é o poder baseado na intersubjetividade das percepções e para o feminismo é a necessidade de feminização do poder.

A conclusão desta síntese das variáveis de cada teoria acerca da segurança nos mostra como cada uma aborda o assunto de uma

forma particular e a necessidade de um diálogo entre as teorias para que haja a busca por um consenso acerca da segurança a fim de propor benefícios mútuos tanto para os Estados quanto para os indivíduos.

FIGURA 5: análise das variáveis de segurança

<i>Questions/Focus</i>	<i>Human security</i>	<i>Realist approach</i>	<i>Liberal approach</i>	<i>Constructivist approach</i>	<i>Feminist approach</i>
State of the international system?	Insecurity from inequity, injustice, poverty, health and environmental hazards, denial of human rights and justice	Anarchy, competition, and self-help system Balance of power	Anarchy, competition but some space for regulation through multi-lateralism	Anarchy as an 'inter subjective' construct that can be deconstructed The international system is based on communal interaction	A system based on the exclusion of women and masculinity
Central referents of security?	Individual and communities	The state and its expressed national interest	States and international institutions, NGOs and civil society as well as transnational groups	Individuals, groups, NGOs, the civil society	Women and feminist values
Determinants of security?	Economic, health, and food security; environmental, personal, community and political security	State and national security and military security	State and market security; and security for institutions	Security of cultural identities, ideas and norms	Security and empowerment of women and all subaltern classes
Aims/interests of the state?	To empower and protect its citizens	To ensure stability and maximum power States' interests	To reach military, economic and political interdependence	To change the aspirations and perceptions of the population	To create gender equity and a justice based peace loving state
Security through which means?	Prevention, protection, provision of human security, empowerment of people	determined by material conditions Protection of the state, a zero-sum game	States' interests are based on values and institutions Cooperation; institutionalization and interdependence	States' interests determined by identity and culture Peaceful norms and perceptions, reconstructed security through international organizations	Feminist interests representing civil society to replace elitist patriarchal state interests Security through gender rights, equity, and empowerment
Role of actors in security?	People and civil society should be empowered and responsible for human security	State executives, military commanders and selected experts oversee national security	Actors that emerge from and use democratic processes to build trust	Multiple actors who work on the basis of trust	Women to be empowered as equal citizens and actors.
Notion and role of power?	Power as collective principle and people's power	State has ultimate power based on legitimate force and military strength Between states there is a balance of power	Power sharing based on values and ideals	Power is based on 'inter-subjective' perceptions	Power needs to be feminized and negotiated.

FONTE: Tadjbakhsh (2007)⁹

⁹ S/P: Sem Paginação, Livro e-book (Amazon) Download Kindle.

Considerações finais

Atualmente a Segurança Humana tem sido definida pelos Direitos Humanos. Sendo a sua essência o respeito aos Direitos e liberdades fundamentais do ser humano. Com a inserção da Segurança Humana em debates internacionais os mantenedores da paz entenderam a sua necessidade e importância no cenário internacional para o desenvolvimento de uma paz sustentável.

A problemática a ser verificada acerca da importância da Segurança Humana no Pós-Guerra Fria é comprovada a partir do apontamento das diversas ameaças ao indivíduo que emergem deste período, tanto diretas, como Guerras Civis, por exemplo, quanto indiretas como a destruição da Amazônia, por exemplo. A importância da Segurança Humana também se verifica pela inserção de novos atores no debate sobre Segurança como no caso do movimento feminista.

A hipótese foi corroborada por meio da análise do feminismo como movimento contribuinte para uma mudança no ponto de vista da Segurança vista pelo prisma tradicional focada nos Estados para uma visão de Segurança mais humanitarista e voltada ao indivíduo. Sendo assim, as duas visões se complementam, ao passo que no século XXI ainda há um grande enfoque dos Estados quanto à soberania, ao mesmo tempo que há uma busca por uma modernização nos mecanismos de Segurança internacionais para que haja o menor dano possível à

população e respeito aos Direitos Humanos que seria o caso da Segurança Humana.

O objetivo proposto de identificar a transição entre as crises das geopolíticas clássicas para geoeconomia Pós-Guerra Fria foi cumprido. Neste artigo foi utilizado o caso emblemático da África para exemplificar os impactos da geoeconomia na Política Internacional como um fenômeno da desigualdade do Sistema Internacional.

A relação entre conflito e Segurança Humana é que enquanto conflitos forem causados por questões de subdesenvolvimento inerentes a Geoeconomia que dividiu o mundo em centro e periferia, que culminou nas desigualdades hoje existentes no cenário internacional, este fato certamente contribuirá para tornar mais intensa a insegurança humana uma vez que a desintegração acontece. O conflito desumaniza pessoas e tira delas a dignidade, aumenta o sofrimento e traz novos tipos de insegurança e que geralmente continua depois mesmo do conflito ter terminado, embora a promoção da Segurança Humana devesse figurar entre as prioridades do processo de reconstrução pós-conflito.

O cenário de Pós-conflito permite oportunidades de mudança e de reforma da sociedade tanto em aspectos políticos, como econômicos, buscando desta forma incluir os excluídos e apagar as inequidades. Os custos dos conflitos para as mulheres em geral é serem refugiadas e encontrarem-se deslocadas, sendo que o estupro e o abuso sexual de

mulheres ainda tem sido frequentemente usados como instrumentos de poder no conflitos entre comunidades.

Apesar de vermos atualmente o reavivamento das geopolíticas clássicas com a política de Putin na Rússia e a busca pela volta do Império Russo, principalmente com relação a Teoria do Poder Terrestre de Mackinder, o que este artigo se propôs a apresentar é uma nova percepção futura acerca da Segurança. Talvez deixar de investir tanto na segurança militar possa possibilitar que se invista mais na educação, na industrialização, na tecnologia e na pesquisa do país contribuindo para abrir caminhos à Governança Global.

Referências

ONU. Fim de conflitos na África depende de luta contra pobreza e desigualdade. 2013. Disponível em: <http://www.onu.org.br/fim-de-conflitos-na-africa-depender-de-luta-contra-pobreza-e-desigualdade-diz-onu/>. Acesso em: 26 de junho de 2014

SORJ, Bernardo .**Segurança, segurança humana e América Latina.** Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, v. 3, p. 41-59, 2005.

TADJBAKHS, Shahrbanou. **Human security: concepts and implications (Routledge Advances in International Relations and Global Politics).** Routledge (January 7, 2007). 272 pages

VESENTINI, J. W. . **Novas Geopolíticas**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2000. v. 1. 126p .

Mecanismos de participação social na democracia brasileira na copa do mundo FIFA 2014 no Paraná

Elias Ariel de Souza¹

Aloísio Justino do Nascimento²

Resumo: O conceito de democracia atravessa a história do mundo ocidental. Da democracia clássica grega e da visão idealizada que nos legou (democracia direta e em assembleia) chegamos à concepção contemporânea de democracia representativa e, com ela, suas tensões. Inclui-se aí a discussão sobre a participação social e as questões da chamada democracia capitalista. Neste cenário é que se dá o processo de viabilização da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil, processo que sofre diversas críticas por conta da ausência de discussão com o conjunto da sociedade. Partindo disso, o presente trabalho procurou entender qual o papel do processo de viabilização da Copa do Mundo frente aos mecanismos de participação popular. Para tanto, partiu-se da análise sobre a própria ideia de democracia, transitou-se pelo marco legal que viabilizou o evento e finalizou-se nos reflexos deste evento no estado do Paraná, de onde concluímos a ausência de consulta à sociedade e os consequentes desgastes ao poder público.

Palavras-chave: democracia; copa do mundo, participação social.

¹ Acadêmico em Ciência Política pela Uninter/Curitiba; Oficial ativo da Polícia Militar do Estado do Paraná; Especialista em Gestão de Segurança Pública (UFPR) e Especialista em Gestão Integrada de Segurança Pública com Foco no Magistério Superior (UNINTER).

E-mail: major.elias@gmail.com.

² Acadêmico em Relações Internacionais pela Uninter/Curitiba; Assistente Social e Assessor Parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. E-mail: aloisio43@hotmail.com

Abstract: The concept of democracy throughs the history of the Western world. From the classical Geek democracy and idealized vision bequeathed to us (directly and assembly) we arrive at the contemporary conception of representative democracy and with it their tensions. The subject includes the discussion around social participation and issues about the named capitalist democracy. In this scenario, the enabling process of the FIFA 2014 World Cup in Brazil happens. Due to the lack of discussion with the majority of society, the process faces several criticals. This paper aimed to understand the role of the enabling process of the FIFA 2014 World Cup in relation of the mechanisms of popular participation. In order to achieve the goal we started from the idea of Democracy. We have analyzed the law buit for the FIFA 2014 World Cup in Brazil and its consequences on the Parana State as well. We have concluded that there was no civil society consultation and its comes along distress to the government.

Keywords: democracy, world cup, social participation.

Introdução

É factível a percepção de que a democracia brasileira realizou notável avanço nos últimos vinte e cinco anos, todavia, a plena maturidade democrática ainda depende do quanto poderemos avançar no processo de construção contínua da cidadania fundada na inclusão e na participação. Defrontamo-nos com discussões acirradas sobre o tema “Copa Do Mundo” a ser sediada no Brasil este ano. Neste sentido, há necessidade de ouvirem-se os argumentos da sociedade, canalizados via fóruns populares, enquanto mecanismos legítimos de participação, bem como, os argumentos oficiais na análise do processo e na amplitude de suas consequências.

O tema é mais denso e complexo que a simples percepção de que se trata apenas de um evento esportivo. Para além do esporte, envolve relações econômicas, políticas e sociais com reflexos domésticos e internacionais, envolve questões absolutamente sensíveis à uma sociedade como a brasileira em franco processo de maturação democrática, assim, justifica-se estudá-lo. Contudo, dado a sua própria complexidade e abrangência, imperativo delimitar-se o que se pretende examinar. Aqui, nos propomos a perguntar qual o papel que desempenha o processo de viabilização da Copa do Mundo FIFA 2014 face à participação social na democracia brasileira?

Falar sobre mecanismos sociais de participação na democracia brasileira implica em transitar pelo tema de gênese, ou seja, a própria democracia. Cumpriria primeiramente discutir nossa percepção, o que entenderíamos por democracia, como se constitui, enfim, o que é a democracia em grande escala em que vivemos. Entender a democracia como um ideal é o primeiro passo para sua compreensão (DAHL, 1998).

Na mesma esteira, não se pode perder de vista que a democracia ocidental, surgida nos "*estertores*" do Estado Absolutista, seguiu-se par e passo com o fenômeno capitalista. Impossível pensar o movimento histórico do avanço do capital no mundo ocidental divorciado do processo de expansão do pensamento democrático. Deve-se, portanto, como objetivo geral, analisar o processo sob o prisma da democracia, da economia e da repercussão social.

Para tanto, através de metodologia descritiva e método qualitativo, o presente trabalho pretende, como objetivos específicos, primeiramente discorrer sobre a noção de democracia e representação, bem como, sua relação com o capitalismo. Num segundo momento analisaremos os argumentos críticos antagônicos a respeito do tema Copa do Mundo a partir do seu marco jurídico e, finalmente, buscaremos definir o processo de viabilização da Copa do Mundo FIFA 2014 frente à participação social no Estado Paraná e, em especial, na sua cidade sede.

Democracia, Representação e Capitalismo

Qualquer pessoa, independente de seu grau intelectual, é capaz de discorrer algumas percepções sobre democracia, notadamente, ancorando-se em pressupostos como liberdade, igualdade e direitos. Todavia, democracia implica numa vasta e complexa argumentação que parte de duas acepções iniciais: a democracia ideal e a democracia real, como pontua Dahl (2001, p.37): "Quando se discute democracia, talvez nada proporcione confusão maior do que o simples fato de "democracia" referir-se ao mesmo tempo a um ideal e a uma realidade".

Em sua percepção ideal, impossível não vislumbrarmos a gênese grega, a democracia direta da *polis* onde o povo reunido na praça discutia a cidade. Esta visão romântica traz na sua raiz uma contradição importante no que tange ao binômio povo/participação. Na

antiga e cultuada Grécia, o povo que fazia a democracia na praça, o povo que participava, implicava num caráter absolutamente excludente dado o impedimento aos estrangeiros, escravos e mulheres (SARTORI, 1994).

A aspiração de uma democracia em termos ideias, maximalista, atravessa a história. Ocorre que, com o advento do Estado Moderno - este podendo ser definido como o corpo político que reconhece um centro de governo comum, bem como, o território constituído por este Estado e seus habitantes, considerados como um todo - e os processos de insurreição contra o poder absolutista, marcadamente guiado pelos postulados iluministas, a figura do Estado-Nação ocidental já possui outra formatação política (HOBSBAWM, 1998).

Implica agora em estados dimensionados também pela alta densidade demográfica, onde a perspectiva de assembleia torna-se operacionalmente impraticável. Deste impedimento operacional entre outras causas, surge a necessidade da democracia praticada pela via da representação, visto que a realidade impede a sonhada democracia direta. Talvez aqui, na democracia representativa, tenhamos postas suas maiores discussões, os maiores antagonismos teóricos entre o maximalismo e o minimalismo democrático, os choques entre o mandato imperativo e mandado livre, a representação enquanto vontade geral ou vontade particular (BOBBIO, 2000).

Dada à realidade, é preciso se pensar o que podemos esperar das democracias de grande escala frente a questões de inclusão e participação, implica em discutir quais são as suas instituições políticas necessárias. Neste sentido, a *Poliarquia*³ de Robert Dahl propõe, entre outras instituições, a *Cidadania Inclusiva*, no sentido de que todo cidadão tem o direito de votar e ser votado em um cenário de eleições livres e justas. Da mesma forma, seja livre para expressar opinião, participar de organizações e de ter acesso a fontes de informação independentes (DAHL, 2001).

Em contraponto as percepções anteriores, a democracia contemporânea pode ser interpretada pela inclusão e participação absolutamente limitadas. Neste contexto temos as considerações elitistas de Schumpeter⁴ (1984), para quem a democracia é um regime minoritário de poder exercido por uma minoria, ou seja, uma acepção instrumentalista, reduzindo-a a um processo de competição pela liderança política. Aqui, postulados como "bem comum" ou "vontade geral" se dispersam pela ausência de uma unidade racional.

Dada a relação de intimidade entre a democracia ocidental e fenômeno do capitalismo, onde ambos guardam historicamente tensões e distensões, para além do voto, a liberdade e a autonomia do cidadão,

³ Sistema político concebido por Robert Dahl que se caracteriza por seis instituições democráticas.

⁴ Joseph A. Schumpeter - da obra: Capitalismo, Socialismo e Democracia.

presentes no processo democrático, se fundem então no processo econômico.

Todavia, a lógica capitalista nas democracias, afigurando-se uma espécie de racionalidade instrumental e global, enfrenta as consequências desta mesma lógica, as chamadas crises do capitalismo democrático, que, por seu turno, implicam na forma como percebemos a própria democracia. Neste sentido, tais crises só podem ser plenamente entendidas enquanto acontecem na transformação intrinsecamente conflituosa da formação social ao que se chama de “capitalismo democrático” (STREECK, 2012).

Do que foi discutido resumidamente até aqui, poderíamos suspeitar da validade da democracia enquanto regime político. Por que democracia? Recorremos a Robert Dahl:

A democracia não pode assegurar que seus cidadãos sejam felizes, prósperos, saudáveis, pacíficos ou justos. [...] Na prática a democracia jamais correspondeu aos seus ideais. [...] Apesar de suas falhas, não podemos perder de vista os benefícios que tornam a democracia mais desejável que qualquer alternativa viável a ela (DAHL, 2011, p. 73).

Não obstante todas as críticas que possam existir sobre as democracias, a consciência ocidental é sólida no sentido de cultuar suas virtudes. Dentre as virtudes democráticas mais cultuadas tem-se o império da lei e o regime de direito que, como a própria democracia,

pode guardar em si contradições. Neste sentido é que passaremos em seguida a discutir o marco legal que foi estabelecido para a Copa do Mundo 2014.

Reflexões sobre a Lei Geral da Copa

O processo de viabilização da Copa do Mundo 2014 no Brasil implicou em promulgar-se o marco jurídico necessário para contemplar o protocolo estabelecido pela entidade promotora. Isto se materializou através da Lei nº 12.663 de 05 de junho de 2012. Críticas à lei, em resumo, afirmam que se trata de um equívoco político e jurídico, uma vez que se suprimiu marcos legais vigentes no Brasil, que foi estabelecida sem qualquer discussão pública, abdicou-se de soberania, ainda, que ao constituir, entre outras coisas, direitos de patente e de exclusividade comercial, viabilizou reserva ou monopólio de mercados que, no limite, atendem apenas às perspectivas de lucro da própria FIFA (UNISINOS, 2012).

Não obstante a perspectiva inicial há que se entender que a democracia brasileira se funda no Estado Democrático de Direito, pressupõem os instrumentos e funcionamento de uma democracia representativa em grande escala onde a lei se estabelece como império. Neste sentido, o marco legal surge atendendo às regras democráticas e ao formal processo legislativo como constitucionalmente previsto. Dado que a lei se destina a regular a vida em sociedade, na qual deve

prevalecer o interesse público em detrimento do interesse privado, no caso concreto, é legítimo se perguntar se o interesse público, um dos mais complexos conceitos, tantas vezes manipulado ou utilizado em favor de objetivos inconfessáveis e das próprias "Razões de Estado"⁵, foi realmente considerado.

O marco jurídico posto, concebido em razões políticas e de governo, em que pese inquestionável dentro da formalidade, atende parâmetros estritos exigidos por uma entidade de entretenimento de iniciativa privada, ou seja, com o objeto principal de lucro. Os Comitês Populares da Copa do Mundo⁶, suportados pela opinião de diversos setores da sociedade civil, entre eles renomados constitucionalistas, aponta para as principais violações que a lei apresenta, entre elas: ao Código de Defesa do Consumidor vez que prevê áreas de restrição comercial, afrontando diretamente a livre escolha do consumidor e concorrência entre fornecedores; fere diretamente o Estatuto do Torcedor ao autorizar a venda de bebidas alcoólicas nas dependências dos estádios, afastando vigência de lei federal em sentido contrário, da proibição; revogação temporária, destituindo os idosos e jovens, do direito à meia entrada estabelecido em lei (UNISSINOS, 2012).

⁵ Razão de Estado, de Giovanni Botero, 1589. A razão de Estado é o conhecimento dos meios próprios para fundar, conservar e engrandecer um Estado. O principal objeto é resolver as questões práticas relativas aos modos de atuação em concreto do Estado, de modo a assegurar sua auto-preservação.

⁶ Comitês Populares da Copa do Mundo são espaços virtuais, sites, que servem para de discussão do tema. Há comitês para cada cidade-sede e são congregados no Portal Popular da Copa.

Segundo THIAGO HOSHINO, integrante do Comitê Popular da Copa de Curitiba e que participou da elaboração do "Dossiê Da Articulação Nacional Dos Comitês Populares da Copa", documento que trata da violação de direitos humanos no Brasil motivados por megaeventos esportivos, notadamente a Copa do Mundo 2014 e as Olimpíadas 2016, quando se referindo à análise do Projeto de Lei – PL 2330/11, mais gravoso ainda que dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA de 2013 e à Copa do Mundo FIFA de 2014, são as violações diretas à norma constitucional. O primeiro escândalo seria a flexibilização da Soberania do Estado Brasileiro, insculpida no art. 1º da Constituição, flexibiliza-se nossa legislação para atender tão somente a interesses financeiros de uma associação de direito privado e, em segundo, a violação de garantia fundamental do princípio da liberdade de locomoção, insculpida no art. 5º, ao se delimitar um espaço “de segurança” ao redor dos estádios onde apenas poderão entrar pessoas credenciadas, ainda que moradores do local.

Do ponto de vista social, outras ações questionáveis decorrem da legislação especial. Na questão de moradia, por exemplo, processos de desapropriação ocorrem em massa para viabilização de obras. Na questão do trabalho, mortes de operários são contabilizadas em canteiros de obras. Greves e paralisações nas obras dos estádios refletem baixos salários e más-condições de trabalho em função de atrasos e cronogramas apertados. Na questão do meio ambiente, situações concretas demonstram como as licenças ambientais têm sido facilitadas para as

obras, bem como, regulamentações ambientais flexibilizadas (UNISSINOS, 2012).

Do ponto de vista político, ainda maior é a preocupação dos comitês. Primeiramente na questão do acesso à informação, participação e representação popular na qual a formação de grupos gestores, comitês, câmaras temáticas e secretarias especiais da copa, muitas vezes sob a forma de empresas, constituem instâncias de poderes paralelos, isentos de qualquer controle social. Casos concretos ilustram a falta de informação às comunidades impactadas. Em segundo, a questão da segurança pública, pois, medidas já implementadas como a criação de uma Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos no âmbito do Ministério da Justiça, evidenciam uma perspectiva de militarização das cidades durante os megaeventos, percebida também no aporte de legislação subsidiária que ratifica este processo de militarização através da chamada garantia da lei e da ordem, dando às forças armadas poder de polícia, conforme se observa na discussão sobre segurança pública constante como um dos capítulos do Dossiê Da Articulação Nacional Dos Comitês Populares da Copa⁷.

O marco jurídico estabelecido na lei nº 12.663 de 05 de junho de 2012, Lei Geral da Copa, não obstante erigido dentro das balizas

⁷ Dossiê Da Articulação Nacional Dos Comitês Populares da Copa - documento produzido pela Articulação Nacional Dos Comitês Populares da Copa, lançado em 2011, tratando de megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil, abrangendo os temas moradia, trabalho, informação, participação e representação popular, meio-ambiente, acesso à serviços e bens públicos, mobilidade e segurança pública.

formais do processo legislativo, desde sua gênese ainda enquanto projeto de lei, foi atacado dado suas contradições em relação ao próprio ordenamento jurídico vigente, bem como, das repercussões e da participação social no processo e, no sentido da participação é que trataremos a seguir.

A participação social no Paraná e a Copa do Mundo

Democracia participativa, controle social, cidadania entre outros vocábulos estão presentes na atualidade dos regimes democráticos ao lado de percepções de que a máquina pública tem de ser idônea, eficiente e, antes, responsiva. A responsividade enquanto prática democrática implica de um lado na participação e comprometimento do cidadão nas decisões políticas e, de outro lado, na contra partida do poder ao que lhe foi concedido em administrar, bem como, em retorno ao que do cidadão é tributado.

A constituição brasileira, dentro de fundamentos de democracia participativa, estabeleceu mecanismos possíveis para realização da participação como os conselhos, orçamento participativo, audiência pública e consulta pública entre outros, de forma a considerar indivíduos e instituições num mesmo conjunto. Sobre este argumento afirma Patman (1992, p. 60): "A teoria da democracia participativa é constituída em torno da afirmação central de que os indivíduos e suas instituições não podem ser considerados isoladamente". Assim, a

participação não se trata de concessão, mas, elemento fundamental da própria democracia.

Mesmo que entendamos o processo de viabilização da Copa do Mundo 2014, no que concerne especialmente aos investimentos, decorre de uma matriz federal, haveria de se imaginar adequado que o "onde" aplicar os recursos ao menos sofresse ratificação do conjunto da sociedade. Ao pesquisarmos os acessos virtuais disponibilizados pelo poder estadual ou municipal, mesmo em páginas mais específicas como da Secretaria de Esportes e Turismo do Estado e da Secretaria Especial da Copa de Curitiba, nada, absolutamente nada, se encontra a respeito de consultas públicas efetivas e relevantes patrocinadas pelo poder público sobre o tema. Reduzindo-se ao estabelecimento de Câmaras Temáticas designadas pelo próprio poder público ou por Comissões de Acompanhamento estabelecidas na mesma lógica.

Não menos importante, o "como" aplicar tais recursos goza da mesma relevância em absoluto desrespeito ao proposto constitucionalmente em relação à figura do orçamento participativo. Não há registro de consulta à população relativa a forma de aplicação dos recursos que, já não se tratam apenas de repasses federais, tratam-se também de contrapartidas expressivas do estado federado e do município. O orçamento não pode prestar-se a ser exclusividade do poder público, representa e tem de representar as necessidades e anseios da sociedade, neste sentido é que se esperava imperativa a discussão

pública, mesmo que federalizada a dotação, localmente, as prioridades deveriam ter sido discutidas com seus interessados, como se vê:

Pela sua natureza, orçamento não pode deixar de ser utilizado como instrumento responsável de planejamento administrativo, tendo que trabalhar com as prioridades ditadas não pelo Prefeito e sim pela sociedade, pois as dele, geralmente, não coincidem com as da população, em sua quase totalidade. Portanto, se o orçamento é para o povo, que este seja chamado a dizer o que gostaria de ver nele, para atendimento às demandas sociais (LIMA, 2010, p. 03).

O custo de construção dos estádios talvez seja o item que mais chama a atenção e provoca as mais acaloradas discussões. O processo implica em investimentos de larga escala dentro do se estabeleceu como PAC da Copa, contemplando também projetos de infraestrutura na área de turismo, telecomunicações, portos, segurança, aeroportos, estradas e mobilidade urbana. A Matriz de Responsabilidades de 2010, que é o documento oficial que reúne todas as intervenções relacionadas com o Mundial a cargo do governo federal, dos governos estaduais e cidades-sede, que diz o quanto será investido globalmente no evento, estima em 25,8 bilhões de reais a serem gastos. Todavia, o documento não sofreu atualizações desde setembro de 2013, como consta da própria página do Portal da Copa do Governo Federal, assim, não se computa os gastos extras, como as estruturas temporárias exigidas pela FIFA, o que

redundará em cifra maior que a inicialmente prevista (PORTAL DA COPA, 2014).

Não restam dúvidas que o evento e seus custos atendem a uma decisão política e de governo, atende igualmente uma relação de mercado e se alinha com os preceitos de um capitalismo democrático, porém, há que se observar seus limites como pontua Streeck (2012, p.2): "capitalismo democrático como uma economia política regida por dois princípios conflitantes, ou regimes, da alocação de recursos: uma operação de acordo com a produtividade marginal, ou o que é revelado como mérito por um "livre jogo das forças de mercado", e o outro com base na necessidade social ou de direito, como certificado pelas escolhas coletivas da política democrática".

Vencida a questão de que a Copa do Mundo é uma realidade e que seu marco legal não pode se revogado, há que se ponderar de como se dá a participação popular na questão a partir do nosso *lócus* de unidade federativa. Do ponto de vista financeiro, a mesma Matriz de Responsabilidades aponta uma previsão de gastos de 966,5 milhões de reais, onde, excetuando ampliação do aeroporto de Foz do Iguaçu, os gastos são concentrados na capital do estado e cidade-sede, Curitiba (MATRIZ DE RESPONSABILIDADES, 2014).

As ações são assim descritas na matriz, com suas respectivas projeções de gastos em milhões de reais: **a)** Complexo Esportivo Curitiba 2014 (Reforma e Ampliação do Estádio) - 131,1; **b)** Corredor Aeroporto / Rodoferroviária - Trecho Municipal - 62,5; **c)** Sistema

Integrado de Monitoramento - Trecho Municipal - 58,2; **d)** Requalificação da Rodoferroviária (inclusive acessos) - 35,0; **e)** BRT: Extensão da Linha Verde Sul e Obras Complementares da Requalificação do Corredor Marechal Floriano - 18,5; **f)** Requalificação do Terminal Santa Cândida (reforma e ampliação) - 12,0; **g)** Requalificação do Corredor Marechal Floriano - Trecho Estadual - 10,0; **h)** Vias de Integração Radial Metropolitana - 36,5; **i)** Sistema Integrado de Monitoramento - Trecho Metropolitano - 10,0; **j)** Requalificação do Corredor Marechal Floriano - Trecho Municipal - 20,0; **k)** Corredor Aeroporto / Rodoferroviária - Trecho Estadual - 42,3 (MATRIZ DE RESPONSABILIDADES, 2014).

As cifras são realmente impressionantes. Não se discute aqui se o conjunto de obras, à exceção do estádio de futebol, impacta positivamente ou não na vida das pessoas. Óbvio que melhorias de infraestrutura são absolutamente positivas. Discute-se, em sede de políticas públicas e do interesse público, como e o quanto foi ouvida a população no sentido de decidir prioridades para investimento público em detrimento do interesse e do capital privado.

Em que pese à previsão de gastos inicial e as contrapartidas financeiras para o Estado do Paraná e para o município de Curitiba na viabilização do estádio, do ponto de vista da mobilidade urbana, prejuízos decorrentes da execução de obras são claros. Segundo relatório emitido em 2014 pelo Tribunal de Contas do Estado - TCE/PR - consideradas apenas as obras de mobilidade urbana, entre as obras

previstas na matriz de responsabilidade e mantidas, contudo, não executadas, o comprometimento é da ordem de, no mínimo, 28,04%. Segundo o parecer do órgão, isso significa dizer que o conjunto de obras de infraestrutura urbana que estariam disponíveis à população após o término do torneio está comprometido (TCE, RELATÓRIO Nº 12, 2014).

Não obstante os aspectos financeiros e logísticos importa saber se a população paranaense e curitibana foi ouvida no processo, mesmo na sua inevitável consequência, ou seja, estando a Copa do Mundo definida como uma realidade, as obras e os gastos locais não deveriam ao menos supor serem ouvidos os paranaenses e curitibanos? Repetindo o cenário federal, aqui os ouvidos do poder público foram poucos. Não houve participação cidadã, esqueceu o poder público de que é a participação cidadã que permite a ampliação do acesso aos atos de gestão, é ela que permite orientar as opções de desenvolvimento e investimento, é nela que se fortalecem os mecanismos democráticos, onde se opera a legitimidade nascida do consentimento.

A situação mais emblemática deste processo, como pontua o Comitê Popular em Curitiba em nota de repúdio publicada em 2012, no site da organização de direitos humanos "Terra de Direitos", trata-se da concessão de Certificados de Potencial Adicional de Construção – CEPACs – ao Clube Atlético Paranaense. Em audiência pública, ocorrida na data de 03 de setembro de 2010, na Câmara Municipal de Curitiba, essa alternativa já fora amplamente rejeitada pela população,

mas, apesar da nítida contrariedade popular, foi aprovada pelos vereadores municipais a Lei n. 13.620/2010, concedendo até R\$ 90 milhões em “potencial construtivo especial” para adequação do estádio segundo as exigências da FIFA. Em dezembro do mesmo ano, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná emanou a Lei n. 16.733/2010, autorizando o emprego do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE – para financiar a reforma com objetivo de permitir que a Agência de Fomento do Paraná, autarquia administradora do Fundo, realizar empréstimos diretos à CAP/SA, sociedade anônima responsável pelas obras na Arena da Baixada. Repassando a ela recursos estaduais e federais (via BNDES) e aceitando como garantia da operação parte do potencial construtivo emitido pela própria Prefeitura (TERRA DE DIREITOS, 2012).

A nota de repúdio segue argumentando que no documento, estado e município se comprometem a financiar a obra, antes mesmo da aprovação das leis respectivas que tornariam a operação possível, revelando-se absolutamente questionável, uma vez que atenta contra o interesse público na medida em que indica obrigações contratuais entre o município, o estado e a CAP/SA, sem apego aos princípios constitucionais da Administração Pública, desprezando as possíveis consequências que podem resultar da utilização do “potencial construtivo” com reflexos no conjunto da sociedade curitibana.

Neste sentido, Paulo Henrique Laporte Ambrozewicz⁸ afirma:

Em minha opinião, o modelo utilizado pelos governo estadual e municipal não foi o adequado. Havia a possibilidade de construir um estádio público, que poderia atender à população, com pista de atletismo, piscina, ginásio e outros equipamentos. O estado poderia ter utilizado os recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) diretamente e assim resolver o problema da modernização do Ginásio do Tarumã, utilizando o Estádio do Pinheirão, que poderia ser administrado por uma diretoria composta pelos três clubes da capital. É lamentável não terem aproveitado a oportunidade (INFRAESTRUTURA URBANA, 2014).

Apesar do cenário absurdo das negociações com consequências reais ao patrimônio público dado o endividamento da cidade, não obstante o desprezo à legislação urbanística, os acordos e decisões se constituem ausentes de informação ou consulta à população, tratam-se de ações que negam horizontalidade social. Nem mesmo os espaços de participação social formalmente existentes, tais como os Conselhos de Política Urbana ou Conselhos das Cidades, são ouvidos ou incorporados ao processo.

⁸ Paulo Henrique Laporte Ambrozewicz - Engenheiro civil que atuou na secretaria da Copa 2014, em Curitiba. Especialista em estruturas, mestre e doutor em engenharia de produção. Autor de diversos livros técnicos em sua área de especialização.

O Conselho da Cidade de Curitiba (Concitiba), que é um órgão colegiado de política urbana, tem sua estrutura vinculada ao IPPUC e reúne representantes do poder público e da sociedade civil. Tendo entre suas atribuições a de formular, elaborar e acompanhar as diretrizes do desenvolvimento urbano e regional de Curitiba. No que se refere a equipamentos para serviços básicos e de interesse comunitário, infraestrutura urbana, habitação, saneamento ambiental, desenvolvimento sustentável e mobilidade urbana com ênfase para o transporte coletivo, trânsito e acessibilidade. Não pode apreciar em nenhum momento a concessão de CEPACs ao Clube Atlético Paranaense, conforme sustenta o Comitê Popular em Curitiba (TERRA DE DIREITOS, 2012).

Conclusão

A noção de democracia se transformou ao longo da história. Intercorrências de ordem política, cultural e econômica ajudaram a formatar nossa concepção contemporânea de democracia, a democracia representativa.

Não resta dúvida que da democracia ideal aproveitamos conceitos e expectativas, contudo, sua prática na essência, direta e em assembleia, se tornou impraticável dada à conformação das nações em densidade demográfica gigantesca. O recurso necessário e inevitável foi a modelagem representativa, esta, por sua vez, apresenta-nos desafios e

contradições que, por vezes, nos impulsionam a questionar a validade do próprio modelo político democrático representativo.

Não obstante o conflito, os regimes democráticos ocidentais, imperfeitos como são, ainda representam uma escolha acertada dado os modelos aos quais se podem comparar. Desta forma, confessando opção pelo modelo democrático e, ao mesmo tempo, admitindo suas imperfeições é que se buscam mecanismos para o seu aperfeiçoamento e, nesta busca, os instrumentos de participação social representam dentre os mecanismos possíveis um dos pilares de sustentação da nossa livre e consciente opção.

É certo que instrumentos de participação social dependem também de um processo de interação, ou seja, há que existir vontade social em participar e há que as instâncias de poder atuem como receptores e promotores desta mesma vontade. Em uma palavra, reciprocidade. Assim, a inércia de uma parte não pode justificar a soberania de outra. Não só se espera que população participe ativamente, mas, que a autoridade governamental deva provocar e propiciar o debate público das questões de interesse coletivo.

No que se pretendeu nas discussões antecedentes, podemos concluir que cumprimos nosso objetivo geral de analisar o tema sob o prisma da democracia, da economia e da repercussão social. No mesmo sentido, de forma específica, discorreremos sobre a noção de democracia e representação. Foram postos os argumentos críticos antagônicos a respeito do marco jurídico da Copa do Mundo 2014, bem como, foram

evidenciados dados e argumentos que delimitam o papel do processo de viabilização do evento em relação à participação popular no Paraná e sua cidade-sede.

Em resposta ao que inauguralmente se perguntou, podemos concluir que o papel do processo de viabilização da Copa do Mundo FIFA 2014, no que diz respeito à democracia brasileira, representa duas perspectivas. Em primeiro, uma opção soberana do Estado que se revela por diretivas de capital sustentadas por legislação excepcional que implicam na alocação de recursos e de preferências sobre políticas públicas na mesma lógica soberana. Em segundo, face a opção do poder público, o debate que não se deu entre governantes e governados, se dá entre governados na crítica aos seus governantes.

Todos os benefícios e legado que uma empreitada como esta pode produzir, ficam vinculados a um claro desconforto social, que, no limite, propicia autorização para concluir-se que o poder não reconheceu os mecanismos de participação social. O que se deu numa pretensa soberania de tutela burocrático-legal da vontade ou da opinião do conjunto da sociedade, simplesmente decidiu por ela.

Referências

AUAD, Denise. **Mecanismos de participação popular no Brasil.**
Disponível em:

<<http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/sites/gestaocompartilhada.pbh.gov.br>>. Acesso em: 16 Mar. 2014.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1992.

BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo (orgs.). **Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

BRASIL, Presidência da República do. **Casa Civil, Lei nº 12.663 de 12 de Junho de 2012**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03_ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm>. Acesso em 20 Mar. 2014.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O Longo Caminho**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COPA, Portal Popular. **Portal de Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa**. Disponível em: <<http://www.portalpopulardacopa.org.br>>. Acesso em: 19 Mar. 2014.

COPA, **Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil**. Moradia – Trabalho – Informação, Participação e Representação Popular – Meio Ambiente – Acesso a serviços e bens públicos – Mobilidade – Segurança Pública. Disponível em:

<http://comitepopulario.files.wordpress.com/2011/12/dossie_violacoes_copa_completo>. Acesso em: 24 jun. 2014.

DAHL, Robert. **Sobre a Democracia**. Brasília: UNB, 2001, p. 97-113.

DIREITOS, Terra de. Organização de Direitos Humanos. Disponível em: <<http://terradedireitos.org.br/2012/04/27/nota-de-repudio-do-comite-popular-da-copa-de-curitiba-a-engenharia-financeira-da-reforma-do-estadio-joaquim-americo-guimaraes-2/>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

FEDERAL, Governo. **Portal da Copa**. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/tags/lei-geral-da-copa>>. Acesso em 18 Mar. 2014.

FIFA, Copa do Mundo. **Site Oficial da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014**. Disponível em: <<http://pt.fifa.com/worldcup/>>. Acesso em: 15 Mar. 2014.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

JACOBI, Pedro. **Políticas Sociais e a Ampliação da Cidadania**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

JUNIOR, José Geraldo de Souza; PARENTE, Lygia Bandeira de Mello. **Participação social como instrumento para a construção da**

democracia: a intervenção social na administração pública brasileira. Brasília: UNB, 2006.

LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. **Democracia, pluralização da representação e sociedade civil.** São Paulo: Lua Nova n.67, 2006.

PATAMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LIMA, José Ossian. **A Obrigatoriedade do Orçamento Participativo no Município.** Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/17559/a-obrigatoriedade-do-orcamento-participativo-no-municipio>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

PARANÁ, Tribunal de Contas do Estado do. **Comissão de Fiscalização da Copa 2014.** Relatório nº 12. Disponível em:<<http://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/relatorios-de-auditoria/236830/area/52>>. Acesso em: 26 Jun. 2014.

SARTORI, Giovanni. **A Teoria da Democracia Revisitada: o debate contemporâneo.** São Paulo: Ática, 1994.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia.** Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

STREECK, Wolfgang. **The Crises of Democratic Capitalism**. New Left Review 71, set/out, 2011, p.5-29.

TRANSPARENCIA, Portal. Governo Federal. Brasil. Disponível em [http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/home.seam]. Acesso em 20 Mai. 2014.

UNISINOS, Instituto Humanista. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/507519-lei-geral-da-copa-um-equivoco-politico-e-juridico-entrevista-especial-com-guilherme-varella-e-thiago-hoshino>. Acesso em 25 jun. 2014.

UNISINOS, Instituto Humanista. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/507519-lei-geral-da-copa-um-equivoco-politico-e-juridico-entrevista-especial-com-guilherme-varella-e-thiago-hoshino>. Acesso em 25 jun. 2014.

URBANA, Infraestrutura. Projetos, Custos e Construção. Disponível em: <http://infraestruturaurbana.pini.com.br/solucoes-tecnicas/noticias/engenheiro-que-atuou-na-secretaria-da-copa-2014-em-curitiba-308857-1.aspx>. Acesso em: 23 jun. 2014.

A democracia no governo de Nicolás Maduro

Aline de Oliveira¹

Bruna Leal Barcellos²

Resumo: A conturbada troca de poder na Venezuela trouxe os olhos do mundo a este País sempre tão contraditório em relação as suas decisões, e principalmente, a sua identidade política. No novo governo de Nicolás Maduro a pergunta problema se dá em relação à democracia – ela está ou não presente nas decisões tomadas por este novo líder? Tendo em vista esta problemática, o presente artigo se propõe a avaliar a partir de critérios estabelecidos por Dahl se há realmente uma democracia ou não na Venezuela, para que assim possamos então analisar a visão das Nações Unidas (ONU) a respeito do país e suas atitudes, tendo-se assim duas visões da democracia existente ou não no país venezuelano. A conclusão que se atinge é a de que não se tem elementos suficientes para determinar se o governo venezuelano é ou não uma democracia a partir dos conceitos de Dahl. A respeito das Organizações Unidas (ONU), a visão parece um pouco mais clara e contrária aos atos do governo Venezuelano não a vendo como uma democracia plena.

Palavras-chave: Nicolás Maduro, Venezuela, democracia.

Abstract: The turbulent exchange of power in Venezuela has brought the eyes of the world to this country always so contradictory to their decisions, and especially, its political identity. In the new government of Nicolás Maduro, the problem is the question of regarding democracy be present or not in view of the decisions taken by this new leader. Considering this problem, this article aims to review based on criteria

¹ Graduanda em Relações Internacionais na UNINTER, e em Comunicação Institucional na Universidade Federal do Paraná, E-mail: alinedeoliveira13@gmail.com

² Graduanda em Relações Internacionais na UNINTER, E-mail: bl-barcellos@hotmail.com

established by Dahl is there really a democracy or not in Venezuela, then we can analyze the vision of the United Nations (UN) about the country and its attitudes, having two visions of democracy or not existing in the Venezuelan country. The conclusion reached is that there is no sufficient evidence to determine whether or not the Venezuelan government is a democracy based on the concepts of Dahl. Regarding Organizations Nations (UN), the vision seems a little clearer and acts contrary to the Venezuelan government not to sell as a full democracy.

Keywords: Nicolás Maduro, Venezuela, democracy.

Introdução

O objetivo deste artigo é avaliar o governo de Nicolás Maduro a partir dos critérios de Dahl e da visão das Nações Unidas (ONU) a fim de determinar o atual governo Venezuelano como sendo ou não uma democracia

A análise destes critérios se faz de suma importância já que, com a eleição de Nicolás Maduro logo após o falecimento de Hugo Chávez, os olhos do mundo se voltaram para a Venezuela de maneira curiosa a fim de descobrir quais os rumos o país tomaria a partir do momento em que se encontrava sobre uma diferente liderança. Esta, de certa forma, curiosidade internacional sobre a Venezuela tem fundamento para fins econômicos e de parcerias políticas, isto, a nível governamental.

Entretanto, faz-se de importância apontar para o fato de que o presente artigo não busca avaliar a qualidade do governo de Maduro, e

sim, somente utilizar-se de critérios para definir parâmetros para a análise da existência ou não de democracia na Venezuela.

Este artigo tem como objetivos específicos a categorização a partir dos conceitos de Dahl sobre o governo de Nicolás Maduro a fim de verificar se as mesmas seguem os parâmetros para uma democracia, logo após, será feita uma leitura e análise dos discursos proferidos por secretários da ONU a respeito da situação do país Venezuelano, visando categorizar a visão das Nações Unidas sobre o governo de Nicolás Maduro, para enfim, a partir de uma pesquisa qualitativa, responder a pergunta problema deste artigo, qual seja: No atual governo Venezuelano de Nicolás Maduro, as ações do Estado satisfazem as exigências para uma democracia plena a partir dos conceitos de Dahl e pela visão da ONU? Esta análise se faz importante devido a grande tensão sobre o novo governo Maduro, principalmente sobre âmbito internacional já que os efeitos de uma democracia ou não podem se voltar não somente para a população venezuelana, mas também para todo o cenário internacional.

Este artigo então se dividirá em uma análise dos conceitos de Dahl a fim de utilizar sua categorização sobre uma democracia no governo de Maduro e defini-lo como uma democracia plena ou não, para isto, usará os conceitos definidos por Dahl para uma democracia plena, sendo eles: Funcionários eleitos; eleições livres, justas e frequentes; liberdade de expressão; fontes de informação diversificadas;

autonomia para as associações, e por último, cidadania inclusiva³. Logo após, serão analisado discursos e comunicados da ONU a respeito da Venezuela em busca de definir a visão desta OI sobre o país venezuelano.

Conceitos definidos por Dahl para a garantia de uma democracia plena

Robert Dahl (2005)³ adota seis requisitos necessários para se observar se há ou não democracia em um país, segundo o mesmo, uma democracia em grande escala exige: Funcionários eleitos; Eleições livres, justas e frequentes; Liberdade de expressão; Fontes de informação diversificadas; Autonomia para as associações e cidadania inclusiva. (DAHL, 2001. p. 99).

Partimos então para uma introdução sobre estes seis requisitos definidos por Dahl a fim de compreendê-los em um todo.

Segundo Dahl começa a enumerar a partir de um conceito hoje conhecido como símbolo da democracia: eleição a partir do indivíduo. Dahl (2001) dialoga que os governantes devem sim tomar decisões em prol de uma sociedade, entretanto, que estes governantes sejam eleitos a partir da opinião dos indivíduos que constituem esta sociedade,

³ DAHL, Robert. **Sobre a democracia**. Brasília: UNB, 2001, p. 97-113.

garantindo assim, que os mesmo coloquem no governo aqueles que melhor atendem seus interesses.

O segundo tópico são sobre as eleições livres, justas e frequentes, de certa forma, serve para assegurar a qualidade do anteriormente citado (funcionários eleitos). Com isto Dahl trás a tona que não basta somente que o indivíduo tenha o direito de escolher aqueles que irão governar, mas também que possam fazer isto frequentemente, e que, de grande importância, todos, sem exceção, possam fazer parte desta decisão.

Liberdade de expressão, de acordo com Dahl, é considerado o terceiro tópico, por sua vez, trás a tona o direito do indivíduo de dizer o que pensa sobre a política exercida em sua comunidade, liberdade de expressão esta que se faz totalmente necessária num Estado onde o indivíduo possa escolher seu governante, já que, é sua liberdade de expressão (exigir, pedir, reclamar) que irá garantir que seu voto seja o mais compatível possível com suas exigências.

O quarto item, fontes de informações diversificadas, relata que conhecendo a política e como a mesma pode influenciar a todos, para alertar que o indivíduo, deve votar conscientemente, precisa ter informação, informação esta que não pode, de maneira alguma, sofrer qualquer tipo de manipulação, e, para garantir isto, segundo Dahl, se faz necessário que haja diversos meios de informação que levem notícias ao indivíduo, agora, eleitor.

O quinto item, autonomia para as associações, em prol dos direitos do eleitor, diz que a liberdade de formar associações e até mesmo partidos políticos, anda em conjunto com a satisfação do indivíduo já que o mesmo poderá se unir a outros que pensam iguais e formar uma associação que virá a suprir as necessidades daquele grupo, ou ao menos, dará maior força aos ideais do mesmo.

E por último, a cidadania inclusiva. Neste ponto, Dahl (2001), então esclarece que a nenhum indivíduo pode ser negada a oportunidade de participar de sua sociedade, que o mesmo deve ter direito a todos os tópicos destacados anteriormente, ou seja, o indivíduo deve e pode fazer parte das decisões de sua comunidade.

A democracia no governo de Nicolás Maduro

A presente avaliação seguirá a ordem dos critérios oferecidos por Dahl. O primeiro requisito proposto pelo autor é o de funcionários eleitos, sendo assim, no contexto atual, Nicolás Maduro tomou posse como presidente da Venezuela, em 14 de abril de 2013. De acordo com o conselho eleitoral da Venezuela, o atual presidente foi eleito pela população com 50,75%, dos votos contra 48,97% de seu opositor, Henrique Capriles Radonski, a participação eleitoral foi de 78,71%.⁴

⁴ **La Republica** - Elecciones en Venezuela: Nicolás Maduro fue proclamado como vencedor. Disponível em: <<http://www.larepublica.pe/15-04-2013/elecciones-en>

(La Republica – 15 de Abril de 2013). De modo geral, nas duas campanhas para a presidência da Venezuela, foi adotado o uso da imagem do ex-presidente Hugo Chávez como eixo de suas campanhas, porém, cada um com sua estratégia e à sua maneira; Nicolás, por exemplo, usava imagens do rosto de Chávez em seus discursos em público, buscando assim, fazer com que a população o identificasse como uma possível “reencarnação política” de seu antecessor.

O segundo fundamento adotado por Dahl é o da existência de eleições livres, justas e frequentes, e assim, mesmo após Maduro regressar ao poder houve questionamento de Capriles (membro e fundador do partido Primeiro Justiça – Concorrente de Nicolás Maduro durante as eleições de 2012) que afirmou só reconhecer oficialmente o resultado após recontagem de 100% dos votos, porém indagou o sistema eleitoral da Venezuela, que é oficialmente conhecido como um dos mais seguros do mundo pela UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) e o The Carter Center. O secretário geral da OEA (Organização dos Estados Americanos), e os presidentes? França, Espanha, Portugal, os países do BRICS (Sigla referente à união dos países: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), e alguns países da América Latina reconheceram o resultado e desejaram sucesso ao presidente, não se configurando o processo de fraude nas eleições de

venezuela-nicolas-maduro-fue-proclamado-como-vencedor> Acesso em: 25 de Maio de 2014.

Maduro, que permanecerá no poder até 2019, quando haverá outra eleição para eleger um novo presidente venezuelano. Sendo assim, levando em consideração à análise de Dahl (2001) a eleição é considerada frequente, livre e justa sendo legítima e representa a vontade da maioria,

O terceiro preceito, de acordo com Dahl (2001), é o da liberdade de expressão, um importante requisito para que os cidadãos realmente participem da vida política. Apesar de ser considerado existente no governo atual venezuelano, é um ponto que gera muitas dúvidas e críticas ao regime. No governo anterior, havia uma liberdade intermitente, pois existia uma censura seletiva tanto da imprensa doméstica quanto de correspondentes estrangeiros, ainda que essa censura não se estendesse aos correspondentes. Posteriormente a sua eleição, de acordo com informações disponíveis, Nicolás Maduro substituiu o comando da televisão VTV e subiu o tom contra a Globovisión e Televen, demonstrando um determinado meio de repressão. (Portal Imprensa, 2013)

O quarto critério apresentado por Dahl são as fontes de informação diversificadas (Dahl, 2001), com participação efetiva e entendimento esclarecido. Segundo esta variável os cidadãos venezuelanos tem sim acesso a fontes de informações que não estejam sob o controle do governo ou que sejam dominadas por qualquer grupo ou ponto de vista. Nesse aspecto, a população tem direito de participar da vida política com informações alternativas e fontes diversificadas,

isto esta fundamentado, em relação à Venezuela, pela ainda existência de mais de um meio de comunicação.⁵ (Guia de mídia).

A quinta variável exposta por Dahl é a autonomia para as associações, que segundo Dahl também é considerada uma fonte de educação cívica e esclarecimento cívico. Atualmente, a Venezuela é considerada um pluralismo polarizado, porque há diversos partidos que estão divididos em dois polos, os chavistas e os antichavistas apresentar. Tendo assim, um partido oposto ao do atual governo dando informações a população, oportunidades para discutir e deliberar práticas políticas.

O último requisito é a cidadania inclusiva (Dahl, 2001) que seria a junção dos critérios acima, o que na Venezuela se faz por uma análise complexa já que há a participação social, entretanto, sem total liberdade de expressão política tendo em vista as manifestações ocorridas durante o governo de Maduro em busca de melhores condições a população venezuelana.

⁵ **Guia da Mídia** - Venezuela. Disponível em: <<http://www.guiademidia.com.br/jornais/america-do-sul/venezuela.htm>> Acesso em: 25 de Maio de 2014.

Visão da ONU a respeito da democracia na Venezuela no Governo de Nicolás Maduro

Analisar a visão da ONU sobre o governo de Nicolás Maduro se faz de extrema importância quando se leva em consideração o poder de voz e decisão que esta OI possui. A ONU hoje tem voz ativa em todo mundo e suas opiniões tendem a influenciar líderes de grandes Estados e até mesmo a grande massa. Sendo assim, a análise da opinião das Nações Unidas (ONU) se faz como uma análise de uma opinião global, sobre o presente assunto.

Sobre a visão das Nações Unidas serão avaliados comunicados feitos diretamente por representantes regionais, comissariados e até mesmo do secretário geral da ONU. Com isto, pretende-se analisar o teor de determinados comunicados ou discursos a fim de buscar uma visão sobre a opinião das Nações Unidas a respeito dos acontecimentos durante o governo de Nicolás Maduro.

A análise a partir da visão da ONU demonstra gradual insatisfação com o governo atual de Nicolás Maduro. O estopim para que a ONU se pronunciasse se faz quando os protestos na Venezuela passam para um nível de agressão aos civis, prisões inadequadas e censura fatores até então alarmantes para a ONU e que apontam para uma possível falha na democracia venezuelana.⁶ Faz-se assim

⁶ Portal ONUBR - **Escritório de direitos humanos da ONU lamenta violência na Venezuela e pede diálogo**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/escritorio-de->

necessária uma breve análise dos pronunciamentos da ONU em relação à Venezuela tendo como objetivo compreender a relação entre ambos.⁷ (Terra, 2013).

Em 13 de Março de 2014, Amerigo Incalcaterra, representante regional para a América do Sul do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (ACNUDH) lamentou a violência nos protestos na Venezuela. Amerigo pediu para que todos os grupos abrissem mão da violência, segundo ele, “recorrer à violência não é um meio para reivindicar direitos”, dando um alerta aos manifestantes. Porém, o representante da ACNUDH também alertou para o papel do Estado em garantir a liberdade de expressão e opinião; “estes direitos são fundamentais e essenciais para uma democracia vibrante”, disse Amerigo. O representante da ACNUDH mostrou-se preocupado com as atitudes do governo de repreensão e apontou medidas que o Estado venezuelano deveria tomar a fim de cumprir com seus deveres. (NAÇÕES UNIDAS, 2014)

No dia 26 de Março de 2014, Ban Ki-moon, secretário-geral da ONU, pediu para que sejam feitos esforços a fim de reduzir as tensões e cenários violentos na Venezuela. Segundo seu porta-voz, Ban Ki-moon

direitos-humanos-onu-lamenta-violencia-na-venezuela-e-pede-apoio-a-espacos-de-dialogo/ > Acesso em 22 de maio de 2014.

⁷ **Terra** - Imprensa venezuelana denuncia agressão e prisão de jornalistas. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/america-latina/imprensa-venezuelana-denuncia-agressao-e-prisao-de-jornalistas,be0445fa11f02410VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html>> Acesso em: 25 de Maio de 2014.

está triste com os relatos de violência e perdas de vista durante os protestos na Venezuela. Ban Ki-moon pede uma resolução dos conflitos o quanto antes; “Ele apela para que os venezuelanos, seja qual for sua posição política, expressem suas diferenças e reivindicações pacificamente e em conformidade com a lei, e busquem um terreno comum”, segundo seu porta voz. (NAÇÕES UNIDAS, 2014)

Já em 28 de Março de 2014, Navi Pillay,⁸ alta comissária da ONU para os Direitos Humanos, condenou a violência sempre presente nos protestos da Venezuela e pediu para que o governo garanta liberdade de expressão e reunião pacífica. “Está na hora de todos os lados irem para além da agressão verbal e promover um diálogo significativo. Esta crise só será resolvida se os direitos humanos de todos os venezuelanos foram respeitados.” Pillay também condenou a violência por parte das autoridades venezuelanas que deixou dezenas de mortos e feridos, de acordo com dados, 579 pessoas foram presas desde que os protestos tiveram início. “Uma ação concreta por parte das autoridades, inclusive por meio de investigações completas e independentes, liberando manifestantes pacíficos que foram detidos, assim como o desarmamento dos grupos armados, tem um longo caminho a percorrer no sentido de neutralizar as tensões e preparar o

⁸ Portal ONUBR - Venezuela: **ONU pede respeito aos direitos humanos e fim de ‘retórica inflamatória’**. Disponível em: <http://www.onu.org.br/venezuela-onu-pede-respeito-aos-direitos-humanos-e-fim-de-retorica-inflamatoria/> Acesso em 22 de maio de 2014.

terreno para uma saída para a crise”, observou Pillay. (NAÇÕES UNIDAS, 2014)

Em 11 de Abril de 2014, Ban Ki-moon, secretário-geral da ONU, lançou uma nota oficial em relação ao início da comunicação entre o governo de Nicolás Maduro e seus opositores.

Statement Attributable to the Spokesperson for the Secretary-General on Venezuela
New York, 11 April 2014

The Secretary-General welcomes that a dialogue has begun in Venezuela bringing together the government and members of the political opposition. He salutes in particular the efforts of the Union of South American Nations (UNASUR), at the invitation of President Maduro, to support this process.

He congratulates both the government and opposition for their public commitment to the dialogue, which is being accompanied by a representative of the Holy See and by the Foreign Ministers of Brazil, Colombia and Ecuador, representing UNASUR, as witnesses.

The Secretary-General expresses his best wishes for the success of the dialogue and joins His Holiness, Pope Francis, in his call to all actors to engage in a dialogue aimed at finding common ground to overcome the current challenges faced by Venezuela. (KI-MOON, 2014.)⁹

⁹ Portal ONUBR - **Declaração do porta-voz do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, sobre o início de um diálogo político na Venezuela** – Disponível em: <http://www.onu.org.br/declaracao-do-porta-voz-do-secretario-geral-da-onu-ban-ki-moon-sobre-o-inicio-de-um-dialogo-politico-na-venezuela/> Acesso em 22 de maio de 2014.

Diferente das citações anteriores, a ONU mais passível em relação à Venezuela, parabenizando-a por suas atitudes que caminham para uma maior democracia e cenário de paz no País.

Já em 09 de Maio de 2014 o escritório do Alto Comissariado da ACNUDH disse estar preocupado com a onda de violência nos protestos venezuelanos e do excessivo uso de força. “Condenamos todo tipo de violência na Venezuela e estamos particularmente preocupados com o excessivo uso de força”, afirmou o porta-voz do ACNUDH, Rupert Colville, segundo pronunciamento. Segundo dados recolhidos pela ONU, autoridades venezuelanas prenderam um grupo com cerca de 200 manifestantes. As autoridades alegaram que o grupo detinha armas, drogas e coquetéis Motolov que seriam usados durante manifestações. Segundo Colville, “Reiteremos o apelo do ACNUDH ao governo venezuelano para que assegure que as pessoas não sejam penalizadas por exercerem seus direitos”. (NAÇÕES UNIDAS, 2014)¹⁰

A partir da análise dos comunicados da ONU fica claro que a OI tende a repudiar os atos do Estado em relação às manifestações ocorridas na Venezuela. Com o pedido constante de liberdade de expressão e opinião ao povo Venezuelano, a ONU demonstra repudiar a

¹⁰ Portal ONUBR - **Onda de violência na Venezuela preocupa escritório da ONU para direitos humanos**. Disponível em: <http://www.onu.org.br/onda-de-violencia-na-venezuela-preocupa-escritorio-da-onu-para-direitos-humanos/> Acesso em 22 de maio de 2014.

maneira como o governo lida com o ocorrido, e mais ainda, como contribui para que a onda de violência piore.

Toda esta preocupação da ONU se faz clara e mais ainda, necessária já que a Venezuela se encontra em dias de tremenda violência e apelo social para que sua voz seja ouvida, e o fato do governo dar as costas para a população e violar diversos direitos humanos demonstra a fragilidade no que se diria “democracia venezuelana”, deixando uma clara certeza de que o governo de Nicolás Maduro, a partir de uma visão geral da ONU, se encontra fora dos parâmetros para uma plena e clara democracia.

Considerações finais

O artigo apresentado buscou confirmar a partir de critérios determinados por Dahl e uma observação sobre a visão da ONU, a existência de uma democracia na Venezuela durante o atual governo de Nicolás Maduro. Entretanto, não foi possível estabelecer uma resposta concreta sobre o assunto já que o governo de Maduro encontra-se em diversos desencontros de informações e de opiniões.

A respeito da análise a partir de Dahl, foram analisados os seis requisitos: Funcionários eleitos; Eleições livres, justas e frequentes; Liberdade de expressão; Fontes de informação diversificadas; Autonomia para as associações e cidadania inclusiva. O que se notou durante esta análise é que o governo de Maduro, de certa forma, cumpre

com estes requisitos, porém, com muitas contradições. Em relação a funcionários eleitos, a Venezuela se faz cumprir este critério, assim como o critério de Eleições livres, entretanto este trazendo diversa discussão entre aqueles que acreditam que a Venezuela fraudas suas eleições e aqueles que afirmam que o país tem um dos sistemas eleitorais mais seguros do mundo.

Enquanto, por exemplo, vemos a liberdade de expressão na Venezuela por parte das manifestações cada vez mais frequentes, também a vemos ser violadas pelo alto uso de força por parte do governo Venezuelano. Em relação às fontes de informação, existem sim diversos canais televisivos e jornais que levam informações aos cidadãos venezuelanos, entretanto, o governo trata de censurar aqueles que não seguem o determinado ou mais cabível ao governo Maduro.

Por fim, neste aspecto avaliativo, a Venezuela se faz oscilante e não se mostra como sendo ou não uma democracia, sendo assim, ao utilizar os seis critérios definidos por Dahl, não se faz possível uma plena resposta à pergunta problema.

Já na visão da ONU fizeram-se duas análises: Uma delas a respeito dos pronunciamentos feitos pela OI a respeito do país venezuelano e outro, oficial. Em relação ao que se vê como resposta das Organizações Unidas ao governo de Maduro, o que se nota é repúdio as políticas adotadas pelo governo e o não cumprimento dos direitos humanos no país, trazendo assim uma visão de que a Venezuela não faz parte de uma democracia plena. Entretanto, se faz necessária a

compreensão de que não há uma nota oficial da ONU a respeito desta afirmação ou não, dando assim a conclusão de que na visão da ONU a Venezuela não segue uma democracia plena, entretanto, não se é possível apresentar uma resposta da OI a isto, apenas evidências.

Por fim, o que se nota em todas as análises apresentadas neste artigo é que apesar da democracia venezuelana não poder de fato ser afirmada ou desmentida, o que se nota a partir das análises é uma grande tentativa da Venezuela em acobertar suas atitudes que burlam o que de fato é uma democracia, colocando a frente às poucas ações que ainda a garantem como um governo “democrata”, ou não. Ou seja, apesar da ausência de critérios para concluir se a Venezuela é ou não uma democracia, o que se nota é um caminhar em rumo à ausência da mesma, uma sequência no governo Chavista e no seu Estado oscilante e repressivo a aqueles que não o apoiavam. Sendo assim, faz-se necessária uma nova análise a partir de novas decisões do Estado venezuelano a fim de, no futuro, determiná-lo como sendo ou não uma democracia plena.

Referências

DAHL, Robert. **Sobre a democracia**. Brasília: UNB, 2001, p. 97-113.

LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Adrián Gurza Lavalle; Peter P. Houtzager; Graziela Castello. **Democracia, pluralização da representação e sociedade civil**. Lua Nova, nº 67 São Paulo, 2006.

MIRANDA, José Alberto Antunes; **A Política Externa da Venezuela Pós-Chavez**. Revista Conjuntura Austral, Vol. 4, nº. 17, p.28-37, Abr. Mai. 2013.

VILLA, Rafael. **As eleições presidenciais venezuelanas: cenários domésticos e internacionais**. Política Externa, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 41-55, jun./jul. 2012.

Revista Vernáculo, nº 33
1º sem/2014

Publicado em setembro de 2014.

ISSN 2317-4021
<http://www.ser.ufpr.br/vernaculo>